



REVISTA DE

Práticas Pedagógicas

Curso de Pedagogia

ISSN: 2595-1432

V. 5, nº. 2, jul/dez 2021

REVISTA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
Vol. 5 n.º. 2 jul/dez 2021

CURSO DE PEDAGOGIA



FACULDADES ADVENTISTAS DE MINAS GERAIS

REVISTA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

DIRETOR GERAL

Prof. M. Eng. Luis Daniel Pittini Strumiello

DIRETOR ACADÊMICO DAS FACULDADES

Profª. Ma. Giuliana Sampaio de Vasconcelos Coelho

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Tiago Barreto

DIRETOR PARA DESENVOLVIMENTO ESTUDANTIL

Pr. Sérgio Roberto Gomes

COORDENADOR DO CURSO DE PEDAGOGIA

Prof. Dr. Antônio Edmir Frota Fernandes

COORDENADORA DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Profª. Ma. Lisiane Flores de Oliveira Strumiello

SECRETÁRIA GERAL

Vanessa Cristina Pacheco de Queiroz Manoel

EDITOR DA REVISTA

Prof. Me. Elvis Magno da Silva

BIBLIOTECÁRIO

Edvanildo Almeida de Sousa

INFORMAÇÕES BÁSICAS

A “Revista de Práticas Pedagógicas” do curso de Pedagogia da FAMINAS é uma publicação semestral de artigos de produções técnicas e resumos de trabalhos apresentados.

Ficha Catalográfica Preparada Pelo Setor de Processamento Técnico da Biblioteca Central da FADMINAS

Revista de Práticas Pedagógicas. – v. 5, n. 2 (jul/dez 2021) – Lavras: FADMINAS, 2021.

Semestral.

ISSN 2595-1432

1. Educação. 2. Pedagogia. 3. Profissional Especialista

CDD 370

CDU 37

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Antônio Edmir Frota Fernandes – Presidente

Prof. Me. Elvis Magno da Silva

Profª. Ma. Giuliana Sampaio de Vasconcelos Coelho

Profª. Ma. Vera Lúcia Piazzzi Frota Fernandes

OBJETIVO

Esta revista destina-se a artigos de produções técnicas e resumos de alunos e professores, internos e externos.

Direitos de Permissão de Divulgação

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

As opiniões emitidas pelos autores dos trabalhos são de sua inteira responsabilidade.

Nenhuma parte desta publicação deve ser reproduzida sem a devida citação.

FALE CONOSCO

E-mail:

revistapedagogia@fadminas.org.br

Telefone:

(35) 3829-3900

SUMÁRIO

- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: a inclusão dos alunos com deficiência no estudo do sistema monetário** p. 6
Cláudio Rodrigues Ferreira, Deusiélia Italia Alves Rodrigues, Glicia de Fátima, Júlia de Almeida Neves, Juliana de Carvalho Bosco, Thamiris Helena de Paiva, Maria Betânia de Castro Nunes Santos
- A ADAPTAÇÃO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL (CRIANÇAS BEM PEQUENAS)** p. 21
Fabiola da Silva Costa, Kelly Ribeiro de Oliveira Santos, Luanna Lavinya de Carvalho Lima, Francisco Cleyton Lopes Rodrigues
- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS PARA A ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL** p. 32
Carolynne Gomes da Silva, Júlia Gabriela Prado, Leticia Mendes Gomes, Maria Fernanda Américo Matos, Natanael Barros Carvalho, Valeska Souza Silva, Maria Betânia de Castro Nunes Santos
- A MÚSICA COMO UM RECURSO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO NAS AULAS DE GEOGRAFIA: TRABALHANDO O CONCEITO DE DEMOCRACIA** p. 41
Victor Pereira de Sousa
- PESQUISA SOBRE USO FERRAMENTAS PELOS ALUNOS NO PERÍODO PANDEMIA - FADMINAS** p. 51
Eduardo Silva, Aline Michelli da Silva Penido
- A AÇÃO DO PEDAGOGO NO AMBIENTE NÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE (CE): REFLEXÕES A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS** p. 77
Alaide Jamille Braga Fernandes, Andreza Ferreira Alves da Silva, Francisco Cleyton Lopes Rodrigues
- EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EJA: análise do processo de construção da prática docente** p. 90
Alcinéia de Jesus, Adinalva Oliveira, Noadia Sunamita, Raquel Lacerda, Rayane Lacerda, Maria Betânia de Castro Nunes
- ACOMPANHAMENTO ESCOLAR: UMA ESTRATÉGIA QUE MAXIMIZA O APROVEITAMENTO DO ALUNO NA ESCOLA** p. 101
Angeliana Costa da Silva, Amanda Maria da Silva, Antônio Dheimerson de Oliveira Girão, Francisco Cleyton Lopes Rodrigues

PORTADORES DE SÍNDROME DE DOWN E O VÍNCULO SOCIAL p. 111
*Adna Leão, Cleia Viviane, Larissa Mesquita, Rayssa Brandão
Rizia Cristina, Vera Piazzzi*

SURDEZ E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: a educação inclusiva no ensino-aprendizagem de matemática p. 118
*Ana Clara Vieira Castilho, Ana Paula Vieira Castilho, Débora Thais Fernandes Xavier,
Isabella Cristiny Ferreira de Araújo, Laís Rebeca Messias de Melo
Thayssa Neves Vieira, Vera Lúcia Piazzzi Frota Fernandes*

A CONTRIBUIÇÃO DA LUDICIDADE NO ENSINO DA MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS p. 126
*Francisca Dayane Domingos da Silva, Maria Darcya da Silva,
Francisco Cleyton Lopes Rodrigues*

ESTRATÉGIAS PARA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA ESCOLA p. 138
*Caroline Barboza Marques, Daniella Santana Alvarenga, Ilda Mara Alves
Milena Eduarda Resende Carvalho, Vera Piazzzi*

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: a inclusão dos alunos com deficiência no estudo do sistema monetário

Cláudio Rodrigues Ferreira¹
Deusiéllialtalia Alves Rodrigues¹
Glícia de Fátima¹
Júlia de Almeida Neves¹
Juliana de Carvalho Bosco¹
Thamiris Helena de Paiva¹
Maria Betânia de Castro Nunes Santos²

¹Discentes do 4º período do Curso de Pedagogia - FADMINAS.

²Orientadora, Docente - FADMINAS – Faculdade Adventista de Minas Gerais.

RESUMO

No decorrer dos últimos anos mudanças significativas aconteceram com relação à Educação Especial. A inclusão de alunos dessa modalidade nas escolas regulares foi um passo muito importante. Entretanto, alguns professores ainda não se sentem preparados para ministrar a presente situação. Todo aluno com Deficiência Intelectual tem o direito de conviver em sociedade e sentir-se parte dela. Para que isso aconteça é necessário que lhe seja oferecido experiências que o façam descobrir o mundo ao seu redor. A socialização com outros estudantes é de extrema importância na vida desses alunos. Por este motivo, atividades lúdicas são fundamentais para o desenvolvimento da identidade e autonomia, pois é por meio da ludicidade que os sujeitos podem desenvolver capacidades importantes como a atenção, a memória e a imaginação. Neste contexto, espera-se considerar os objetivos educacionais da escola e as possibilidades de aprendizagem curricular desses adolescentes, jovens e adultos com deficiência intelectual. Esse trabalho deixa como proposta, uma atividade que visa oferecer a aprendizagem do sistema monetário aos alunos com deficiência intelectual da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Deficiência. Sistema Monetário.

1 INTRODUÇÃO

Inclusão é um tema de extrema importância na atualidade. É uma bandeira que se levanta frente à discriminação da pessoa com deficiência que, devido à sua condição, fica à margem da sociedade na qual vivemos. A escola é onde mais ficam evidentes os esforços para que aconteça a inclusão, visto que, se trabalha com a formação do indivíduo.

Para Bins (2013):

Historicamente as pessoas com deficiência intelectual foram excluídas ou mantidas invisíveis por serem consideradas indignas de conviver na sociedade e não possuíam direito à educação escolar. Foram necessários séculos de estudos para entender

algumas deficiências, que estavam sempre associadas a crenças sobrenaturais, religiosas e supersticiosas.

Porém, as marcas sociais dessa condição de exclusão são vivenciadas até hoje. Dessa maneira, o objetivo desse trabalho é mostrar a importância da inclusão e o quanto significativo é a preparação de profissionais que possam atender esses alunos. A inclusão está além de uma sala de aula e faz-se necessária também, no mercado de trabalho.

O adulto com Deficiência Intelectual - DI não deve ser considerado incapaz e ser relegado a atividades manuais nas escolas. O que ocorre é que muitas vezes são tratados como incapazes de trabalhar, inclusive pela própria família. No entanto, a lei prevê a educação para o trabalho para o deficiente no, art. 59 da LDB 9.394/96:

“IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins [...]” (BRASIL, 1996).

Baseado neste entendimento, a questão que se levantou e se tomou o problema neste trabalho foi: Qual a influência da estratégia de ensino? Ou seja, qual a forma a ser trabalhada com esses alunos para que possam ser incluídos tanto nas escolas como na sociedade? Porém, há muitos outros desafios para a pessoa com DI na educação e no dia a dia.

Questionamentos se levantam sobre as práticas educativas que são aplicados para analisar, entender e buscar soluções para os diversos problemas que emergem não somente nas salas de aula, mas, principalmente, no que condiz à aplicação real do conhecimento para a vida. “Conhecer e Utilizar Dinheiro” para a aquisição de raciocínio matemático que possibilite ao educando com DI na EJA reconhecer notas do Sistema Monetário Brasileiro é um deles.

A utilização do dinheiro apresenta um certo grau de dificuldade, tendo em vista que envolve conhecimentos matemáticos sobre os numerais e as quatro operações. Este é um tema que pode e deve ser trabalhado nas salas da EJA. Deve-se lembrar que esses conceitos podem ser complexos para o educando com DI, devendo ser trabalhados, levando em consideração o grau de comprometimento do aluno. Nesse sentido, apresenta-se a necessidade do educando com DI conhecer a matemática básica por meio de atividades que levem em conta seu nível de

comprometimento, pois dominar essas noções é importante para a sua educação financeira e para sua vida em sociedade.

Diante das dificuldades apresentadas pelos alunos com Deficiência Intelectual da EJA- Educação de Jovens e Adultos em realizar pequenas operações simples, fez-se necessário promover um projeto que pudesse abordar de forma lúdica, resoluções de problemas do cotidiano.

A aprendizagem que estamos propondo com o projeto Sistema Monetário é aquela que faz sentido para os alunos com Deficiência Intelectual não só em possibilitar as relações com o que já foi aprendido anteriormente, mas por abrir possibilidades para novas descobertas, sempre de forma integrada e dinâmica.

Contudo, para que isso aconteça de maneira efetiva é imprescindível a necessidade de se respeitar as particularidades de cada discente e oferecer-lhes ferramentas concretas de aprendizagem para que haja uma compreensão mais ampla e interiorização do assunto proposto.

Segundo os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) é importante que as situações de aprendizagem estejam centradas na construção de significados, na elaboração de estratégias e na resolução de problemas, em que o aluno desenvolve processos importantes como intuição, analogia, indução e dedução, e não atividades voltadas para a memorização, desprovidas de compreensão ou de um trabalho que privilegie uma formalização precoce dos conceitos. (BRASIL, 1998, p.63).

Nesse sentido, atividades lúdicas são fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia, pois é através do lúdico que os sujeitos podem desenvolver algumas capacidades importantes como a atenção, a memória e o raciocínio.

1.1 Objetivo geral

Desenvolver a capacidade dos alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos) com metodologias adaptadas à educação inclusiva para utilização do sistema monetário em situações oportunas do cotidiano.

1.2 Objetivos específicos

- Entender a relação entre a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos;
- Mostrar a importância do reconhecimento do sistema monetário brasileiro na EJA para os alunos com deficiência;
- Sugerir atividades que colaborem para a aprendizagem do sistema monetário aos alunos da EJA com deficiência intelectual.

1.3 Justificativa

Sabe-se que os alunos com deficiência intelectual, apresentam inúmeras dificuldades relacionadas à aprendizagem da matemática, sobretudo no que diz respeito ao sistema monetário vigente no país e reconhecimento das cédulas. Diante disso, faz-se necessário promover práticas pedagógicas que colaborem para o desenvolvimento do raciocínio lógico matemático que o auxiliem em situações cotidianas.

Contudo para que isso aconteça de maneira efetiva é imprescindível, é necessário se respeitar as particularidades de cada discente e oferecer-lhes ferramentas concretas de aprendizagem para que haja uma compreensão mais ampla e interiorização do assunto proposto.

Abordar o tema com os alunos da EJA portadores de deficiência intelectual é essencial para que eles desenvolvam sua confiança e autonomia para execução de suas tarefas mediante a manipulação do dinheiro.

Desse modo, o presente estudo torna-se de extrema importância para o desenvolvimento cognitivo dos alunos com necessidades especiais para bem exercer seu papel nas práticas sociais e relações de compra, venda e troca.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Por muito tempo, a sociedade enxergou a deficiência física e mental como algo deplorável. Com o passar dos séculos e os avanços da humanidade, a inclusão da pessoa com deficiência

passa a ser vista como um tema de estudos e passa também, a ser debatida por diversos órgãos públicos.

Conforme Romero e Souza (2008), a partir do século XX os serviços de confinamento oferecidos pelas instituições passam a dar espaço à integração, com a intenção de preparar a pessoa com deficiência para viver em sociedade. Porém, uma parcela da população não acreditava na possibilidade do indivíduo especial desenvolver as mesmas funções que indivíduo “comum”. Tudo só pode ser transformado com a ação humana, pois são os cidadãos que devem fornecer amparo e apoio necessário aos deficientes físicos e mentais, como acessibilidade nos transportes públicos, rampas, portas largas, pisos com sinalização para cegos em diversos tipos de ambiente, banheiros adaptados e cabe também, a conscientização da população.

A modalidade da Educação Especial possibilitou a integração de deficientes nas escolas regulares. Percebe-se ainda que diversas crianças são marginalizadas pela própria instituição e acabam sem o apoio profissional necessário para ser alfabetizada na idade regular, enfatizando os deficientes mentais que são diluídos dentre os discentes. De acordo com Beras e Filho (2015), as dificuldades impostas dos docentes e a falta de recursos apropriados da escola, leva vários alunos portadores de deficiência a paralisarem seus estudos ainda na infância. Mais tarde os mesmos matriculam-se na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a fim de prosseguir os estudos.

Contextualizando pontos importantes da nossa história relacionada ao atendimento de pessoas com deficiência, funda-se em 1972 a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), com o objetivo de promover o bem-estar e qualidade de vida aos cidadãos portadores de deficiência. Outras instituições da esfera pública e privada passaram também a oferecer trabalhos semelhantes ao da APAE, como o Instituto de Cegos Padre Chico, Associação de Assistência à Criança Deficiente e o Instituto Casa de David.

Devido à falta de informação da família, o acesso de muitas crianças à escola fica restrito aos serviços especializados. O direito de serem alfabetizadas, independente da deficiência que apresentam e da idade que possuem é respaldado pela Lei nº 9.394, que cita em seu artigo 37:

“A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamentais e médios na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (BRASIL, 1996).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), criado para atender às crianças com deficiência organiza-se nas escolas como serviço pedagógico complementar. De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica está regulamentado pelo do Decreto n.º 6.571, de 18 de setembro de 2008 e tem como público-alvo:

- a. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- b. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na 19 Plano de Desenvolvimento Individual para o Atendimento Educacional Especializado comunicação ou nas estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.
- c. Alunos com altas habilidades ou superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

De acordo com as Diretrizes, o educando portador de deficiência será integrado à comunidade com recursos e apoios necessários ao seu desenvolvimento. A elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, é um documento que visa oferecer o acompanhamento e a adequação do planejamento escolar para a melhor integração do aluno, independentemente de suas dificuldades.

Para Poker. (2013, p.21):

Sua ação será delineada pelo Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), documento elaborado pelo professor do Atendimento Educacional Especializado com o apoio do coordenador pedagógico da unidade escolar. O PDI serve para registrar os dados da avaliação do aluno e o plano de intervenção pedagógico especializado que será desenvolvido pelo professor na Sala de Recursos Multifuncional. É constituído de duas partes, sendo a primeira destinada a informes e avaliação e a segunda voltada

para a proposta de intervenção. São assim denominadas: Parte I – Informações e Avaliação do Aluno e Parte II – Plano Pedagógico.

Para Freire (1997) a importância da relação educador-educando nesse processo colabora para uma aprendizagem significativa. O professor deve ser “libertador” ao trabalhar com a inclusão jovens e adultos portadores de deficiência. É necessário que o educador se entregue com amor e a coragem de lutar, a fim de aguçar a independência, o senso crítico dos discentes. Assim os alunos entenderão o seu lugar na sociedade, na qual, foram lhes tomados a busca de sua identidade e dos valores culturais; educador-educando precisam estar junto nesta luta, com anseio de explorar o direito imposto a cada um e suscitar a liberdade, cujo, foi encadeada pelos opressores.

Ainda sobre essa relação, pode-se incluir

a questão do ensino, da aprendizagem, do processo de conhecer-ensinar-aprender, da autoridade, da liberdade, da leitura, da escrita, das virtudes da educadora, da identidade cultural dos educandos e do respeito devido a ela. Todas essas questões se acham envolvidas nas relações educadora educandos[...] (FREIRE,1997, p.51).

Pensando na integração do aluno no ensino regular ou na alfabetização de jovens, adultos e dos alunos com deficiência, é importante ressaltar a relevância da matemática no processo da formação do ser humano e do aprendiz no contexto escolar. Porém, segundo Cembranel (2009, p.8), “o ensino da matemática está centrado nos procedimentos de cálculo e não sobre os métodos que encorajam a construção espontânea e autônoma dos saberes matemáticos”.

Ensinar matemática demanda uma dinâmica acentuada a fim de trabalhar o paradigma proposto. A aprendizagem deve ocorrer espontaneamente levando em consideração a biografia de cada aluno, ou seja, o que ele tem de conhecimento. Contrariando essa proposta, leva-o a desistência total.

É preciso respeitar o aluno através de uma metodologia apropriada, uma metodologia que resgate a importância da sua biografia. [...] Os jovens e adultos alfabetizando já foram desrespeitados uma vez quando tiveram seu direito à educação negado. Não podem agora, ao retomar sua instrução, serem humilhados mais uma vez por uma metodologia que lhes nega o direito de afirmação de sua identidade, de seu saber, de sua cultura (GADOTTI, 2003, p. 3).

Um assunto importante para ser estudado é o sistema monetário, essencial ao cotidiano do educando. A busca de metodologias para trabalhar esse conteúdo deve ser efetiva, buscando facilitar o aprendizado dos alunos e principalmente os alunos com deficiência intelectual, pois aprender a utilizar o dinheiro colabora para que esse aluno da educação especial possa viver sua independência para a vida em sociedade. De acordo com Brasil (1999, p. 01), alunos com deficiência precisam “de meios ou recursos especiais [...] para o desempenho de função ou atividade a ser exercida”.

As metodologias escolhidas para este fim têm o intuito de trazer a realidade para dentro da escola e a integração destes alunos tanto na sociedade, quanto no mercado de trabalho. Possibilitar o seu desenvolvimento cognitivo com relação ao sistema monetário e as práticas diárias de utilização do dinheiro, reforçam a importância de se trabalhar atividades que envolvam o dia a dia do educando. Assim, esses alunos estarão mais seguros para exercer seu papel na comunidade. Levando em conta a função das atividades práticas para resolução de problemas do cotidiano, pode-se utilizar para esse aprendizado:

[...] folhetos de propaganda, cartazes, modelos, jogos e brinquedos. Aliás, materiais de uso social e não apenas escolares são ótimos recursos de trabalho, pois os alunos aprendem sobre algo que tem função social real e se mantêm atualizados sobre o que acontece no mundo, estabelecendo o vínculo necessário entre o que é aprendido na escola e o conhecimento extraescolar. (BRASIL, 1998, p. 96).

A didática com certeza é ponto de partida do educador. Com ela, alcançará o seu objetivo, mesmo que leve tempo visto que, o aluno com deficiência na EJA precisa de uma estratégia pedagógica, com intuito de despertar seu interesse no conteúdo proposto, tendo que repeti-las quantas vezes for necessário, a fim de garantir seu aprendizado. Conforme Urbano et al (2019, p. 58):

“Entretanto, alunos com DI podem passar pelo período de escolarização sem alcançar nenhuma habilidade matemática e, em particular, sem habilidade de compreender o sistema monetário e financeiro.”

Cada pessoa com deficiência é única dentro do seu universo, ou seja, cada história é uma história, assim como o grau de autonomia e necessidade individual.

Dessa forma, entende-se que um dos principais objetivos da EJA (Educação de Jovens e Adultos) é amparar os alunos que por algum motivo sofreram a evasão escolar e não concluíram a educação básica na idade adequada. Por isso ao atender estes alunos e os alunos da EJA com deficiência, o professor tem que deixar de lado o ensino tradicional e compreender sua trajetória e então traçar um método de ensino, com cautela. As atividades devem ser escolhidas de acordo com a realidade do aluno, para que haja a eficácia do desempenho escolar; sem desistência ou abandono.

3 METODOLOGIA

Este trabalho tem a finalidade de ampliar as práticas cotidianas dos alunos da EJA, para resolução de problemas do sistema monetário, sendo assim, a pesquisa se enquadra na natureza básica. Pois, Segundo o Manual de Frascati (2002) “A pesquisa básica consiste em trabalhos experimentais ou teóricos desenvolvidos principalmente com a finalidade de adquirir novos conhecimentos sobre os fundamentos de fenômenos e fatos observáveis, sem considerar uma aplicação ou uso particular.”

A abordagem é qualitativa, por não se ter dados oficiais, apenas a interpretação dos autores, sobre as características do grupo social e o aprendizado adquirido entre eles. Seguindo o pensamento Goldenberg, (1997, p.34) “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

A metodologia aponta para uma pesquisa exploratória, onde, se faz uma análise representativa buscando pontos de interesse. “Este tipo de pesquisa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2007).” Ou seja, este tipo de pesquisa explica o porquê das coisas através dos resultados oferecidos.

O enfoque da pesquisa foi o procedimento técnico bibliográfico, buscando auxílios em sites, em livros e artigo científico, como embasamento teórico. Principalmente, a fim de sustentar o método de ensino. De acordo com Fonseca (2002, p. 32)

“[...] Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta”

Elaborou-se um projeto com atividades que tem a finalidade de atender a educação de jovens e adultos, e também, a educação especial inserida na EJA. As atividades encontram-se anexas. A proposta é a realização uma sequência de aulas no 2º ano e 3º ano do ensino fundamental – anos iniciais. O propósito da educação inclusiva é recriar o modelo de ensino- aprendizagem de modo que, valorizem a diferenças e assegurem o direito do cidadão portador de deficiência ao inseri-lo dentro do contexto escolar, tornando os alunos críticos, autônomos e que aprendam, acima de tudo, ser mais humanos, solidários e empáticos.

A metodologia apresentada foi desenvolvida para trabalhar com jovens e adultos, e também, portadores de deficiência intelectual, sobre o sistema monetário. O ensino a partir dos métodos abstratos é insuficiente para que estes aprendam, a aprendizagem precisa ser desenvolvida por meio de atividade concreta, na qual, estimula o meio onde ele atua, garantindo sua independência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que, as dificuldades encontradas na modalidade de ensino EJA, e, principalmente na educação inclusiva, o professor sempre deve estar atento a buscar meios para o aprendizado acontecer. Como mediador da educação é necessário observar e assim, traçar os melhores objetivos, a fim de desenvolver o processo de ensino-aprendizagem destinado aquele público específico.

Frente à sala de aula, o professor precisa considerar o caminho percorrido por cada aluno, bem como, sua história de vida. A educação não ocorre somente em depositar o conhecimento para o discente, ele necessita dominar esse processo. Deste modo, entenderão o quão é importante expandir como aluno e o quanto é fundamental aprender a aprender.

A educação inclusiva tem os seus desafios. Porém, com dedicação do corpo docente, a compreensão do conteúdo torna-se cada vez mais nítida, quando é desempenhada de acordo com as necessidades e a magnificência daquele educando. Lembrando que a família não pode ser excluída, a participação destes promove melhoria na execução das atividades do educando portador de deficiência intelectual.

Contudo, sabe-se que a matemática é um importante mecanismo da nossa vida cotidiana. Sendo assim, a aplicação dessa proposta de aplicação de atividades será de grande contribuição para o aprendizado matemático dos alunos. Visto que, as atividades representam o sistema monetário e a valorização deste aluno aprender a se colocar diante a comunidade, até mesmo no mercado de trabalho.

A educação é transformadora, quando há autenticidade na sala de aula. A inovação é indispensável em qualquer modalidade de ensino tanto na educação especial, quanto na educação de jovens e adultos. O afeto depositado para com estes alunos os libertam de quaisquer amarras e colaboram para que os alunos aprendam a aprender, pois, o aprendizado só acontece, no momento em que o ensino faz parte da realidade do aluno.

REFERÊNCIAS

BERAS, Julia Jost; ROBAINA FILHO, César Augusto. Educação Especial no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA): relato de experiência. 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17006_7842.pdf. Acesso em: 22 out. 2020.

BINS, K. **Adultos com deficiência intelectual incluídos na educação de jovens e adultos:** apontamentos necessários sobre adulez, inclusão e aprendizagem. 2013. 118 f. Tese(Doutorado em Educação). Porto Alegre. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5493>>. Acesso em: 04/10/2020.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL (Estado). Constituição (1988). Decreto nº 13632, de 5 de outubro de 1988. **Presidência da República:** Secretaria-Geral. Brasília, DF, 6 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13632.htm#art1. Acesso em: 14 out. 2020.

BRASIL. Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acesso em: 16 de outubro,2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm>. Acesso em: 16 outubro, 2020

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.

CEMBRANEL, S. M. O ensino e a aprendizagem de Matemática na EJA. 2009. 14f. Trabalho de conclusão (Especialização) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Curso de Especialização em Educação Profissional integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, Porto Alegre, BR-RS, 2009. 14f. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/10830088-O-ensino-e-a-aprendizagem-da-matematica-na-eja.html>>. Acesso em: 16 de outubro,2020.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 6. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

GARCIA,R.M;SILVA,M.P. EJA, Diversidade e Inclusão: reflexões (im)pertinentes. Disponível em:

<<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/139/57/557-1?inline=1>>. Acesso em: 12 de out.2020.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 1997.

LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). Disponível em:<<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11686882/artigo-59-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>>. Acesso em: 14 de outubro, 2020.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia, não: Cartas a quem ousa a ensinar. São Paulo: Olho d'água, 1997.

Manual de Frascati 2002: Proposta de Práticas Exemplares para Inquiridos sobre Investigação e Desenvolvimento Experimental. Coimbra: F. Iniciativas,2007.

Parâmetros Curriculares Nacionais: **Matemática Ensino Fundamental I** – Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. – 3. ed. – Brasília: A Secretaria, 1998.

POKER,R.B; MARTINS,S.E.S.O; OLIVEIRA,A.A.S;
MILANEZ,S.G.C;GIROTO,C.R.M.Plano de Desenvolvimento Individual para o Atendimento Educacional Especializado. São Paulo: Associação brasileira de editora universitária,2013. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_9_poker_v7.pdf>. Acesso em: 10 de outubro,2020.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva; SOUZA, Sirleine Brandão de. Educação Inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual. 2008. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/447_408.pdf>. Acesso em: 14 out. 2020.

SILVA, F. C. Como utilizar os ábacos escolares. A Pedagogia da Matemática, 2015. Disponível em: <<https://pedagogiadamatematica.wordpress.com/2015/09/26/como-utilizar-os-abacos-escolares/>>. Acesso em: 13 de out. 2020.

URBANO,M.C.Z; FLORESA.S; GONÇALVEZ,H.J.L;SISTEMA MONETÁRIO: UMA ABORDAGEM POR MEIO DA ATIVIDADE LÚDICA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial,2019. Disponível em :<<file:///C:/Users/Paulo%20Neves/Downloads/9037-Texto%20do%20artigo-30699-3-10-20200113.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2020

ANEXOS

Atividade 1

A primeira atividade será a resolução de problemas operacionais de matemática de adição e subtração. Em dupla, os alunos irão utilizar o Ábaco para auxiliar em suas respostas. As atividades consistirão na aplicação de operações que serão feitas através das situações coerentes ao cotidiano do aluno e experiência do o sistema monetário.

Utilizando as estratégias de ensino para o 2º ano do ensino fundamental I da BNCC (2017, p.282):

Objeto de conhecimento (BNCC): Problemas envolvendo diferentes significados da adição e da subtração (juntar, acrescentar, separar, retirar).

Habilidades BNCC: (EF02MA06) Resolver e elaborar problemas de adição e de subtração, envolvendo números de até três ordens, com os significados de juntar, acrescentar, separar, retirar, utilizando estratégias pessoais.

Exemplo: “Tia Emília foi à feira e comprou 1 centena de laranja, 1 dúzia de bananas, 1 dezena de manga e meia dúzia de limão. Quantas frutas tia Emília comprou? Resposta 128”

Como recurso, será utilizado um ábaco para cada dupla, lápis e papel para solucionar o problema proposto.

Atividade 2

A proposta da segunda atividade, é que os alunos reconheçam o sistema monetário brasileiro. Para isso pensou-se em um método onde eles possam identificar as cédulas e suas características. A atividade constitui em apresentar as cédulas à classe e explicar cada detalhe sobre elas, em duplas, serão distribuídas as cédulas sem o valor para que eles atribuam o valor de origem em todas as cédulas.

Respeitando o auxílio da BNCC (2017, p.283) à etapa do processo de aprendizagem, sobre o sistema monetário, ao trabalhar com 2º ano do ensino fundamenta I:

Objeto de conhecimento: Sistema monetário brasileiro: reconhecimento de cédulas e moedas e equivalência de valores;

Habilidades: (EF02MA20) Estabelecer a equivalência de valores entre moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para resolver situações cotidianas.

Os recursos a utilizar serão dois tipos de cédulas de cada espécie (2, 5, 10, 20, 50 e 100 reais). No primeiro momento será feita a apresentação com cédulas completas; no segundo momento será aplicada cédulas sem o valor de origem e será necessário a utilização de canetinhas das cores de origem de cada cédula.

Atividade 3

A terceira atividade será desenvolvida com finalidade de aprender a empregar o dinheiro no cotidiano, como: comprar, pagar e conferir troco. Então, será montado um mercadinho fora da sala de aula. Deste modo, serão colocados os produtos com os preços nas estantes. O mercado será composto por quatro caixas e o resto compradores; cada aluno receberá uma quantia de cem reais para a realização da compra; será feito um rodízio das funções para que todos participem da mesma maneira. Os caixas poderão fazer uso do ábaco, se necessitar. Os compradores terão que conferir o troco e dizer se está certo ou não. Ao finalizar a dinâmica serão analisadas as atividades enfatizando as dificuldades, facilidades ou dúvidas sobre as atividades.

Os materiais necessários para esta dinâmica serão: mesas para fazer as estantes e os caixas; uma gaveta para colocar o dinheiro; cadeiras; embalagens recicláveis; cédulas; sacolas de compras reutilizáveis; ábaco; uma cesta para colocar a compra.

Motivação

Será fornecido um “caixa depósito” onde os alunos irão depositar dinheiro. O dinheiro arrecadado é para confraternização entre os alunos da EJA, ao juntar este dinheiro os alunos aprenderão a poupar e juntar dinheiro para fins necessário.

Para fazer a caixa precisarão de uma caixa de papelão, lacrá-la com fita adesiva e deixar uma abertura para o depósito.

A ADAPTAÇÃO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL (CRIANÇAS BEM PEQUENAS)

Fabiola da Silva Costa¹

Kelly Ribeiro de Oliveira Santos¹

Luanna Lavinya de Carvalho Lima¹

Francisco Cleyton Lopes Rodrigues²

¹ Pedagogas da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Instituto Dom José – IDJ.

Email: fabiolafanick1989@gmail.com; ribeirok945@hotmail.com; luannalavinya@outlook.com

² Mestre em Ciências Marinhas, Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA. Orientador do TCC, Instituto Dom José - IDJ.

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo o processo de adaptação da criança no infantil, onde foi possível demonstrar como se desenvolve todo o processo da criança no começo da sua vida escolar, com pontos de vista de autores que abordam esse assunto como também relatos de profissionais da educação. Contudo, a compreensão para esse processo envolve o acolhimento, planejamento e organização para amenizar o sofrimento, tornando o momento mais tranquilo. Então, na pesquisa foi abordado a importância da acolhida para a criança, a escola e a família. Através de dados colhidos, a turma avaliada foi especificamente de infantil II, onde nitidamente foi enriquecedor a colaboração dos profissionais para a realização deste artigo.

Palavras chaves: Adaptação, família, escola.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho irá abordar a temática na área da educação infantil, onde será explorado o primeiro contato da criança com a escola, a adaptação, a família e também um pouco do desenvolvimento do indivíduo. No decorrer da pesquisa será explanado as dificuldades no processo da adaptação da vida escolar, como também o acolhimento pelas professoras, preparação da instituição e o suporte a família que também passa por um momento difícil de tensão e ansiedade por estarem colocando o seu bem mais precioso nas mãos de estranhos. De

início a pesquisa foi desenvolvida de forma bibliográfica e uma pequena parte com pesquisa de campo.

O período de adaptação é de longe um dos momentos mais importantes da vida da criança, da família e também da instituição. A cada ano a escola se prepara de maneiras diferentes, buscando sempre inovar e acompanhar a geração. Apesar disso ser natural do ser humano, o medo do novo. Para a criança é assustador, tem uma rotina totalmente diferente, com pessoas que costumam estar sempre perto da família. De repente ela é levada para um lugar com adultos e também crianças diferentes. É um susto, diferente e chega a ser assustador. O choro, apego e o medo são perfeitamente normais. Afinal, é tudo novidade.

Os pais vivem um impasse, onde tentam decidir entre fazer o filho feliz ou naquele momento fazer o filho sofrer. É nesse tempo que a instituição e o núcleo gestor entram e fazem a diferença através de conversas e pegando outros pais como exemplo. Pela a conversa muitos pontos podem ser esclarecidos, até mesmo porque é um momento sofrido para ambos os lados, porém necessário até para o processo de maturação da criança diante da sociedade.

O tema surgiu quando uma das integrantes do grupo lançou a ideia por já fazer parte do cotidiano dela. Após algum tempo de pesquisa e discussão, foi determinada a temática, dando assim início às pesquisas. Escolhendo assim a instituição, onde se trata de uma escola privada, que mesmo enfrentando uma pandemia se dispôs a nos ajudar da forma mais segura possível. O colégio é o Educandário Joaquim Domingos, que fica localizado na cidade de Horizonte e é também conhecido como escola referência do município.

O principal objetivo da pesquisa é ajudar os pais na hora da escolha da escola para seus filhos, onde eles se sintam seguros em deixar o seu bem mais precioso e que antes de qualquer decisão a família irá fazer um processo de seleção e a forma de avaliação é aleatória, criada por eles mesmos. Após a escolha, a instituição irá dar todo o suporte, passar segurança e profissionalismo para aqueles pais apreensivos. A primeira reunião com essas pessoas é de extrema importância, pois é onde serão tiradas as dúvidas, será feito o primeiro contato com a professora, e é interessante que em outro momento a criança seja levada à escola para conhecer o ambiente e ser mostrado para ela como lá é um lugar divertido e como as tias são legais.

REFERENCIAL TEÓRICO

O primeiro contato da criança na sala de aula é sempre um grande desafio, tanto para a criança como para a família e também para o educador. Quando a criança ingressa na escola pela primeira vez, ela cria um mundo diferente do convívio familiar que já está acostumada, onde irá se relacionar com novas pessoas, novo espaço, outra rotina onde ocasiona ansiedades tanto para a criança como para a família.

Porém, para a criança é como se ela estivesse sendo abandonada, em um dia ela está com seus pais e no outro com pessoas que nunca viu. Sabendo disso, a instituição começa a preparar-se para receber essas crianças, procurando também acolher e acalmar a família.

O que convém é não complicá-la e sim torná-la mais simples e gratificante. Em uma perspectiva de colaboração mútua, que passa pela confiança e pelo conhecimento, é possível fazer o que seja necessário: assegurar que os dois contextos de desenvolvimento mais importantes nos primeiros anos de vida de uma pessoa possam compartilhar critérios educativos que facilitem o crescimento harmônico das crianças. (BASSEDAS; HUGUET; SOLÉ, 1999, p. 285).

Acreditando que esse processo de adaptação da criança será um vínculo entre a escola e a família, é necessário que os professores e os pais compreendam a importância daquele primeiro contato. Essa parceria precisa ser real entre ambos. Diante da separação é normal haver o choro como uma forma de resistência da criança. Esse é o momento em que os pais sentem receio de deixar os filhos na instituição. Porém, a escola está preparada para acolhê-los da melhor forma.

A criança se depara com um novo ambiente, composto de adultos e crianças com os quais ela nunca interagiu. O distanciamento da família por longas horas do dia e a inserção em um novo ambiente, com rotinas específicas, exigirão da criança uma grande capacidade de adaptação. No entanto, este aspecto não diz respeito apenas à criança, mas exige de sua família e também dos/as profissionais que atuam na escola infantil um processo de adaptação. (CRAIDY e KAERCHER, 1998, p. 28).

Os profissionais a cada ano sentem-se tensos por terem que lidar com as crianças aflitas e pais inseguros. Contudo os educadores têm o papel de conciliar e manusear a situação para estabilizar as emoções das partes envolvidas, inclusive os próprios ânimos. Por isso é tão importante o contato prévio entre pais e professores.

Rêgo (1995, p.48) afirma que “Para as professoras, essa fase sempre é de muitas expectativas/ansiedades/excitações, com a perspectiva de encontrar um novo grupo de crianças e pais. Muitas vezes, elas se sentem pressionadas, tanto pelas famílias, quanto pelas outras pessoas da escola, para que façam as crianças pararem de chorar, no menor tempo possível”.

A função da instituição é transmitir segurança para a família das crianças, através da história construída e também baseando-se em relatos por outros pais que já passaram pelo mesmo processo. Por isso, é tão importante visitas à escola e a reunião de apresentação tanto do espaço, como dos profissionais.

São elas os **primeiros espelhos** nos quais nos vemos e nós descobrimos como sendo bonitos ou feios, inteligentes ou burros, bons para Matemática ou bons para nada, simpáticos ou desengonçados, com futuro ou sem futuro etc. São elas, também, os **primeiros mundos** em que habitamos, podendo nos aparecer como acolhedores ou hostis, com tais e tais regras, costumes e linguagens. Ensinam desde o que é homem e o que é mulher até como devemos expressar os sentimentos, quais sentimentos são "bons" e podem ser sentidos (sem culpas) e quais são "maus" (e devem ser disfarçados o melhor possível, porque sentir, sentimos mesmo). Aprendemos o que é belo e o que é feio, o que tem graça e o que não tem. Aprendemos posturas, jeitos de olhar (direto ou enviesado). (SZYMANSKI, 1997, p. 216).

Com isso, a sala de aula passa a ser o local onde as crianças aprendem, tem novas experiências, interagem, lugar de possibilidades. Mas a sala antes de ser receptiva, precisa ter todo planejamento. Portanto:

Acolher uma criança é, também, acolher o mundo interno da criança, as suas expectativas, os seus planos, as suas hipóteses e as suas ilusões. Significa não deixar passar, como se fosse tempo inútil, o tempo que a criança dedica às atividades simbólicas e lúdicas, ou o tempo empregado para tecer as relações “escondidas” com outras crianças. (STACCIOLI, 2013, p. 28).

O momento da acolhida é visto como um dos mais importantes, pois é através dele que é feita a conquista entre professor e aluno. A criança é atraída por aquilo que ela vê e também pelo que ela cria a curiosidade de tocar.

Brinquedos, massinha de modelar, tapetes coloridos e com desenhos, tv, tudo isso precisa ser pensado e planejado para esse momento. Conforme Azevedo:

O brinquedo faz parceria com a criança na brincadeira. Ao se observar a criança brincar, pode-se obter uma série de informações sobre ela, considerando algumas características da relação criança-brinquedo, tais como: preferência por este ou aquele brinquedo; tempo de permanência no Brinquedo escolhido; contato com a variedade e número de desafios que o brinquedo proporciona; quantidade de brinquedos com que a criança brinca ao mesmo tempo; material com o qual o brinquedo é construído e sua atratividade sobre a criança (AZEVEDO *apud* BOMTEMPO, 1998 p.64).

O aprendizado das crianças no início da vida escolar se dá através de diálogos estimulantes que desperte a atenção dos pequenos a musicalização e jogos pedagógicos são as mais utilizadas e eficazes no meio pedagógico. Trabalhar com atividades lúdicas para trabalhar a socialização contribuindo para que o indivíduo passe a se relacionar com os demais, respeitando os espaços, entendendo os seus limites, assim como também contribuindo para o desenvolvimento de sua autonomia ao longo do tempo e também auxiliando para o desenvolvimento motor e cognitivo das crianças. São atividades como; jogo de caminho, pintura no papelão ou cartolina, escultura com massa de modelar, teatrinho de fantoches, historinhas contadas de maneira bem divertida, onde as crianças participam envolvendo-se como integrantes fazendo com que tenham diversas reações prazerosas trazendo resultados positivos para o desenvolvimento dos pequeninos.

Educação Infantil tem o papel de auxiliar a criança a se expressar e na liberação de suas energias e capacidades infantis e promover o desenvolvimento harmonioso da criança como um todo, em todas as áreas – comunicativa, social, afetiva e também em relação ao pensamento crítico e científico. Quanto mais ampla for a gama de possibilidades que oferecemos às crianças, mais intensas serão suas motivações e mais ricas suas experiências (OLIVEIRA, 2013, p. 37-38).

Como foi relatado no início, os primeiros dias são difíceis. Mas assim como para tudo na vida, “depois da tempestade vem a calmaria”, começa o processo de aprendizagem. E as crianças já adaptadas é lindo e satisfatório para os pais a evolução de seus filhos. Eles passam a ter mais independência, aprendem a socializar com os coleguinhas, compreendem a importância de compartilhar objetos de apego e entram no processo de desfralde. Depois de tudo isso, as dúvidas, inseguranças e medos são deixados de lado e a família enxerga o quão satisfatório é benéfico para a criança ingressar na instituição escolar naquele momento.

Brincando, a criança desenvolve potencialidades; ela compara, analisa, nomeia, mede, associa, calcula, classifica, compõe, conceitua, cria, deduz, etc. Sua sociabilidade se desenvolve; ela faz amigos, aprende a compartilhar e a respeitar o direito dos outros e as normas estabelecidas pelo grupo e a envolver-se nas atividades apenas pelo prazer de participar, sem visar recompensas nem temer castigos. Brincando, a criança estará buscando sentido para sua vida. (NASCIMENTO, 2000, p. 2).

METODOLOGIA

Os dados de coleta do presente artigo, foram realizados de forma bibliográfica, onde através de outros artigos publicados foi retirado ideias para dar vida a pesquisa. E assim, contando com a contribuição da coordenadora da instituição que foi referência para a pesquisa, onde ela esclareceu alguns pontos por meio da entrevista feita com a mesma. Obtendo também como fonte de pesquisa, uma entrevista com a professora do infantil II.

Através de pesquisas foi observado a adaptação das crianças e da família, onde para ambos é um momento bastante difícil por conta da separação, mas que ao mesmo tempo é de grande felicidade pela grande conquista dos filhos. Família e escola trabalhando juntos poderão superar e aprender com as dificuldades, possibilitando assim uma melhor compreensão de como esse processo é tão importante na vida de uma criança, afinal trata-se do seu primeiro contato social fora do âmbito familiar.

Perguntas foram selecionadas e feitas à coordenadora, em que informou como funciona toda a preparação da escola referente a adaptação das crianças, de como elas preparam os pais, métodos usados para tirar dúvidas da família e como é o funcionamento do planejamento nesse processo de adaptação.

Também foram selecionadas perguntas para a professora do infantil II, e o assunto foi; como ela trabalha a acolhida da criança no primeiro contato, como é a adaptação em sala de aula, a forma que é trabalhada a rotina e quais atividades não podem faltar nesse processo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A internet abriu mundos em forma de teorias e a instituição mostrou experiências que foi possível entender, conhecer e adicionar informações sobre os pensamentos de filósofos que possibilitaram outra compreensão à relação entre família x aluno x escola. A entrevista com a coordenadora da escola que abriu suas portas para a realização de pesquisa de campo deste artigo, foi de forma esclarecedora, ela já trabalha há 13 anos exercendo sua função atual, foi uma grande satisfação estar tendo retorno de uma profissional incrível, de inteligência e percepção magnífica. A primeira pergunta feita foi relacionada a adaptação da criança e também dos pais, onde ela falou que: “o primeiro passo é preparar o espaço físico de forma acolhedora onde as crianças possam brincar, criar e recriar suas brincadeiras”. Os pais puderam permanecer na escola em ambiente externo e havendo a necessidade de acompanhamento da criança. No momento em que se sentiam seguros deixavam a criança na sala com a professora. Anteriormente foi feita uma reunião de forma online para orientar e dar dicas importantes onde o processo a ser vivenciado também pela família fosse de muita tranquilidade.

De acordo com COHN (2012, p.41) a análise do que as crianças fazem e pensam que estão fazendo, do sentido que elaboram sobre a escola, das atividades que nela desenvolvem, das relações que estabelecem com os colegas, professores e outros profissionais do ensino e da aprendizagem podem ser muito enriquecedoras para melhor compreender as escolas e as pedagogias.

A segunda pergunta para ela, foi sobre os métodos utilizados para tirar dúvidas e ela falou que na escola tem uma agenda virtual e um grupo de WhatsApp onde podem enviar mensagens ou podem presencialmente ter o contato com a professora ou a coordenação para tirar possíveis dúvidas. Por último e não menos importante, falamos sobre a forma de planejamento. Ela nos relatou que a escola se cerca de ações que facilitem o processo. Inicialmente essas ações são planejadas semanalmente com aulas lúdicas e atividades livres, rodinhas de conversa, jogos e brincadeiras, historinhas com fantoches, avental, caixa surpresa, brincadeiras com massinha de modelar, instrumentos musicais e vídeos onde as crianças se expressem com movimentos livres

e orientados pela professora. Com respostas claras e objetivas podemos notar as informações e preparação da escola para a recepção das crianças.

Na revisão da Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil CNE/CEB nº 20/2009, fala que as instituições de educação infantil devem assim: planejar e efetivar o acolhimento da criança e de suas famílias quando do ingresso da instituição, considerando-a necessária para a adaptação das crianças e seus responsáveis às práticas e relacionamentos que têm lugar naquele espaço.

Foi possível contar com a contribuição da professora do infantil 2, onde passou total liberdade para falar sobre o seu trabalho realizado dentro de sala com as crianças, durante a entrevista foi perceptível que ela é uma grande profissional, confiante e faz tudo com muito amor e dedicação. Dando início a entrevista, onde a primeira pergunta foi sobre a acolhida das crianças no primeiro contato, a mesma relatou que tudo se inicia no planejamento. Esse primeiro momento é muito importante para as crianças e para a escola, destacou também: "Tudo é muito novo para eles, por isso recebo com muito amor e carinho, pesquiso atividades de músicas, danças, utilizamos a televisão e a escola fornece vários tipos de brinquedos". Em seguida foi citado sobre a adaptação, onde a resposta foi que no início é sempre difícil por conta do choro. As crianças que não choram ficam com a professora dentro da sala de aula participando da aula, as que choram um pouco nos primeiros dias elas ficam no parquinho com as auxiliares de sala. As que choram muito a escola liga para os pais, e aos poucos elas vão se acostumando com a rotina, com as atividades e esquecendo o choro.

Goldschmied e Jackson (2006, p.66), fala que a criança expressa seu sentimento de perda por meio de gritos desesperados. Mais uma vez, a analogia com a questão da perda é esclarecedora.

Os adultos que perderam alguém que amavam muitas vezes relatam surtos inesperados de aflição e desamparo, que ocorrem muito tempo depois do momento em que acharam que haviam resolvido sua perda. As educadoras precisam perceber que essa atitude da criança não significa que ela a está rejeitando e o cuidado que ela oferece. A criança pode ter se divertido com seu brincar até o momento em que gritou e, uma vez reconfortada, voltar a se divertir.

A próxima pergunta é diretamente sobre a rotina, é bem difícil para os pequenos seguirem porque eles sempre estão ativos, e a professora frisou que todo planejamento é baseado na BNCC, então busca sempre atividades lúdicas, onde as crianças possam se divertir e ao mesmo tempo aprender. “Na sala de aula temos uma rotina, tempo para tudo, para cada atividade. Começo a fazer a rotina na segunda semana de adaptação, pois as crianças não choram tanto. Eles mesmo já entram na rotina, a tia sempre explica que atividade vamos fazer, a hora que vamos realizar e aos poucos eles já estão seguindo a rotina da sala de aula”.

Para Rapoport e Piccinini (p. 93) “a adaptação à creche é um processo gradual em que cada criança precisa de um período de tempo diferente para se adaptar, sendo importante respeitar o ritmo da própria criança e não impor um período pré-determinado para a adaptação”

Já o último questionamento foi livre, foi sobre as atividades que não podem faltar, ela com sua experiência respondeu: “para mim o que não pode faltar são as atividades musicais, as crianças amam e a música ajuda muito no processo de adaptação. Depois de sempre inovar nas aulas, trazer algo diferente e divertido, fazer da sala de aula um lugar prazeroso e que a criança se sinta bem estando ali, tudo que não pode faltar na sala de aula da educação infantil é amor e muita dedicação”.

Segundo Nogueira e Oliveira (2014, p. 410- 411): o educador precisa estar consciente de que deve estabelecer regras de modo pedagógico, bem como estratégias e ambientes interativos, que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno e possa ter uma relação sólida e confiante com ele. Enfatizamos a importância de envolver as crianças por meio das diferentes linguagens de modo interativo no espaço e no tempo de maneira ordenada e planejada. Uma das formas de interagir com os pequenos é a contação de histórias, uma forma divertida, lúdica e prazerosa de se aprender, que trabalha a imaginação, a criatividade e a espontaneidade da criança e sua atenção, memorização e compreensão de mundo e de leitura deste, sendo capaz dizer a sua palavra, como afirmava Paulo Freire, na sua pedagogia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os resultados obtidos durante as pesquisas bibliográficas e em campo foi possível observar os aspectos relevantes para uma efetiva adaptação das crianças do infantil II.

Pôde-se observar que é indispensável a cumplicidade entre pais, professores e a escola em geral para ocorrer a adaptação dos alunos de maneira eficaz e menos conflituosa, sendo que se trata de um momento delicado, pois tende a ser o primeiro contato da criança com o mundo escolar o que pode trazer insegurança para os pais, medo do novo por parte das crianças, e com isso a escola tem como papel fundamental trazer segurança para a família através de seus métodos e experiências adquiridas ao longo do tempo.

Compreender que esse momento precisa de estratégias de acordo com cada indivíduo é crucial para obtenção de resultados positivos, portanto a investigação dentro desse contexto é bastante considerável para todo educador da educação infantil que estará constantemente lidando com esse processo de adaptação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Antonia Cristina Peluso de. **Brinquedoteca no Diagnóstico de Intervenção em Dificuldades Escolares**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

BASSEDAS, E.; HUGUET, T.; SOLÉ, I. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1999

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 20/2009. **Revisão das Diretrizes Nacionais da Educação Infantil**.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.

CRAIDY, Carmem Maria e KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação infantil: pra que te quero?** / organizado por – Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.

GOLDSCHIMED, Elinor; JACKSON, Sonia. **Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche**; tradução: Marlon Xavier. – 2.ed. – Porto Alegre: Grupo A, 2006.

NASCIMENTO, K. Sandra. **Desenvolvimento infantil: a importância de brincar.** Revista **Alô Bebê**, São Paulo, n. 3, 2000. Disponível em: <http://www.alobebe.com.br/revista/desenvolvimento-infantil-a-importancia-debrincar.html>. Acesso em: 18 fev. 2021.

NOGUEIRA, P. C; OLIVEIRA, M. R. F. **Saberes e fazer na Educação Infantil: reflexões a partir do memorial descritivo da disciplina no curso de pedagogia da UEL. III Jornada Didática: Desafios para a docência e II Seminário de Pesquisa do CEMAD.** 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/III%20Jornada%20de%20Didatica%20%20Desafios%20para%20a%20Docencia%20e%20II%20Seminario%20de%20Pesquisa%20do%20CEMAD/SABERES%20E%20FAZERES%20NA%20EDUCACAO%20INFANTIL%20REFLEXOES%20A%20PARTIR%20DO.pdf>>.

OLIVEIRA, S. C. M. **As concepções de família presentes nos planos diretores das instituições de Educação Infantil: avanços, contradições e possibilidades.** 2013. 129 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2013.

RAPPAPORT, Andrea e PICCININI, Cesar Augusto. **“O ingresso e adaptação de bebês e crianças pequenas à creche: alguns aspectos críticos”.** Psicologia: reflexão e crítica, 2001, 14(1), p. 81-95.

RÊGO, Maria Carmem Freire Diógenes. **Recortes e Relatos: a criança de 2 e 3 anos no espaço escolar.** Natal, RN. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

STACCIOLI, Gianfranco. **Diário do acolhimento na escola da infância;** tradução (do italiano) Fernanda Ortale & Ilse Paschoal Moreira. Campinas SP: autores associados, 2013.

SZYMANSKI, H. **Encontros e Desencontros na Relação Família-Escola.** Idéias, n. 25, p. 213-225, 1997.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS PARA A ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Carolynne Gomes da Silva¹
Júlia Gabriela Prado¹
Letícia Mendes Gomes¹
Maria Fernanda Américo Matos¹
Natanael Barros Carvalho¹
Valeska Souza Silva¹
Maria Betânia de Castro Nunes Santos²

¹ Discente do 6º período do Curso de Pedagogia - FADMINAS.

² Orientadora Profª. Maria Betânia, Docente – FADMINAS

Faculdade Adventista de Minas Gerais.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi propor a alfabetização por meio da tecnologia, a fim de incluir alunos com deficiência intelectual, proporcionando oportunidade de trabalho e vida acadêmica ativa para os mesmos. O trabalho foi feito baseado em uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, de natureza básica e procedimentos bibliográficos. O uso das tecnologias na educação de jovens e adultos tem sido fundamental para os processos de ensino e de aprendizagem. A inclusão digital traz pontos muito positivos no processo de educação, mas para isso as escolas e os professores precisam se adequar. O letramento de jovens e adultos com deficiência intelectual tem se mostrado um importante campo de estudo. Assim é importante compreender o nível de leitura e da produção de escrita deste grupo. Conforme resultados verificados na literatura, apesar de serem considerados alfabetizados, os sujeitos dessa pesquisa tinham pouco domínio do uso social da leitura e escrita e que o grau de letramento das famílias influenciava o acesso à leitura e escrita e, conseqüentemente, o seu uso social.

Palavras-chaves: Educação de jovens e adultos. Deficiência intelectual. Inclusão. Tecnologia. Alfabetização de jovens e adultos.

1 INTRODUÇÃO

O artigo apresentado tem como foco principal a alfabetização de pessoas com deficiência matriculados na EJA. Essa modalidade de ensino tem como meta a obrigação e o dever de aflorar a capacidade desses alunos para a leitura e a escrita.

A deficiência ainda é uma barreira na educação. Muitas escolas ainda não conseguem dar o suporte necessário para que os professores consigam trabalhar com qualidade e tranquilidade. No caso da Educação de Jovens e Adultos - EJA temos uma barreira ainda maior, pois além da falta de estrutura escolar e até mesmo a falta de preparo de profissionais, ainda depara-se com jovens e adultos que já estão mentalmente cansados para absorver novas ideias.

Hass (2013) destaca que tanto a EJA quanto a Educação Especial vivenciam um momento de reformulação de suas políticas, ao compartilharem sua atuação no contexto escolar e exercerem a responsabilidade pública do Estado nesse universo, considerando o crescente ingresso de jovens e adultos com deficiência nos bancos escolares.

Em estudo realizado, Gonçalves et al. (2013) procurou identificar e analisar as matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na EJA, no Brasil. Dentre outros aspectos, os resultados indicaram alto índice de alunos com deficiência nas séries iniciais da EJA, além de concentração de matrículas de alunos com deficiência física e deficiência intelectual em espaços segregados, bem como alto percentual de matrículas de alunos com deficiência intelectual.

Com o número de matrículas aumentando tem-se que preparar para que o ensino possa ser aproveitado por todos os alunos que ingressaram nesse programa. E por esse motivo, este estudo traz como base trabalhar de forma lúdica, diferenciada e interativa, para que de maneira prazerosa esses jovens e adultos portadores de deficiência intelectual consigam absorver todo o conteúdo abordado nas salas de aula, gerando resultados satisfatórios e colaborando para que a alfabetização desses alunos aconteça.

Para isso, é necessário contar com as novas tecnologias e com uma didática diferenciada e até mesmo individualizada, pois acredita-se que essa ferramenta aliada a uma forma de ensinar contribuem para alcançar os objetivos da alfabetização de alunos com deficiência da EJA.

De acordo com Silva e Yabuta (2015, p.24) o adulto não letrado necessita no mínimo saber enfrentar essa tecnologia da comunicação da sociedade letrada para que, como cidadão reconheça e saiba lutar pelos seus direitos.

A metodologia utilizada para este trabalho pautou-se em uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa Gil (2008, p. 27), de natureza básica Silva e Menezes (2001, p. 200) e procedimentos bibliográficos.

Para consolidar esse estudo, desenvolveu-se uma atividade para ser aplicada posteriormente aos alunos da EJA, com deficiência intelectual. A proposta dessa atividade é colaborar na alfabetização dessas pessoas, utilizando-se recursos como o computador, tablete, notebook e celular, assim como, o alfabeto móvel.

Objetivos da pesquisa

Objetivo geral

Compreender a utilização das tecnologias para a alfabetização na Educação de Jovens e Adultos (EJA) de alunos com deficiência intelectual.

Objetivos específicos

- Analisar o atendimento aos alunos com deficiência intelectual na Educação de Jovens e Adultos;
- Identificar a importância da utilização das tecnologias para a alfabetização de alunos da EJA com deficiência intelectual
- Propor atividade que colabore para a alfabetização desses alunos na EJA, utilizando tecnologia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo Sasaki (1997), o movimento de inclusão começou por volta de 1985 nos países mais desenvolvidos e tomou impulso na década de 1990 nos países em desenvolvimento e configuraram-se fortemente nos primeiros dez anos do século XXI, em todos os países.

No contexto educacional, as proposições relativas à educação de jovens e adultos com deficiência intelectual ainda se apresentam tímidas e pouco consistentes.

Mesmo com o movimento em prol da inclusão educacional e social, tal peso continua em processo de crescimento acerca da participação em contextos sociais mais amplos, como as escolas regulares.

Em Salamanca - Espanha, no ano de 1994, desencadeou-se um processo mundial de mudanças em políticas públicas destinadas a garantir o direito a educação de grupos sociais em situação de desvantagem e risco contínuo de exclusão.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (BRASIL, 1996) representa o marco inicial em relação à educação inclusiva, quando enfatiza o direito de todos à educação, inclusive das crianças e jovens com deficiência intelectual e múltipla.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, instituída por meio da Resolução n. 02 de 11 de setembro de 2001, do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2001) reforça a implementação da educação inclusiva. Desse modo, as escolas de ensino comum vêm se deparando com um novo alunado em seu contexto, aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais.

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, outro documento que vem reforçar esta proposta, prevê a inclusão de todos os alunos alvos da Educação Especial no ensino regular em classe comum com atendimento educacional especializado no turno inverso (BRASIL, 2008).

Para Ferreira (2009, p.1) os jovens e adultos com deficiências constituem uma grande parcela da população analfabética no mundo em virtude da ausência de oportunidades de acesso à educação escolar na idade apropriada.

Observa-se que, tanto para as pessoas com deficiência como para os jovens e adultos em defasagem escolar, as discussões sobre o direito à educação, por muito tempo, foram ignoradas, ou mesmo minimizadas, desconsiderando-se o fato de que tais grupos, exercem uma demanda real no campo da educação, reivindicando saberes e fazeres específicos às suas peculiaridades.

Na concepção sobre os alunos com deficiência intelectual e múltipla o professor é visto como um mediador, pelo fato de desenvolver tarefas que seus alunos consigam fazer e aprender com elas.

Segundo Dantas (2014, p. 8) ao identificar as concepções dos professores e alunos sobre os processos de escolarização de pessoas com deficiência intelectual na EJA e como repercutem no seu fazer pedagógico, constatou fragilidades nos processos de formação inicial para o atendimento de pessoas com essa deficiência. O autor sinalizou ainda, que uma formação

precária iria repercutir nas formas de conceber a aprendizagem e o desenvolvimento desses alunos.

Segundo Carneiro e Costa (2017) a tecnologia tem sido cada vez mais incorporada na vida contemporânea, ocupando um lugar de destaque no acesso à informação, que pode ser transformada em conhecimento, nas interações sociais e em funções práticas do cotidiano.

Marchetti e Oliveira (2016, p.43) apontam que entre estes muitos aspectos que desafiam a educação escolar dos alunos jovens e adultos com deficiência na EJA, destacam-se: o desenvolvimento do letramento dos sujeitos, deficientes intelectuais por meio da escolarização, e suas implicações para o desenvolvimento, da autonomia e independência necessárias para o exercício da cidadania

Destaca-se que, dentre os vários profissionais responsáveis pela eficiência da inclusão, está o professor de apoio, que se constitui em um interlocutor privilegiado do professor do ensino regular, sendo a colaboração entre os dois, fundamental para o sucesso escolar dos alunos com deficiência (CARVALHO, 2008).

Por meio da tecnologia, alunos da EJA com deficiência intelectual, tem acesso mais amplo e com mais liberdade para a alfabetização entre outras áreas do conhecimento. (CARNEIRO, COSTA, 2017)

Para que a educação colabore para uma sociedade mais justa só funcionará, se for de todos e para todos, pois aprender é uma via de mão dupla onde a inclusão é a chave para destrancar todos os preconceitos, padrões e paradigmas de uma sociedade presa ao passado para a evolução de uma sociedade reformulada e livre das amarras da desigualdade e da falta de oportunidade.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para este trabalho pautou-se em uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa Gil (2008, p. 27), de natureza básica Silva e Menezes (2001, p. 200) e procedimentos bibliográficos.

Sendo assim, por meio de estudos e pesquisas bibliográficas, desenvolveu-se uma atividade para ser aplicada posteriormente aos alunos da EJA, com deficiência intelectual. A proposta dessa atividade é colaborar na alfabetização dessas pessoas, utilizando-se recursos

como o computador, tablete, notebook e celular, assim como, o alfabeto móvel. A utilização desses recursos tecnológicos, tem como objetivo utilizar as teclas desses aparelhos, por meio da digitação, colaborando para a identificação das letras que serão ensinadas pelos professores e posteriormente, para a formação de palavras.

Essa proposta possibilita ainda, a interação com a tecnologia e a informática, fazendo com que esses alunos da educação especial que estão matriculados na EJA, atuem como protagonistas do processo de aprendizagem.

Para a realização dessa proposta de trabalho, uma escola será escolhida, que tenha o segmento da Educação de Jovens e Adultos, em uma turma que tenha aluno(s) matriculado(s) com deficiência intelectual. A intervenção junto a escola acontecerá em dois momentos: no primeiro será realizada uma aula expositiva dialogada para a explicação do conteúdo proposto e no segundo momento, a aplicação da atividade e avaliação da compreensão dos alunos a respeito do reconhecimento das letras do alfabeto e a formação de palavras utilizando recursos tecnológicos.

Essa proposta foi elaborada pelos alunos do 4º período de Pedagogia das Faculdades Adventistas Integradas – FADMINAS/2020. Ademais, será aplicada na primeira oportunidade pelos integrantes desse grupo de pesquisa.

Contudo fica explicitado, que a não aplicação dessa proposta de trabalho deve-se à pandemia da Covid-19 que proíbe que as escolas estejam em funcionamento. Segundo Faustino e Silva (2020, p.54), "a educação nunca teve dias tão difíceis e desafiadores como no corrente período, principalmente, para professores e coordenadores educacionais, isso porque, em razão da pandemia.

Causada pela COVID-19, eles têm sido, compulsoriamente, forçados a realizarem todas as suas “atividades fora das “paredes” da escola, além de permanecerem distantes, fisicamente, dos estudantes pelo risco de contágio do vírus, impossibilitando assim a ida ao ambiente escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando na inclusão do aluno com deficiência intelectual na EJA, percebe-se certa dificuldade de aplicação de alguns métodos pedagógicos aplicados em sala de aula, pois o ensino mecânico que não traz uma aprendizagem significativa para o aluno dessa modalidade de ensino, também não atende a esse aluno da educação especial.

Portanto, pensando nisso, deve-se apresentar aos alunos um novo e contemporâneo meio de acesso ao conhecimento e que assim os mesmos possam se sentir à vontade e motivados. Utilizando esse meio que é a tecnologia que nos rodeia, esta apresenta uma forma mais inclusiva de aprender.

No caso do aluno com deficiência intelectual, o ensino por meio da tecnologia, colabora para um pensamento de mudança na forma tradicional de ensino. Sabe-se que a tecnologia é muito ampla quando se fala em educação. Na era em que vivemos, a mesma se torna um ponto positivo para esse aluno, promovendo aprendizado de maneira mais prazerosa e significativa.

Jovens e adultos com deficiência fazem parte de uma grande parcela da população de analfabetos no mundo, uma das grandes causas desse fato é o não acesso à educação em idade adequada e a exclusão da sociedade.

Contudo a proposta do trabalho foi trabalhar a alfabetização interligada à tecnologia, podendo assim incluir o aluno com deficiência na educação e conseguir êxito na alfabetização do mesmo, sabendo respeitar suas dificuldades de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Equipe da Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008. 19 p.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de Setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

CARNEIRO, R. U. C.; COSTA, M. C. B. Tecnologia e Deficiência Intelectual: práticas pedagógicas para inclusão digital. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, p. 706-719, 2017.

CARVALHO, R. E. Diálogos desde a indisciplina: para além da diversidade, a diferença. In: MORAES, S. C.; MEDEIROS, I. L.; & SOUZA, M. (Org.) *Inclusão Escolar: práticas e teorias*. Porto Alegre: Redes, 2008. p. 15-32.

DANTAS, T. C. Empoderamento e trabalho: Análise da experiência de uma jovem com deficiência intelectual em atividades laborais. **Revista COCAR**, v. 12, n. 24, p. 372-394, 2018.

FAUSTINO, L. S. S.; SILVA, T. F. R. S. Educadores frente à pandemia: dilemas e intervenções alternativas para coordenadores e docentes. **Boletim de Conjuntura**, v. 3, n. 7, 53-64, 2020.

FERREIRA, W. B. Entendendo a discriminação contra estudantes com deficiência na escola. In: FÁVERO, O; FERREIRA, W. B.; IRELAND, T.; BARREIROS, D. **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009. p. 25-54. Disponível em: < http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/tornar_educacao_inclusiva.pdf#page=24>. Acesso em: 17 nov. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. Atlas S.A. 2008.

GONÇALVES, T. G. G. L. Escolarização de alunos com deficiência na educação de jovens e adultos: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros. 2012. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

GONÇALVES, T. G. G. L.; BUENO, J. G. S.; MELETTI, S. M .F. Matrículas de alunos com deficiência na EJA: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 29, n. 3, p. 407-42, 2013.

HAAS, C. Narrativas e percursos escolares de jovens e adultos com deficiência: “Isso me lembra uma história”. 2013. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MARCHETTI, R; OLIVEIRA, P. Letramento de jovens e adultos com deficiência intelectual: análise bibliográfica de 2005 a 2015. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 3, n. 2, p. 41-54, 2016.

OLIVEIRA, P.; CAMPOS, J. A. P.P. O retrato da escola segundo o olhar de jovens e adultos com deficiência intelectual matriculados na EJA regular. **Interfaces da Educação**, v. 7, n. 19, p. 146-165, 2016. Disponível em: <<http://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/1033>>. Acesso em 15.11.2020.

SASSAKI, Romeu K. Inclusão. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, Ed. WVA 1997.

SILVA, A. M. S.; LANUTI, J. E. O. E.; SEABRA JÚNIOR, M. O. Tecnologia assistiva como meio facilitador para inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar: análise de um recurso pedagógico. **Colloquium Humanarum**, v. 13, n. especial, p. 491-497, 2016.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação**. 2001. Dissertação. Instituto Superior de Ciências e Educação à Distância, 2001.

SILVA, R. A. D.; YABUTA, Y. F. O uso das tecnologias na educação de jovens e adultos: inclusão digital e alfabetização midiática. 2015. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

A MÚSICA COMO UM RECURSO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO NAS AULAS DE GEOGRAFIA: TRABALHANDO O CONCEITO DE DEMOCRACIA

Victor Pereira de Sousa

Mestrando em Geografia (UFRRJ). Especialista em Antropologia (UCAM) e em Filosofia e Direitos Humanos (UCAM). Pós-graduando em Educação de Jovens e Adultos (FAVENI). Licenciado em Geografia (UERJ) e em Ciências Sociais (UNICSUL). Licenciando em Pedagogia (UNIRIO). Nova Iguaçu – RJ. victordesousa@outlook.com.br

Resumo: A utilização da música no processo de ensino-aprendizagem é essencial para que esse caminho seja percorrido com dinamicidade e de forma prazerosa. Assim, nas aulas de Geografia o trabalho com música por repercutir ótimos resultados na apreensão de conteúdos da disciplina, elucidando a participação discente e a criatividade docente. Assim, por meio de pesquisa bibliográfica e experiências em sala de aula, o presente texto tem como objetivo analisar a importância do uso da música no ensino de Geografia, focando no trabalho do conceito de cidadania por meio da música *Noite inteira*, da banda Pitty com participação de Lazzo Matumbi, com turmas do Ensino Médio.

Palavras-chave: Geografia. Ensino. Música. Democracia.

Introdução

A música é uma ferramenta singular no processo de ensino-aprendizagem e compreender isso é fundamental para um processo didático que trabalhe para além dos conteúdos programados pelo currículo, aguçando os sentidos de modo a contribuir para uma maior percepção da realidade que nos rodeia.

Por isso, utilizar a música no ensino de Geografia faz com que essa disciplina seja capaz de interagir com os aspectos mais sensíveis dos seres humanos, fazendo com que estudantes sejam capazes de ir para além de um olhar geográfico. Envolvendo todos os sentidos na construção e reconstrução do espaço em que vivem.

Além disso, é possível percebermos que “As letras de música apresentam noções e conceitos básicos de Geografia. Também é uma das artes que mais influencia na subjetividade, nos desejos e nos comportamentos humanos” (MUNIZ, 2012, p. 81). Isso contribui para um melhor aproveitamento da disciplina e dos conteúdos por ela trabalhos, mas, sobretudo, contribui para uma formação humana de discentes aptos a exercer plenamente a cidadania.

Assim, por meio de pesquisa bibliográfica e experiências em sala de aula, o presente texto tem como objetivo analisar a importância do uso da música no ensino de Geografia, focando no trabalho do conceito de cidadania por meio da música *Noite inteira*, da banda Pitty com participação de Lazzo Matumbi, com turmas do Ensino Médio.

Contextualizando o conceito de democracia na problemática levantada

O Brasil passou por diferentes momentos históricos em que o processo de democracia – ainda inconcluso em nosso país – viveu e ainda vive avanços e retrocessos. Onde a liberdade e a autonomia foram gravemente ameaçadas e aos poucos vem ganhando voz diante de movimentos não lineares que se espalham pelo país buscando justiça social e igualdade de direitos.

De acordo com Bringel e Echart (2008, p. 457) “A democracia não é algo que foi inventado em um lugar determinado e de forma definitiva. É a reinvenção contínua da política. É um processo histórico e conflituoso, sujeito a diferentes processos de ampliação ou retração”. Da mesma forma, afirmam também que “Ainda que a democracia seja uma criação histórica do mundo grego-ocidental, isso não significa que pertença a esse mundo como um bem privativo, e muito menos que tenha que se desenvolver seguindo categorias ou modelos pré-definidos” (2008, p. 457).

Assim, apesar de a Grécia ser considerada o berço da democracia, não podemos restringi-la aos limites territoriais gregos, uma vez que a democracia é um processo que segue em plena reinvenção, atendendo às necessidades das sociedades de cada época, ou melhor, é assim que esperamos que esse processo ocorra.

A democracia evoluiu historicamente através de intensas lutas sociais e, com frequência, foi também sacrificada em muitas dessas lutas. As tensões sobre seus rumos e significados estão arraigadas em conflitos históricos, como aqueles que enfrentaram as convicções liberais contra a tirania e os Estados absolutos no século XVI; as lutas pelos direitos humanos no final do século XVIII; as lutas pelo acesso ao sufrágio universal durante o século XIX; ou os conflitos mais contemporâneos, plasmados, em grande medida, nos debates entre as perspectivas tecnocráticas, elitistas, pluralistas e radicais (BRINGEL & ECHART, 2008, p. 457).

O período de ditadura militar (1964 – 1985) vivido no Brasil é um exemplo de sacrifício da democracia e deixou marcas as quais a sociedade brasileira carrega até hoje. A redemocratização vem sendo construída também com avanços e retrocessos que vão reconfigurando no espaço-tempo a História do Brasil.

Tais marcas estão inseridas em todas as escalas que compõe nosso tecido social, e a educação não está isenta disso. Há uma relação direta entre educação, práticas didático-pedagógicas e o exercício da cidadania, uma vez que não podemos ficar presos às concepções tradicionais e conservadoras ligadas à educação e que fragilizam ainda mais o exercício pleno da democracia em território nacional.

Dessa forma, Rubem Alves (2002) ao refletir sobre os limites da democracia diante dos rumos tomados pelo Brasil nas últimas décadas após o golpe militar de 1964, aponta um dilema intrigante entre a democracia e a educação. Diante das reflexões do autor, é possível elencarmos seu pensamento diante dessa estreita relação, pois para ele, “aqui se encontra a delicadeza e fragilidade da democracia: para que ela se realize [a democracia], é preciso que o povo saiba pensar. Se o povo não souber pensar, votos e eleições não a produzirão” (2002, p. 32, grifo meu).

Logo, levando em consideração as concepções do autor, é necessário que haja pensamento, reflexão e diálogo na educação e não um isolamento da mesma diante da realidade em que vivemos. Assim, o autor conclui que “o fundamento da democracia é a educação do povo” (2002, p. 32). No mais, a educação precisa ser livre de amarras que possam fazê-la reducionista, opressora e discriminatória.

É importante ressaltar, ainda, que as concepções referentes à democracia também estão relacionadas com as relações de poder que hierarquizam nossa sociedade. Não podemos, jamais, esquecer que democracia é uma forma de governo em que o povo exerce, ou deveria exercer, a soberania, elegendo pessoas que as representem nas diferentes esferas governamentais.

Portanto, as concepções de poder e, conseqüentemente, de democracia que se fazem presentes nesse texto estão baseadas em concepções de Rousseau (2017) – não necessariamente sobre um conceito democrático instituído por ele, mas sim, na aplicação de suas ideias ao analisarmos o desenvolver da democracia brasileira em relação ao poder do povo –, ao contrapor Hobbes, sobre a ideia do pacto de poder e representatividade no governo.

Assim, como acredita Rousseau, e concordamos, ao haver um governante que busque a representatividade do povo, isso não quer dizer, em momento algum, que há transferência do poder do povo para o representante, pois, o poder do povo continua sendo do povo. Assim, na democracia, o representante político ocupa a posição para servir ao Estado, e conseqüentemente, ao povo, assim como garante a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1, parágrafo único, “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 2016, p. 11).

Porém, acreditamos ser necessária sua reflexão na prática, pois sabemos que na teoria somente o cotidiano brasileiro continuaria sempre o mesmo, como observamos ao longo da história. O poder do povo diante de seus direitos, dentro ou fora da educação, precisa ser feito na prática, e não só na teoria.

Em relação aos conceitos de autonomia e liberdade, que ora ou outra apareceram e ainda aparecerão nesse artigo, são baseadas na reflexão de Kant (2002) que os correlaciona na prática cotidiana em sociedade pois, para o autor, antes da autonomia vem a heteronomia.

A heteronomia seria, no sentido literal, “lei alheia” e, como aponta Kant, é obedecer à lei. Só então se passa para a autonomia, que seria a lei própria. Nesse contexto, a compreensão é fácil, pois autonomia não significa viver alheio às leis sociais, mas sim admitir que as leis sociais são

boas para si. Como por exemplo, a lei do cinto de segurança. Essa lei nos obriga a utilizar o cinto de segurança ao entrarmos em automóveis, seja como passageiros ou passageiras ou como motorista.

Quando admitimos que é realmente mais seguro circular em automóveis utilizando o cinto, passamos da heteronomia para a autonomia. Daí expressa-se a liberdade quanto a assumir postura crítica diante das questões que protegem ou ferem a democracia, objetivando autonomia diante dos direitos e deveres de ser cidadão e cidadã. Dessa forma:

A institucionalização da participação política e o reconhecimento dos direitos cidadãos e da inclusão da sociedade civil nos círculos de poder se firmam como novas condutas sociais e práticas políticas, com o objetivo de dar maior substância e legitimidade à democracia representativa brasileira (BORGES, 2017, p. 10).

Nesse patamar, as concepções diante da democracia em nosso país envolvem uma gama de conceitos e especificidades que precisam ser mais aprofundados, mas que não cabem na problematização levantada por esse texto, uma vez que nosso objetivo principal está voltado para contextualizar a democracia para ser trabalhada em sala de aula, na disciplina de Geografia. Ainda assim, é importante trazer tais elucidações para que as reflexões a seguir sejam compreendidas da melhor forma possível, dentro do contexto histórico brasileiro.

O uso da música como instrumento didático-pedagógico nas aulas de Geografia

A disciplina de Geografia precisa ser capaz de proporcionar aos e as discentes um olhar crítico diante da realidade em que vivem. Portanto, é preciso recorrer a diferentes instrumentos didático-pedagógicos para que o ensino-aprendizagem em Geografia seja feito de modo a contribuir não só para a formação acadêmica de crianças, jovens e adultos, mas, também, para a formação humana dessas pessoas.

Dessa forma, é fundamental que ocorra dinamicidade e participação em sala de aula, proporcionando que esses momentos sejam prazerosos e construtivos, da melhor forma possível, dentro da realidade de cada instituição escolar. Nessa perspectiva, o trabalho com a

música se torna uma ferramenta singular, possibilitando que novos horizontes se abram e que as relações entre o espaço geográfico e os seres humanos sejam repletas de múltiplos sentidos, cores e sabores.

Todavia, a relação entre a música e a Geografia, apesar de antiga, ainda não apresenta um número relevante de difusão no Brasil, pois poucos são os estudos e pesquisas publicados sobre essa temática. É preciso pensar em diferentes formas de se estabelecer essa relação tão importante entre esses dois campos tão valiosos para o desenvolvimento educacional trazido pela Geografia.

A geografia da música, apesar de quase um século de existência oficial, só recentemente têm tido a devida atenção dos geógrafos interessados no estudo da cultura e das manifestações artísticas em sua dimensão espacial. A quantidade de materiais disponíveis em formato digital atualmente permite um bom reconhecimento deste campo de estudo em geografia, e indica Estados Unidos, Inglaterra e França como centros de discussão avançada. No âmbito ibero-americano verifica-se sua pouca difusão, com exceção do Brasil, onde se encontra um considerável número de teses e dissertações produzidas nos últimos vinte anos, além de artigos e traduções de artigos seminais na temática (PANITZ, 2012, p. 2).

Dessa forma, a importância de se trabalhar a música no ensino de Geografia e a promoção de pesquisas sobre o tema é de extrema relevância para a difusão de saberes e conhecimentos que possam consolidar essa relação e favorecer efetivamente o processo de ensino-aprendizagem em Geografia, assim como, a aproximação entre cultura, arte e educação por meio das instituições escolares.

Porém, o trabalho com música não pode ocorrer como um passatempo ou uma forma de diversão sem cunho pedagógico. É essencial que o professor ou a professora utilizem a música como uma forma de recorrer a ministração de conteúdos de forma dinâmica e prazerosa, objetivando análises, discussões, atividades e avaliações que promovam a apreensão dos conteúdos geográficos trabalhados por meio da música.

Além disso, como aponta Muniz (2012, p. 90) “A música, assim como os demais recursos didáticos existentes em nossos dias não deve substituir o professor, a problematização, o pensar crítico e a criatividade do aluno, mas deve ser utilizada como meios para alcançar objetivos

traçados”. Por isso a música não deve ser entendida como um passatempo. O professor ou a professora deve trabalhar a música com suas turmas e não tocá-la simplesmente para agradar os e as estudantes. É preciso que haja objetivos pedagógicos e fundamentos didáticos para que o trabalho com a música seja construtivo, independentemente do gênero musical escolhido.

Sendo assim, “Cabe ao professor criar possibilidades de utilização de diferentes meios no processo de ensino-aprendizagem que permitam desenvolver habilidades e competências de acordo com as peculiaridades de seus alunos” (MUNIZ, 2012, p. 90). Portanto, o trabalho com a música pode ser alternado com outros recursos didáticos, para que não se torne cansativo e rotineiro.

Muitas são as possibilidades de alternância entre música e outras possibilidades de trabalho, como exposições orais, apresentação de slides, filmes e jogos. Tudo depende da realidade em que a escola está inserida, dos recursos e da infraestrutura presentes na mesma, da faixa-etária das turmas e da criatividade docente. Assim:

O professor precisa mediar o processo de aprendizagem e ter domínio da ferramenta a ser utilizada, tornando o conteúdo mais didático, procurando transformar o aluno de simples espectador, de mero e passivo receptor em sujeito crítico do conteúdo em estudo, despertando seu olhar geográfico. Se a utilização do recurso não tiver o fim de provocar reflexões e estimular a criticidade, participação e o desenvolvimento de habilidades e competências, o tradicionalismo ainda permanecerá na sala de aula, ocorrendo somente uma substituição de recursos, mas permanecerão velhas práticas que cegam os que desconhecem a importância da educação geográfica (MUNIZ, 2012, p. 90-91).

Portanto, é notório que a música tem muito a contribuir para o ensino de Geografia e para um processo de ensino-aprendizagem que seja múltiplo, prazeroso e dinâmico. Mas é preciso que esse processo seja feito com atenção e criticidade para que a efetivação seja construtiva na vida tanto de quem ensina quanto de quem aprende.

A utilização da música *Noite Inteira* no trabalho com o conceito de democracia

Ilustrando o que foi dito até então, a utilização da música *Noite Inteira*, da banda Pitty com participação de Lazzo Matumbi, é um ótimo exemplo para se trabalhar o conceito de

democracia com turmas de Ensino Médio. A música aborda, em diferentes trechos, pontos de vista que criticam a ausência de direitos básicos para a vida humana, direitos esses que deveriam ser garantidos pela Constituição Federal. O trecho abaixo mostra bem isso.

*Pisar com segurança nesse novo chão
A ocupação se dá de tal maneira
É guerra sem quartel, embate com razão
Pra pertencer e ser em toda esquina*

Nesse trecho podemos perceber o anseio de se estar em segurança em um novo chão, ou seja, em uma nova realidade que seja mais segura do que a que estamos vivendo. Além disso, mostra também que a “guerra” contra as desigualdades é sem quartel, não se utilizando a violência ou as forças armadas, mas sim, a razão. Utilizando-se de argumentos verídicos e racionais para que possamos pertencer e sermos nós mesmos, em segurança, em toda e qualquer esquina do nosso país.

No trecho abaixo a música aponta a importância da argumentação em momentos de desafios, onde a liberdade mundo afora nos remete a sensação de segurança e igualdade de direitos, conceitos basilares da democracia.

*Desafiando a norma do que deve ser
Que domicílio seja mundo afora
Tem hora que o que vale é argumentação
Tem tempo de bailar a noite inteira*

Nesse sentido, o próximo trecho também retirado da música aborda a liberdade de expressão, a compreensão e a resistência durante da opressão. Todos esses elementos são necessários para uma vida em democracia, onde a sociedade precisa agir de forma a garantir seus direitos e cumprir seus deveres como cidadãos e cidadãs.

*Não peço que concorde, não impeça que eu fale
Entendo que discorde, não espere que eu me cale
(Respeita a existência ou espere resistência)*

Desse modo, após as exposições dos trechos acima, é possível percebermos que o trabalho com a música no que se trata da compreensão de estudantes do Ensino Médio sobre o conceito de democracia é ilustrativo, dando margem para diferentes intertextualidades, debates e atividades que solidifiquem o processo de ensino-aprendizagem nas aulas de Geografia.

Contudo, como dito anteriormente, a música não pode ser trabalhada como um passatempo ou mesmo substituir a mediação docente. Por isso, antes de passar a música, é necessário que haja uma, pelo menos, exposição oral sobre o conceito de democracia, abordando os principais fundamentos teóricos e exemplificações práticas do mesmo ao longo da história, pois, assim, a música fará sentido para quem ouve, dando possibilidade para relacionar a letra trazida por ela com o que foi explicado durante a exposição oral.

É importante, ainda, que depois das explicações e até mesmo da utilização de recursos didáticos como livros, textos ou apresentação de slides, a música não seja passada simplesmente para que a turma possa ouvi-la. É preciso que o professor ou a professora contextualize a letra com a temática abordada, aguçando o senso crítico e a imaginação dos e das estudantes.

Além disso, pode haver a realização de debates e tarefas em grupos para que a turma tenha sua participação direta na construção desse processo de ensino-aprendizagem, possibilitando a fala ou a escrita dos e das estudantes e fazendo com que ideias e perspectivas sobre o que foi visto durante a aula seja colocado em prática.

Romper com as bases tradicionais de um ensino de Geografia pautado na memorização é fundamental para pensarmos em uma educação libertadora, autônoma e emancipatória, garantindo o direito à educação de forma plena, possibilitando com que os anseios e demandas da população possam ser ouvidas e oportunizando mudanças na sociedade tão desigual como a que vivemos.

Considerações finais

Toda proposta de ensino deve ser pensada com objetivos e metas que proporcionem a consolidação de um processo de ensino-aprendizagem que possa contribuir para a vida acadêmica, mas sobretudo, para a formação humana. Por isso é tão importante aguçar o senso crítico discente, trabalhando também com os sentidos e emoções para que múltiplas oportunidades sejam garantidas ao longo da vida escolar de cada pessoa, resultando assim em possibilidades que ultrapassem os muros escolares.

Portanto, o uso da música como uma forma de aguçar o olhar geográfico de forma crítica em sala de aula é fundamental para o rompimento de um ensino de Geografia pautado na memorização, desenvolvendo habilidades que pratiquem a imaginação e a criatividade, como ilustrado pelo exemplo da utilização da música *Noite Inteira* para se trabalhar o conceito de democracia.

Referências

ALVES, R. *Conversas sobre Política*. Campinas: Vênus, 2002.

BORGES, S. Democracia e participação social, um problema geográfico? A contribuição de conselhos municipais para a democratização do poder e do espaço. **Geografia, Ensino & Pesquisa**. Vol. 21, n. 3. 2017, p. 8 – 24.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRINGEL, B; ECHART, E. Movimentos sociais e democracia: os dois lados das “fronteiras”. **Caderno CRH**. Vol. 21, n. 54. 2008, p. 457 a 475.

KANT, I. *Crítica da Razão Prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MUNIZ, A. A música nas aulas de Geografia. **Revista de Ensino de Geografia**. Vol. 3, n. 4. 2012, p. 80 – 94.

PANITIZ, L. Geografia e música: uma introdução ao tema. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. Vol. XVII, n. 978. 2012.

ROUSSEAU, J. *Do Contrato Social*. Petrópolis: Vozes de Bolso, 2017.

PESQUISA SOBRE USO FERRAMENTAS PELOS ALUNOS NO PERÍODO PANDEMIA - FADMINAS

Eduardo Silva¹

Aline Michelli da Silva Penido²

¹ Prof. **Eduardo Silva**. Bacharel em Administração; Especialista em Educação a Distância; Especialista em Direito Educacional; Pós-Graduando (Especialização) em Comunicação e Jornalismo; Mestre em Administração.

² Bacharela em Administração; Especialista em Pedagogia Empresarial; Mestra em Administração.

1 INTRODUÇÃO

As instituições de ensino superior têm um papel de extrema relevância para a formação da massa pensante no país e, apesar de o Brasil não estar em patamares considerados satisfatórios de jovens no ensino superior, comparado com outros países, em termos percentuais, há esforços para elevar a participação da população no ensino superior.¹

¹ Toma-se como base, por exemplo a meta 12 do Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. O documento determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024 e tem diretrizes para educação superior expressas pelas metas 12 e 13:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (VILAS BOAS; RODRIGUES; SOARES, 2020, p. 29).



Figura 1: Número de ingressos em cursos de graduação, por modalidade de ensino – Brasil 2008-2018

Fonte: MEC/INEP; Censo de Educação Superior 2018: notas estatísticas *in* VILAS BOAS; RODRIGUES; SOARES, 2020, p. 27.

Em 2018 houve um aumento no número de alunos matriculados em cursos superiores a distância, aparentemente compensando o declínio nos cursos presenciais (BRASIL, 2019). Os que ainda optam pelos cursos presenciais, o fazem por acreditar na qualidade, por não se sentirem aptos a organizarem sua rotina de estudos, ou até mesmo por sentirem necessidade da interação social.

Contudo, desde março de 2020, esses alunos tiveram que se adaptar a uma nova realidade devido à pandemia que acometeu o mundo, impedindo-os de frequentarem as aulas de forma presencial.

Este período inédito para todos, traz em si um desafio muito grande: lidar e superar as dificuldades referentes à educação superior, mantendo a qualidade, o interesse e o aprendizado do alunado. Tarefa pra lá de complicada.

Assim sendo, as instituições em geral, depararam com algo que ainda não tinham enfrentado. O desafio foi muito grande, pois, de uma hora para a outra, abruptamente, todo o planejamento do semestre teve que ser alterado e adaptado para uma nova realidade, até então,

impensada. As instituições de ensino superior nunca mais voltarão a ser as mesmas ou trabalharão nas mesmas condições. Por mais que possam voltar a atuar da forma como trabalhavam anteriormente, as cicatrizes não sairão jamais.

Logo, todo um processo de adequação e adaptação foi elaborado e, tanto alunos quanto professores detiveram-se para ajustar a tal.

Adaptação de horários, conteúdos, forma de apresentação das aulas, adequações tecnológicas e conhecimento de novas ferramentas, foram barreiras que precisavam ser superadas para que o semestre tivesse sucesso ou, pelo menos, uma minimização no impacto negativo deste período.

Mesmo as instituições que não tinham em seu leque a oferta de cursos na modalidade EaD, tiveram que se adaptar a essa nova realidade, oferecendo aulas denominadas “remotas”. De forma síncrona, as aulas acontecem no mesmo horário das anteriormente presenciais, utilizando-se de plataformas e ferramentas tecnológicas de transmissão simultânea desses conteúdos.

O Parecer CNE/CP Nº 5/2020 regulamentou, apresentando a “distinção entre educação a distância propriamente dita, modalidade regulamentada por um conjunto de exigências específicas para o credenciamento e autorização de oferta pelas instituições” com todo seu aparato legal, “e a realização de atividades pedagógicas não presenciais enquanto persistirem restrições para a presença dos estudantes nas instituições de ensino”, denominadas de “remotas”, informam Vilas Boas; Rodrigues; Soares (2020, p. 15-16).

Explicitando a utilização do termo “remoto”, os autores acima citados (2020, p. 16) destacam que “Especialistas têm proposto o uso da terminologia Ensino Remoto Emergencial - ERE (TOMAZINHO, 2020), em analogia ao termo em inglês *Emergency Remote Teaching* para caracterizar uma ‘mudança temporária da oferta instrucional para um modo de oferta alternativo devido a circunstâncias de crise’ (HODGES, 2020).”²

² Segundo dados publicados pela Revista Exame, em 23 de abril de 2020 na matéria intitulada “Na quarentena, o mundo virou uma *live*”, as buscas por conteúdo ao vivo já tinham crescido 4.900% no Brasil, com cerca de 3,5

O próprio MEC está preocupado com tal situação. Quer saber como foi o desempenho e as dificuldades das instituições de ensino superior neste primeiro semestre de 2020. A preocupação é generalizada: governo – através de seu ministério, instituições, direção/coordenações, professores, alunos e familiares dos alunos envolvidos.

A figura 2 demonstra o conjunto de contextos legais apresentados pelo MEC para tentar contornar os impactos negativos da pandemia no ensino.

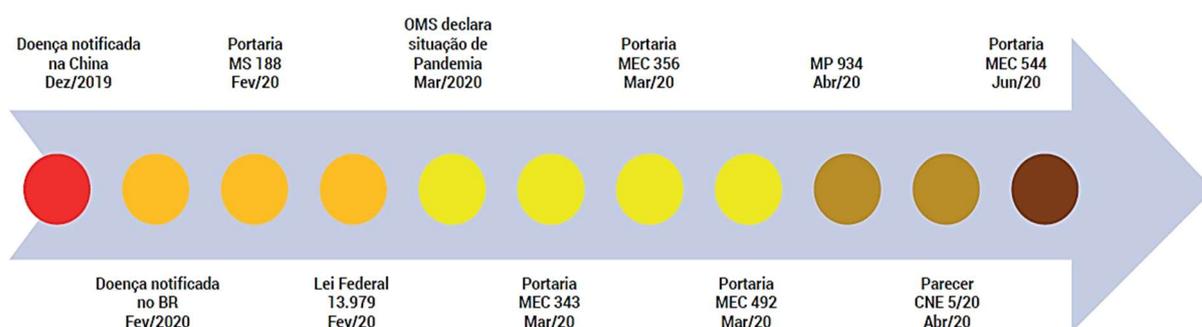


Figura 2: Linha do tempo das principais medidas normativas/consultivas de enfrentamento aos transtornos causados pela pandemia de Covid-19 no âmbito da educação

Fonte: Prado (2020, p. 33)

E, à medida que o tempo vai passando e os números de infectados e possíveis infectados não diminuem, novas medidas são tomadas e serão tomadas para adequação a essa nova realidade vivida por todos.

O MEC desenvolveu uma pesquisa junto às instituições para saber como foi o semestre, quais dificuldades encontradas, sugestões etc. Após este primeiro levantamento, desenvolveu uma pesquisa junto a professores e alunos, para ouvir o outro lado dos envolvidos em todo este período de pandemia e quais suas percepções ante tal situação.

bilhões de minutos de conteúdos transmitidos ao vivo, por dia, pelo YouTube, apenas no final do mês de março. (VILAS BOAS; RODRIGUES; SOARES, 2020, p. 18).

Desta forma, os P.I.'s – Procuradores Institucionais das Instituições de Ensino Superior, receberam um e-mail comunicando a disposição do ministério em conhecer a situação das IES's na pandemia e solicita que seja respondido o que se refere à instituição e que, para os demais – professores e alunos, seja divulgado, sugerindo que se responda ao referido questionário para tornarem-se conhecedores da situação e, dependendo do resultado, adequem possíveis situações/soluções para minimizar os impactos negativos da situação vivida atualmente por todos. (Ver Anexo 1 o que foi pedido pelo MEC aos professores responderem).

A expectativa é que os alunos, ao responder a este pequeno questionário, expressem verdadeiramente seus sentimentos referentes a esse momento ímpar, ajudando a IES a entender e aprimorar, se for o caso, os meios para possíveis adequações para atendimento adequado tanto aos alunos quanto à própria IES.

Portanto, no dia 07 de junho de 2020, no final do primeiro semestre do citado ano, foi proposto aos alunos de todos os cursos da FADMINAS - Faculdades Integradas Adventistas de Minas Gerais, preencherem um questionário sobre o uso de ferramentas por parte dos mesmos durante este período de pandemia, para acompanhar as atividades remotas das disciplinas oferecidas. O mesmo, contendo perguntas abertas e fechadas, foi elaborado visando a identificação dos cursos e o período em que o aluno está inserido.

Neste sentido, o artigo apresentará os resultados referentes à percepção dos alunos da Instituição em relação a essa nova realidade, utilizando-se de tais dados para melhor adequar às necessidades de seu corpo discente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Por se tratar de uma situação recente e descomunal, não há muita referência sobre o assunto abordado neste trabalho.

Apesar de não ser algo novo na humanidade, a geração atual não havia passado por essa situação. A última grande epidemia/pandemia registrada no mundo ocorreu em 1918, a chamada gripe espanhola. Esta, conforme registros históricos, dizimou cerca de 50 milhões de pessoas em todo o mundo, sendo 500 mil pessoas nos Estados Unidos e aproximadamente 35 mil mortes no Brasil³.

“Segundo a Unesco, quase 1,6 bilhão de crianças e jovens tiveram as aulas afetadas em todo mundo. Isso significa mais de 90% do público estudantil” (HOFFMANN *et alii*, 2020, p. 4).

Essa situação é visível no ensino superior. Ainda sob a perspectiva de Hoffmann *et alii* (2020, p. 5),

a educação é afetada proporcionalmente quando há crescimento nas taxas de desemprego. O ensino superior presencial será afetado pelas taxas de desemprego, pois geralmente a educação ocupa uma fatia significativa da renda familiar. A educação à distância (EAD), por sua vez, sofrerá menos. Por ter um custo mais baixo – quando comparada à graduação presencial –, a modalidade tende a ser mais sustentável como negócio.

Já a evasão aumentou 32,5% no mesmo período. A captação também deve ser afetada: as IES já se preparam para receber menos entrantes tanto no segundo semestre de 2020 e quanto no primeiro semestre de 2021.

A figura a seguir apresenta a situação das universidades federais, mas as instituições privadas também têm uma situação desconfortável neste momento.

³ *Centers for Disease Control and Prevention*, <https://www.cdc.gov/flu/pandemic--resources/1918-pandemic-h1n1.html> e <https://atlas.fgv.br/verbetes/gripe--espanhola>

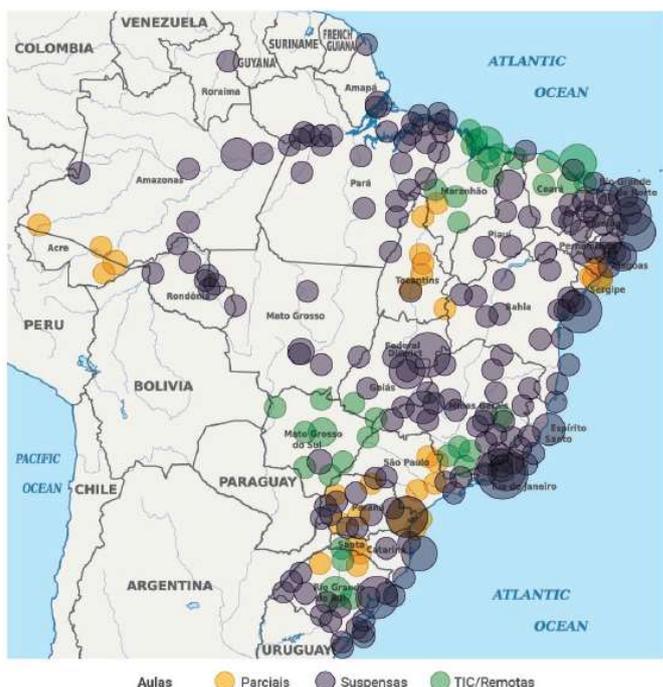


Figura 3: Mapa de situação das aulas de graduação nas universidades federais em 20/06/2020

Fonte: Monitoramento das Instituições de Ensino. Coronavírus. MEC, 2020. In PRADO, 2020. p. 31.

Na figura 3, percebe-se que a maior parte das IES Federais suspenderam as aulas no período da pandemia. Contudo, essa não é a realidade das IES privadas, pois dependem das mensalidades para pagamento de professores, servidores e demais custos, tendo que se adaptar à nova situação.

Alguns dados a seguir (ver Figura 4), extraídos do trabalho desenvolvido pelo Grupo A Educação, intitulado “A Gestão do ensino superior pós-pandemia: saiba como inovar na nova realidade”, apresentam contextos preocupantes, pois afetaram a vida de inúmeros estudantes e/ou seus familiares e isso poderá prejudicar a capacidade de honrar seus compromissos financeiros junto às IES, o que causará um efeito cascata sem precedentes e imensurável, pelo menos no momento, pois 29% dos alunos sofreram algum tipo de impacto em sua situação financeira, sendo que, 22% desses, ficaram desempregados.

Tal pesquisa é importante para mostrar a realidade, oferecendo perspectivas de análise para eliminar e/ou minimizar os impactos negativos nos referidos aspectos no âmbito educacional superior, referente ao comportamento do corpo discente.

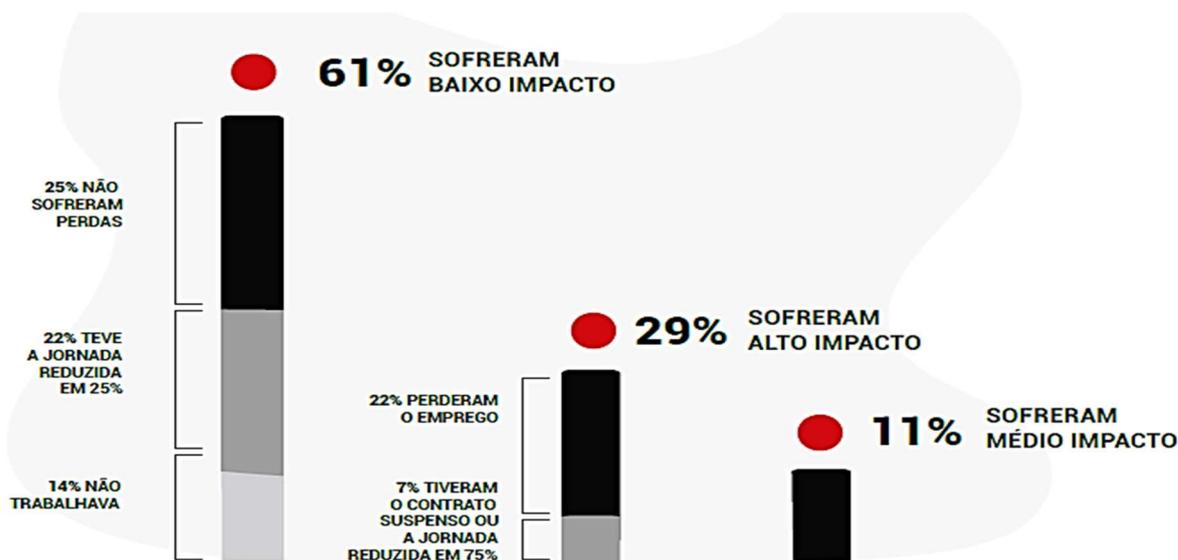


Figura 4 – Impacto na vida financeira dos alunos

Fonte: Grupo A Educação

De acordo com Modesto; Coimbra (2020, p. 29) “um financiamento estudantil emergencial que acolha estudantes já matriculados das milhares de famílias impactadas pela crise está em discussão.” Há também, como afirmam os autores supracitados, um estudo para implantação, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, “de linhas específicas e adequadas à realidade do setor educacional, já tendo havido a expansão da oferta de capital de giro para empresas ou grupos econômicos com faturamento anual de até R\$ 300 milhões até 30 de setembro de 2020, com limite de financiamento de até R\$ 70 milhões por grupo econômico” (MODESTO; COIMBRA, 2020, p. 29).

Ainda, na descrição de Modesto; Coimbra (2020, p. 29-30):

Em relação ao Financiamento Estudantil (Fies) e ao Programa Universidade para Todos (ProUni) havia a necessidade de adoção de medidas específicas. As relativas ao Fies vieram no bojo do edital da Secretaria de Educação Superior (SESu) nº 21, de 17 de março de 2020, que alterou o edital nº 72, de 20 de dezembro de 2019, prorrogando a lista de espera do Fies 1/2020. Além disso, a Portaria nº 323, de 21 de maio de 2020, prorrogou os prazos para validação pelas Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) e para formalização do financiamento estudantil junto ao agente financeiro para as inscrições do 1º semestre de 2020 que estivessem vencidas.

Em relação ao ProUni também houve prorrogação da lista de espera por meio do Edital SESu nº 22, de 17 de março de 2020, que alterou o edital nº 71, de 13 de dezembro de 2019.

A necessidade de prorrogação da entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) também foi considerada pelo governo federal, tendo sido editada a Medida Provisória nº 959, de 29 de abril de 2020, que prorrogou a vacância da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

Há também outros contextos legais emergenciais que afetaram diretamente as instituições de ensino, como por exemplo, a questão do cumprimento dos dias letivos. Além disso, boa parte das IES se viu obrigadas a reestudar a questão dos valores e prazos de pagamento de suas mensalidades, pois é real o impacto financeiro na vida dos estudantes e de seus familiares. Tal impacto influencia diretamente sua capacidade de pagamento.

As figuras 5 e 6 demonstram essa situação, onde quase metade dos estudantes desistiram ou podem desistir de estudar (Figura 5) e 60% pensam em sair do curso caso tenham seu emprego afetado (Figura 6).

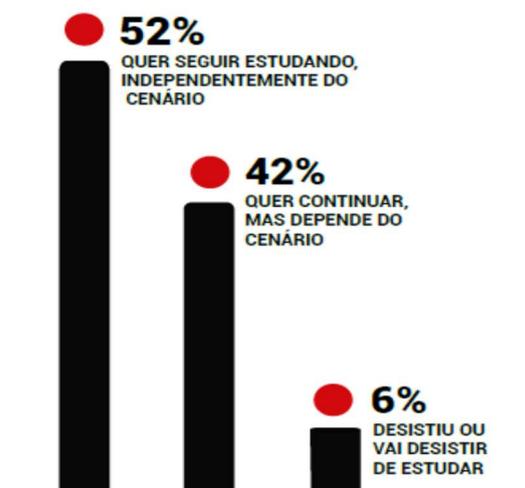


Figura 5 – Pretensão dos alunos quanto ao futuro nos estudos

Fonte: Grupo A Educação

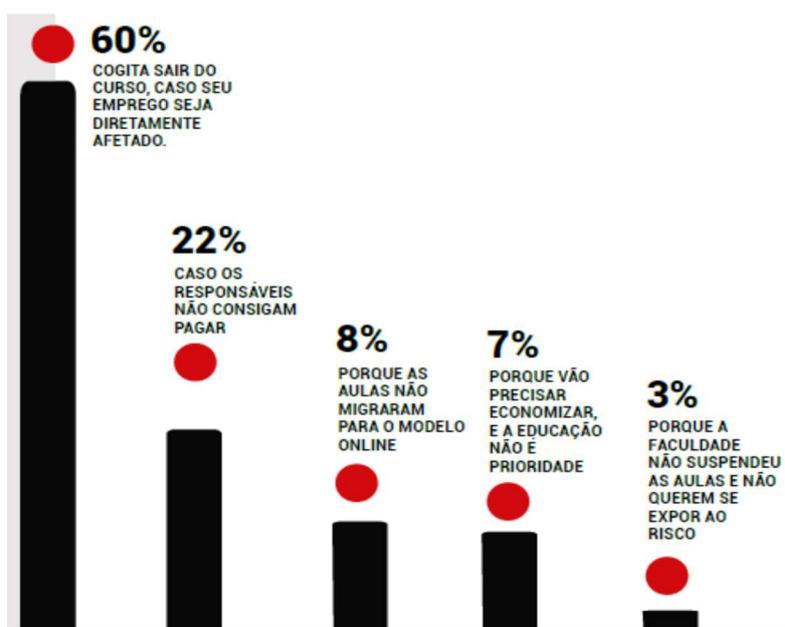


Figura 6 – Abandonaria seus estudos?

Fonte: Grupo A Educação

Diante do exposto, cabe às IES's estudarem a melhor forma de se prepararem para impactos no número de seu alunado e também pela guerra que poderá se instaurar entre as instituições, pois o momento é difícil para todos. Aquele que tiver condições de oferecer o melhor pelo menor preço, pelo menos neste momento de pandemia e pós-pandemia, por tempo ainda não determinado, sairá na frente.

Isso se concretiza neste contexto, pois fica claro que o fator financeiro, onde muitos estão passando por uma crise financeira sem precedentes, poderá pesar, e muito, para que tal fator seja determinante no que concerne à sua permanência no ensino superior, continuando seu período letivo normalmente ou com pequenos ajustes.

Pode-se assegurar – mesmo que não de forma plenamente científica – que, quanto mais à frente no período estiverem, menor a probabilidade de abandonarem o curso ou prorrogarem seu prazo de conclusão; porém, quanto mais novo na instituição, maior a probabilidade de se abandonar o curso.

Será que está se abrindo uma nova perspectiva na área educacional? Será que estão associando o aspecto do contexto das competências valorizando mais que os aspectos formais? “Cada componente curricular, cada projeto, cada disciplina deveria ter, por si só, uma microcertificação (nanodegree) que atraísse interessados no desenvolvimento dessas competências para aplicá-las em curto prazo no mundo real”, defende Hoffmann *et alii* (2020, p. 22). As instituições deverão oferecer algo mais que o tradicional para manter o interesse de seus alunos em continuar seus estudos. Caso contrário, buscarão outros caminhos que não a graduação formal, trazendo grande desvalorização ao diploma em si, neste mundo identificado por muitos como “mundo VUCA: Volatility (volatilidade), Uncertainty (incerteza), Complexity (complexidade) e Ambiguity (ambiguidade)”.

Por outro lado, é nesses momentos que se busca a superação. Como diz o ditado: “enquanto uns choram, outros vendem lenços.” Ou seja, muitos – alunos, professores e instituições –, têm buscado na dificuldade vivida atualmente, ir além das expectativas, fazer mais com menos, sinergizar.

“Situações de crise estimulam a imaginação e a criatividade. Para Ken Robinson, todo ser humano nasce com enorme talento criativo. O desafio é desenvolvê-lo. Uma cultura de inovação precisa incluir todos, não só um grupo seletivo.” (MORIN *in* XAVIER; DAMAS, 2020, p. 32)

3 METODOLOGIA

O questionário foi apresentado contendo 11 questões. Destas, 7 questões foram de múltipla escolha (escolher uma opção ou mais de uma) e 4 questões abertas (sendo que uma das questões era para inserir o e-mail, caso optasse por receber o resultado deste trabalho).

Por se tratar de uma pesquisa de cunho não tão rigorosa em termos de contextos e padrões científicos, o questionário foi disponibilizado no grupo de WhatsApp de algumas turmas e, de outras, através da solicitação para que alguns alunos – que receberam o questionário em seu contato particular, enviassem para os contatos de suas turmas.

Como é de se esperar com este tipo de método de aplicação de questionários, não muitos estão dispostos a responder. Ao todo, a instituição tem, aproximadamente, 450 alunos devidamente matriculados. Contudo, o número de respondentes ao questionário proposto foi 65, o que corresponde a 14,44% do total. Porém, com as respostas apresentadas, pôde-se fazer uma análise da situação dos alunos – sua percepção, no que se refere ao uso de ferramentas durante esse período de pandemia, onde a instituição, respaldada por contextos legais, utilizou-se de meios remotos para que os alunos pudessem ter a oportunidade de se envolver nos aspectos acadêmicos do semestre e não perder seu semestre letivo referente ao ano de 2020-1.

Vieira; Castro; Schuch (2010, p. 5) destacam que as pesquisas realizadas via internet estão ficando cada vez mais populares, apresentando vantagens e desvantagens. Considerando as “potenciais desvantagens das pesquisas on-line, a que pode ser considerada como principal é a baixa taxa de resposta aos questionários”, pois, segundo os autores, respaldados por constatações de vários pesquisadores, essa “baixa taxa de resposta [...]” está “associada à

realização de uma pesquisa de marketing pela internet. Entretanto, as razões para tal constatação precisam ser mais bem estudadas.”

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

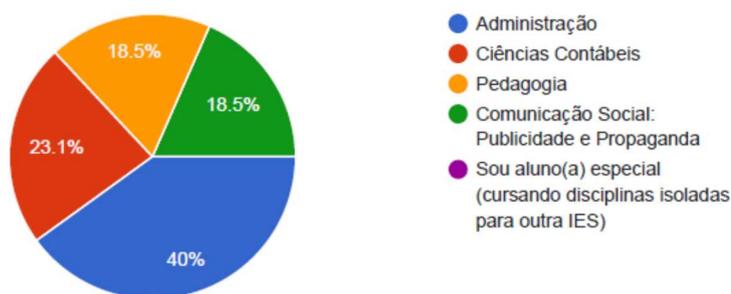
Serão analisadas, a seguir, as respostas apresentadas pelos alunos no questionário proposto (ver anexo).

Como está descrito na metodologia, foi enviado aos alunos, via aplicativo WhatsApp, para que respondessem. Aos alunos onde se tinha contato do grupo das turmas, foi inserido diretamente. Aos demais, foi solicitado a, pelo menos um aluno de cada turma dos cursos oferecidos pela instituição em questão, que enviassem ao grupo de sua turma para que respondessem.

A primeira questão proposta foi a identificação dos alunos por curso. A Fadminas possui 4 cursos de graduação, todos na modalidade presencial, quais são: Administração; Ciências Contábeis; Pedagogia e Comunicação Social – habilitação em Publicidade e Propaganda. Uma informação importante é que, com toda certeza, nem todos os alunos matriculados tiveram acesso ao questionário proposto, mas não há como precisar o número ou percentual destes que não tiveram tal acesso.

Do total de 65 alunos respondentes, 40% se identificaram como estando ligados ao curso de Administração (26 respondentes); 23,1% sendo do curso de Ciências Contábeis (15 respostas); 18,5% disseram ser do curso de Pedagogia e o mesmo percentual do curso de Publicidade e Propaganda (12 respondentes de cada curso, desses dois últimos).

Gráfico 1 – Curso do aluno



Fonte: Elaborado pelos autores

Outra questão proposta foi a identificação do período em que o aluno estava matriculado no momento de sua resposta à pesquisa. Destacando que não há, aqui, vínculo do período cursado com o curso em si. Ou seja, as respostas apresentadas no gráfico 2 referem-se ao universo dos 65 respondentes, sem a separação por curso.

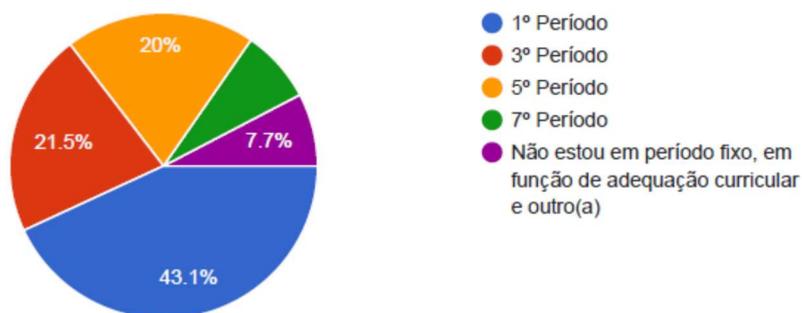
Dos respondentes, 43,1% afirmaram estar no 1º período de um dos cursos (28 alunos); 21,5% matriculados no 3º período (14 respondentes); 20% (13 respostas) no 5º período; 7,7% (5 discentes) disseram estar no 7º período; bem como 7,7% (5 alunos) afirmaram não estar em nenhum período fixo, decorrente de adequação curricular.

Essa adequação curricular se refere a alunos que vieram para a instituição via transferência e tiveram algum aproveitamento de estudos, fazendo com que tenham dispensas de disciplinas. No horário das disciplinas dispensadas, optam por fazer outra disciplina em outro período para aproveitamento do tempo e “puxar” disciplinas para não comprometer o tempo para integralização de seus estudos. Também pode se referir a alunos que tiveram reprovações; término do curso com dependência, voltando para cursar as disciplinas faltantes; alunos que estão fazendo disciplinas especiais, em função de acordo com outras instituições, como aluno especial, para aproveitamento na instituição de origem.

Percebe-se que a maioria dos alunos está concentrada nos dois primeiros períodos. Um dos motivos que podem respaldar tal engajamento em responder o questionário é que um dos

autores deste trabalho ministra disciplinas para os períodos iniciais, em especial para Administração e Ciências Contábeis, cursos que, conforme apresentado no gráfico 1, representam a maior parte dos que responderam (63,1% estão nos dois cursos citados e 64,6% estão nos dois primeiros períodos de seus cursos).

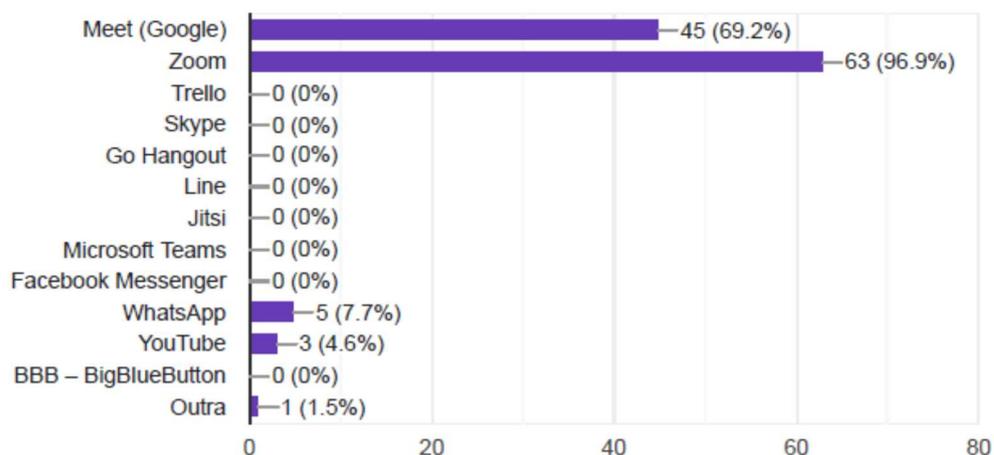
Gráfico 2 – Qual o período cursado



Fonte: Fonte: Elaborado pelos autores

Apenas para confirmar, já que é de conhecimento de todos que as ferramentas Zoom e Meet Google são as mais utilizadas pelos professores para as atividades das aulas, foi perguntado aos alunos quais ferramentas eram mais utilizadas pelos professores. Destaque para Zoom, com ampla maioria das respostas – 63 das 65 possíveis respostas assinalaram tal opção, e Meet Google – 45 respostas. É importante destacar que nesta questão, era possível assinalar até duas opções como resposta.

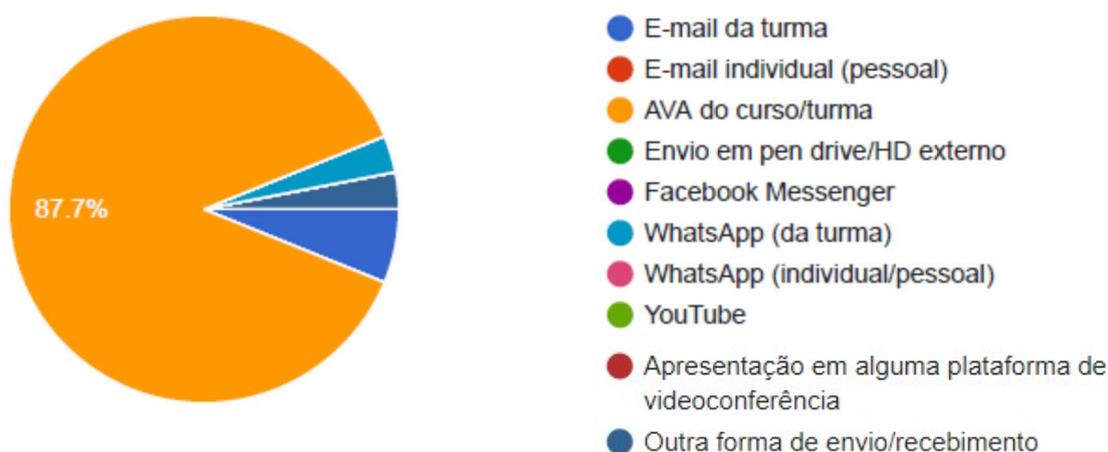
Gráfico 3 – Ferramentas mais usadas pelos professores para as atividades de aulas



Fonte: Elaborado pelos autores

No que se refere às ferramentas utilizadas pelos professores para aplicação e verificação de aprendizado – atividades avaliativas –, a utilização do AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem foi o mais destacado. Neste ambiente, ferramenta específica da instituição para desenvolvimento deste contexto avaliativo, foi possível disponibilizar aos alunos não somente as avaliações com prazos e conteúdo, mas também outros materiais necessários ao desenvolvimento de tais atividades, bem como referente ao conteúdo trabalhado no semestre e disponibilizado para consulta aos discentes.

Gráfico 4 – Ferramentas de avaliação utilizadas pelos professores

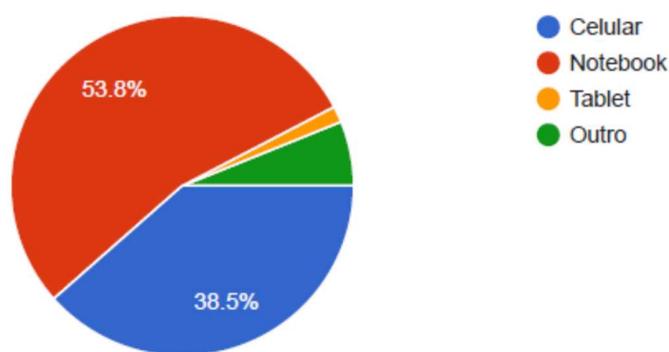


Fonte: Elaborado pelos autores

Quanto ao equipamento utilizado para o desenvolvimento das atividades, apresentado no gráfico 5, assistir às aulas, acompanhar o processo avaliativo, postagem de atividades etc, 92,3% dos respondentes afirmaram que utilizam notebook ou celular.

Até por questão de necessidade, os que não tinham algum desses aparelhos, tiveram que se adequar, solicitando emprestado a algum parente ou amigo, pois a realidade exigia para que não ficasse fora e/ou atrasado com seus deveres acadêmicos.

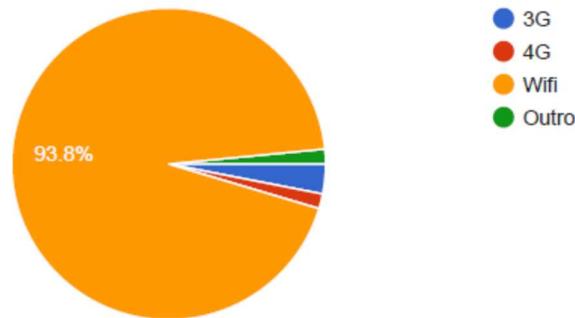
Gráfico 5 – Equipamento utilizado



Fonte: Elaborado pelos autores

Da mesma forma que o gráfico 5 apresentado anteriormente, o gráfico 6 apresenta ampla maioria dos alunos utilizando-se de *wifi* como conexão de internet para o acompanhamento das atividades relativas ao semestre letivo 2020-1 de suas disciplinas.

Gráfico 6 – Conexão de internet



Fonte: Elaborado pelos autores

Foi perguntado aos alunos se houve alguma dificuldade em relação ao acesso dos mesmos com os professores. Ou seja, se os professores eram acessíveis para orientações, tirar dúvidas, definições de atividades e retorno das atividades desenvolvidas etc. Do total de respondentes, 89,1% disseram não ter encontrado nenhuma dificuldade no acesso aos professores no período em questão.

Um dos destaques apresentados pelos alunos foi que praticamente todos os professores se dispuseram a estar prontos para eventuais dúvidas, disponibilizando seu telefone pessoal, através da ferramenta de WhatsApp para que os alunos pudessem interagir com os mesmos.

Considerando esta pergunta (se houve alguma dificuldade no acesso aos professores), houve a complementação da questão, interrogando quais dificuldades foram encontradas, para aqueles que responderam SIM; observando que esta resposta não era obrigatória. Apenas quatro comentários foram apresentados e o questionamento passa, maiormente, em função da dificuldade de acesso à internet do aluno, não da dificuldade de resposta do professor em si. Houve também um comentário que um determinado professor visualizava as mensagens, porém não as respondia.

Nesta linha de questões abertas quanto ao uso de ferramentas e acesso aos professores, foi proposto aos alunos a seguinte questão: “Exponha sua opinião e dificuldades quanto ao

acesso de ferramentas e desenvolvimento de atividades/avaliações acadêmicas neste período em questão”. Também não era obrigatório a resposta da mesma. Neste caso, 35 alunos expuseram suas opiniões.

Destaca-se, novamente, o contexto da dificuldade de acesso a uma boa internet que dê suporte adequado a uma conexão que possibilitaria participação maior do aluno nas aulas síncronas, desenvolvimento de suas atividades/avaliações, contato com colegas da classe e com os professores.

Outro ponto bastante exposto pelos alunos foi a natureza descomunal deste momento vivido. Não há a cultura do estudo remoto, havendo muita dificuldade e necessidade, tanto de alunos quanto de professores, na visão dos alunos, de se ter aulas remotas. Há um clamor geral de que as aulas presenciais são realmente mais proveitosas que as remotas, mesmo que síncronas.

Outro aspecto destacado é que as atividades acabaram se sobrepondo e sobrecarregando aos alunos; pelo menos na visão deles. Talvez até por falta de experiência dos professores e dos alunos para conviverem com este novo tipo de ensino, já que, culturalmente, estavam preparados para aulas totalmente presenciais.

Houve também o reconhecimento de que os professores estavam se esforçando para oferecer o melhor para os alunos, tanto em termos de conteúdo/aulas quanto no que tange ao atendimento diferenciado aos alunos, tendo o cuidado de analisar caso a caso, principalmente de alunos que moram em áreas mais afastadas da cidade ou comunidades rurais, que tem uma maior dificuldade de acesso à internet o que comprometeu o acesso e, conseqüentemente, o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas.

Por fim, foi oferecido a oportunidade aos alunos que fizessem sugestões para amenizar e/ou melhorar o processo de ensino-aprendizagem neste momento transitório de pandemia, caso se persistisse por mais algum tempo este formato de desenvolvimento de atividades remotas.

Evidentemente que o maior desejo dos alunos foi o retorno imediato às atividades presenciais, mesmo sabendo que não depende somente da instituição para que tal realidade

aconteça. A alegação, já exposta acima, é que o aprendizado fica comprometido em função da não adaptação, pelo menos por ora, das atividades remotas, pois tem o costume de ter o professor presencialmente durante a semana na sala de aula ou em outras instalações da faculdade, podendo ter contato direto com este.

Um contexto também expressivo apresentado pelos alunos nesta questão de sugestões, é o equilíbrio dos professores em enviar atividades para os alunos, pois, em muitos casos, houve sobrecarga destas, o que dificultou o desenvolver das mesmas e também o processo de aprendizado. O acúmulo das atividades foi, na visão dos alunos, um ponto que poderia ser analisado para não prejudicar o andamento do novo semestre letivo, caso ainda sejam utilizadas atividades remotas em todo ou parte do semestre em questão.

Ainda neste contexto de sugestões, propõem-se que haja uma melhor comunicação por parte das coordenações e direção da instituição para melhor clareza das ações propostas aos professores e alunos.

Todo este contexto negativo trouxe também, implicitamente, um impacto psicológico muito grande em todos, além do financeiro. Porém, em função da brevidade, ainda, dos acontecimentos, não há uma gama de estudos que suportem, cientificamente, confirmações reais de tal impacto. Mas já há alguns estudos que tentam avaliar a situação atual.

Tratando do aspecto econômico, apresentados também nas figuras 4 e 6, Vilas Boas; Rodrigues; Soares (2020, 35) apresentam como “determinante[s] para o equilíbrio material e psicológico do estudante. Sem os recursos necessários para pagar mensalidades ou investir na estrutura necessária para seus estudos, o aluno fica à beira da desistência e da frustração de seus projetos de futuro.”

Como última resposta, houve também aqueles que solicitaram uma redução nos valores das mensalidades, alegando não terem o mesmo dispositivo de estrutura da instituição à sua disposição, nem o apoio direto de profissionais de suporte em geral, além do impacto financeiro que atingiu a muitos, com redução de renda e desemprego próprio ou de familiares que davam suporte, pagando parte ou todo das mensalidades escolares.

Modesto; Coimbra (2020, p. 34), demonstram que

É evidente que a comunidade institucional como um todo sofre os impactos da pandemia: professores, colaboradores e demais integrantes de uma instituição de ensino também estão sujeitos aos transtornos materiais e psicológicos que afligem parte dos estudantes. No entanto, é entre estes que tais transtornos tendem a se tornar mais graves, dada a dependência econômica e a imaturidade emocional a que muitos estão sujeitos.

[...], os impactos são diversos e percebidos de forma distinta em relação a cada público da educação superior: alunos de instituições públicas e privadas; de cursos diurnos e noturnos; e, ainda, de cursos presenciais ou a distância.

Tratando de forma separada os aspectos psicológicos, os autores (Modesto; Coimbra, 2020, p. 35) destacam que um dos aspectos relevantes “sobre os impactos ocasionados pelo coronavírus é o emocional. A mudança brusca de rotina imposta pela suspensão ou reorganização das atividades acadêmicas pode aguçar quadros de transtornos psicológicos, como ansiedade e depressão.” Todo contexto construído em torno do aspecto presencial não alcançado, “ao não mais desenvolver suas atividades no ambiente físico da IES, é possível que surjam problemas tais como a desorganização do tempo, a ociosidade e a procrastinação, que são fatores altamente geradores de ansiedade.”

Depois de tanto tempo ‘preso’ em casa, não somente o fator de se ter aulas presenciais, como é o costume, com toda a integração que ela oferece de relacionamento entre professores, alunos, funcionários, contatos extras... e o tempo passando, quase que desesperadamente anseia-se por um retorno.

Outrossim, as instituições estão em uma situação onde precisam desse retorno, pois corre o risco de impactos financeiros catastróficos, ao mesmo tempo deve se cuidar para que não haja impactos ainda maiores se algum caso ou casos acontecerem dentro da instituição e cair na mídia, onde o nome da mesma ficará em situação vexatória.

Mas, depois de tanto tempo isolado, é natural o anseio de se buscar o que se tinha antes, o que foi perdido. Oliveira (2020) destaca que o jornal El País desenvolveu uma pesquisa junto a psicólogos e psiquiatras e estes informam que, mesmo com os dados ainda assustadores e

alarmantes, há uma tendência a pequenas escapadas e que isso se tornará cada vez mais comum. Afirmam que esta explicação é científica.

Acontece porque os mecanismos de alerta do corpo humano, principalmente os cerebrais (com atuação da amígdala e hipocampo), que entram em ação ante um perigo, como a possibilidade de infecção por um vírus, entram em colapso depois de um tempo. É o que alguns especialistas chamam de “fadiga da quarentena” ou falência adaptativa. “Nosso sistema faz esforços para nos adaptar a situações novas e indesejadas, de privação. Mas, quando somos obrigados a fazer isso por muito tempo, esse mecanismo entra em falência e não conseguimos mais racionalizar”, explica Ricardo Sebastiani, especialista em psicologia clínica e saúde pública.

Os psicólogos não minimizam, no entanto, os danos que o isolamento acarreta, principalmente quando o “ficar em casa” também significa trabalhar em casa, criar lazer em casa e ter a escola dos filhos em casa. “Tudo isso é muito estressante. São cem dias de privações e medo, durante os quais recebemos muitos estímulos negativos e poucos estímulos positivos. Fomos privados até dos pequenos prazeres do dia a dia, como tomar café com um amigo”, diz Sebastiani. “Tudo isso faz com que a situação se torne insuportável em algum momento e passa a ser uma questão de o quanto vale a pena detonar a saúde mental para preservar a saúde física”, acrescenta.

De acordo com a ABRAFI (2020), os muitos dias de não atividades acadêmicas têm forçado as autoridades a começarem a liberar os acessos às atividades presenciais, com as devidas precauções. “Após mais de 100 dias de interrupção total das aulas presenciais, que afetou os 48 milhões de estudantes da **educação** básica, e os mais de 8 milhões do ensino superior, os estados começam a discutir e implementar os protocolos de reabertura”, afirma.

Aliás, não só nos meios acadêmicos, mas praticamente em todas as áreas, essa pandemia trouxe impactos negativos impensados, surpreendendo a todos com um momento ímpar, jamais presenciado por essa geração. Assim, a adequação e ajustes à esta realidade, carece de um tempo e, a cada dia, parece que o tempo se torna um inimigo, pois o horizonte que se via próximo, distancia-se.

Como destacam Modesto; Coimbra (2020, p. 32),

A pandemia evidenciou a força e a imprevisibilidade da natureza, bem como que a nossa esfera planetária é única, interconectada e interdependente.

No âmbito da educação superior, [...], os desafios são imensos e multidisciplinares. Se, por um lado, as amarras da regulação, da tradição e da oferta predominantemente presencial dificultaram a transposição dos desafios que

se apresentaram, por outro, a necessidade primordial de manter a conexão com o aluno por meio da continuidade da oferta e, ao mesmo tempo, assegurar a qualidade e a isonomia dessa oferta, antecipou o aprofundamento da educação a distância e da inovação de procedimentos. Enfim, houve uma ruptura com paradigmas do século passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todo o contexto aqui exposto, fica claro que há um clamor para que as coisas se resolvam o mais rápido possível, pois é desejo de todos: alunos, professores e instituição, que haja a volta da normalidade nos meios acadêmicos, pois a cultura dos alunos da instituição está direcionada para o padrão de aulas presenciais, percebendo que são afetados diretamente com essa modalidade, imposta pela situação, não refletindo a realidade desejada.

Contudo, apesar do anseio pelo retorno às aulas presenciais, a pesquisa demonstrou que os alunos, mesmo com todas as limitações e dificuldades encontradas, conseguiram se adaptar à nova realidade, apresentando maior insatisfação quanto à quantidade de atividades passadas pelos professores no semestre em questão (2020-1).

Em se tratando das limitações, a maior parte mencionou a falta de qualidade da internet (até porque a demanda nesse período está sendo maior). Essa é uma realidade não somente dos alunos, mas também dos professores que utilizam, muitas vezes, dos mesmos provedores que os alunos.

O aspecto positivo observado foi a percepção dos alunos quanto à dedicação e esforço da maioria do corpo docente em prestar o serviço (que deveria ser presencial) com compromisso e qualidade, fornecendo contatos pessoais para que pudessem ter um contato mais direto e efetivo com os discentes.

Como toda e qualquer mudança, necessita-se de um tempo para adaptação e, durante o período, tanto alunos quanto professores tiveram que se adequar à uma nova realidade, mas ao mesmo tempo, as mudanças geram aprendizados, e estes servem para trazer melhorias.

Diante do que foi exposto, os resultados podem ajudar a Instituição a criar estratégias que melhor atendam às necessidades dos discentes e orientar aos docentes a como proceder durante o tempo que persistir a quarentena, criando alternativas metodológicas de ensino que melhor se adequam ao momento vivido.

5 REFERÊNCIAS

ABRAFI – Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades. **Equilíbrio do ensino remoto e presencial desafia instituições privadas**. Brasília. Disponível em <<https://www.abrafi.org.br/index.php/site/noticiasnovo/ver/3545>> Acesso em 24 jul. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas**. Brasília, 2019.

HOFFMANN, Gustavo *et alii*. **A Gestão do Ensino superior pós-pandemia**. São Paulo: GRUPO A EDUCAÇÃO, 2020. [Gustavo Hoffmann; Daniel Infante; Igor Sales; Malu Gouveia; Vinícius Dias]

MODESTO, Bárbara; COIMBRA, Bruno. **Coronavírus e as mudanças regulatórias na educação superior**. Brasília, EDUX Consultoria, 2020. 46p. il. – (Coletânea Coronavírus e o Impacto na Educação Superior Brasileira, v. 2)

MORIN, E. **Esta crise nos interroga sobre as nossas verdadeiras necessidades mascaradas nas alienações do cotidiano**. Instituto Humanitas Unisinos, 25 abr. 2020. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/598378-esta-crise-nos-interroga-sobre-as-nossas-verdadeiras-necessidades-mascaradas-nas-alienacoes-do-cotidiano-entrevista-com-edgar-morin>>. Acesso em: 05 maio. 2020 *in* XAVIER, Iara de; DAMAS, Maximiliano. **Pandemia de coronavírus no Brasil: desvelando o cenário**. Brasília, EDUX Consultoria, 2020. 43p. il. – (Coletânea Coronavírus e o Impacto na Educação Superior Brasileira, v. 1)

OLIVEIRA, Joana. **“Fadiga da quarentena” leva até os defensores do isolamento a se arriscarem contra as regras**. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-24/fadiga-da-quarentena-leva-ate-os-defensores-do-isolamento-a-se-arriscarem-contras-regras.html?ssm=FB_CC> Acesso em 24 jul. 2020

PRADO, Henrique Sartori de Almeida. **Educação, política pública e a pandemia de Covid-19: oportunidade de aprender, desaprender e reaprender**. Brasília, EDUX Consultoria, 2020. 52p. il. – (Coletânea Coronavírus e o Impacto na Educação Superior Brasileira, v. 4)

VIEIRA, Henrique Corrêa; CASTRO, Aline Egges de; SCHUCH JÚNIOR, Vitor Francisco. **O uso de questionários via e-mail em pesquisas acadêmicas sob a ótica dos respondentes**.

XIII SEMEAD – Seminários em Administração. FEA/USP, São Paulo, set. 2010. Disponível em <http://www.pucrs.br/ciencias/viali/tic_literatura/artigos/outros/questionarios.pdf> Acesso em 24 jul. 2020.

VILAS BOAS, Patrícia; RODRIGUES, Marco Antonio; SOARES, Marcos Nunes. **A relevância da educação superior no combate ao coronavírus**. Brasília, EDUX Consultoria, 2020. 47p. il. – (Coletânea Coronavírus e o Impacto na Educação Superior Brasileira, v. 3)

XAVIER, Iara de Moraes; DAMAS, Maximiliano. **Pandemia de coronavírus no Brasil: desvelando o cenário**. Brasília, EDUX Consultoria, 2020. 43p. il. – (Coletânea Coronavírus e o Impacto na Educação Superior Brasileira, v. 1).

ANEXO 1

Questionário: solicitação do MEC aos professores

Fonte: <https://isurvey.cgee.org.br/mec/portaria343professor/*/perfil> Acesso em 22 jul. 2020↓ (ANEXO 1).

isurvey.cgee.org.br/mec/portaria343professor/*/perfil

Alterar Senha

Informe sua instituição de ensino superior:

UF município
MG LAVRAS

ES
FADMINAS - FACULDADES INTEGRADAS ADVENTISTAS DE MIN... ▼

Área

Área
Administração ▼

Houve substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais na sua Instituição?

Sim Não

Você atuou ministrando aulas remotamente em substituição de aulas presenciais no 1º semestre de 2020?

Sim Não

[Clique aqui para responder o formulário](#)

A AÇÃO DO PEDAGOGO NO AMBIENTE NÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE (CE): REFLEXÕES A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS

Alaide Jamille Braga Fernandes¹

Andreza Ferreira Alves da Silva¹

Francisco Cleyton Lopes Rodrigues²

*¹Graduada em Licenciatura de Pedagogia. Universidade Estadual Vale do Acaraú.
alayde_fernandes@yahoo.com.br Telefone: (85) 992101522.*

*¹Graduada em Licenciatura de Pedagogia. Universidade Estadual Vale do Acaraú.
andrezaferreira997@gmail.com Telefone: (85) 994086002.*

*²Professor Orientador. Universidade Estadual Vale do Acaraú. cleytonbio@yahoo.com.br Telefone:
(85) 88051226.*

RESUMO

O artigo apresenta as discussões e os resultados de uma pesquisa qualitativa que teve como objetivo principal inferir a importância do profissional pedagogo em ambientes de finalidade não escolar. Buscou-se, por meio de revisão bibliográfica e de entrevistas semiestruturadas, apresentar informações relevantes para a significação e valorização dos profissionais pedagógicos em atuação externa ao ambiente escolar. Para isto, trabalhou-se em uma abordagem exploratória, onde foram entrevistados três profissionais residentes e atuantes no município de Horizonte (CE). Concluiu-se com a ideia de que o curso de Graduação em Pedagogia, seja com profissionais atuantes em ambiente escolar ou não, ajuda na superação dos desafios que permeiam a maturação do pensamento e a execução de práticas e que o trabalho que os pedagogos desenvolvem nos ambientes não formais é direcionado, em sua grande maioria, as questões sociais e as vivências humanitárias.

Palavras-chave: Educação, ambiente não escolar, atuação do pedagogo.

INTRODUÇÃO

No Brasil, ao se falar da profissão pedagogo, a imagem que a maioria das pessoas traz em sua mente é a de um profissional, geralmente do sexo feminino, atuando no chão da sala de aula com crianças em idades iniciais e participando exclusivamente da ação educativa das referidas

crianças. Porém, nos últimos anos, especificamente na última década, essa imagem tem ganhado novos panoramas. "[...] de acordo com os relatos históricos, o curso de pedagogia sempre foi delegado para um segundo plano dentro das instituições de ensino superior [...]" (CABRAL, LEMOS, 2015, P. 15) e até bem pouco tempo a sociedade partilhou da visão de uma pedagogia fincada exclusivamente no universo escolar, uma ideia errônea de que o pedagogo é um profissional capacitado somente para atuar em espaços escolares, sendo apenas o responsável pela formação cognitiva das crianças. Partilhamos do pensamento que:

Nos dias atuais, a sociedade se encontra com uma pluralidade cultural bem presente e há uma grande diversidade conceitual. Universalmente, o curso de Pedagogia está ligado com o saber e com a maneira que pode conduzi-lo, podendo ser em espaços escolares e não escolares. (MORELLATO *at al*, 2020, p. 65).

Atualmente as reflexões direcionadas ao profissional pedagogo nos levam a indagações mais profundas sobre a sua atuação, já não podemos nos deter somente na visão da educação escolar, afinal, em um mundo globalizado e competitivo, onde diariamente vivenciamos transformações de conceitos e de aceitação, há espaço para todos. Dessa forma, iniciou-se este trabalho, fazendo uso de procedimentos racionais e sistemáticos, movidos pela inquietude das seguintes interrogações: Como atua o profissional pedagógico em ambientes que não são escolares? Em quais ambientes de trabalho podemos encontrar pedagogos em atuação? Ao resolver estas indagações amplia-se o conhecimento das práticas profissionais dos pedagogos em espaços não escolares. “Para desenvolver o trabalho em instituições educativas não formais o profissional pedagogo necessita ter conhecimentos técnicos e científicos, além de comprometimento e envolvimento com o trabalho a ser desenvolvido” (MORAIS, ROMANIW, TOZETTO, 2011, p. 9).

O presente tem como objetivo principal inferir a importância do profissional pedagogo em ambientes de finalidade não escolar. Por meio do objetivo principal buscou-se, entre outros, uma valorização da atuação, do profissional em questão, nos diversos setores da sociedade. Do objetivo principal ramificaram-se dois objetivos secundários, sendo eles, assim, a saber: compreender como se dá a atuação do pedagogo fora do ambiente escolar e compilar ambientes de ação do pedagogo.

O referido artigo buscou apresentar informações relevantes para a significação e valorização dos profissionais pedagógicos em atuação externa ao ambiente escolar. A relevância desse trabalho não está somente na formalização do mesmo, mas também na mensuração e consolidação, por meio de todo o ato da pesquisa em si, que permitem uma abordagem significativa sobre a importância da participação do citado profissional em composições diferenciadas da habitual.

As respostas para as inquietudes iniciais foram sanadas por meio de revisão bibliográfica em sites, artigos e documentos sobre o tema, assim como também, por meio da aplicação de uma entrevista. Dessa forma, a pesquisa tem uma abordagem qualitativa, uma vez que foram analisados, compilados e relacionados os conceitos, princípios e descobertas que até nós chegaram durante todo o processo de estudo.

Nas seções do trabalho estão apresentadas considerações feitas com base nas reflexões de estudos de casos, onde foram apresentados de forma contextualizada recortes de entrevistas, com perguntas objetivas e subjetivas, realizadas pelas autoras com três profissionais que atuam em ambientes não escolares no município de Horizonte, CE. Tendo em vista que nesse estudo de caso analisou-se apenas uma pequena amostra, por meio das entrevistas, é oportuno mencionar que as considerações aqui expostas não são propostas fechadas e sim o compartilhamento de experiências; não se espera convencer todas as pessoas que tenham a oportunidade de realizar a leitura deste documento de que as considerações contidas nele são verdades absolutas. Por tal motivo, é oportuno mencionar que se reconhecem as limitações do trabalho e ao mesmo tempo se vislumbram mais pesquisas dentro dos paradigmas aqui expostos.

O PEDAGOGO E O AMBIENTE NÃO ESCOLAR

A escola se apresenta como o principal local de atuação do pedagogo, porém existem outras oportunidades de espaços pertinentes à atuação desse profissional, “se constituem campo de

atuação dos egressos do curso de Pedagogia hospitais, organizações empresariais, meios de comunicação, sindicatos, turismo, museus, a área de saúde mental e a jurídica” (LUCINDO, RIBEIRO, 2019, P.

110). Uma vez que:

Com as transformações na sociedade ocorridas a partir da revolução industrial, houve a necessidade de superação do modelo tradicional, agregando-se um modelo que atenda às necessidades das constantes modificações. É a busca de superar modelos onde o ser humano não é considerado o essencial no processo produtivo, mas sim para a briga constante por maiores lucros e aumento de capital. Essas mudanças no locus de trabalho passam a evidenciar uma relação de trabalho que vise o bem de todos, tendo como fundamento principal a relação de aprendizagem entre os envolvidos. (CABRAL, LEMOS, 2015, P. 12).

Dessa forma a maioria das áreas e ambientes são passíveis de receber e ter em efetiva atuação os profissionais pedagógicos, tendo em vista, que são estes capacitados para saber lidar com "x" situações, ao passo que suas graduações, assim como, estudos posteriores, lhes oferecem disciplinas diversificadas em seus currículos que facilitam o cuidado, o trato e a criatividade ao se dirigir ao próximo. Barbosa, Braga e Silva nos mostram que:

A atuação do Pedagogo vem sendo efetivamente discutida por educadores e outros pensadores, e essas discussões teóricas vem apresentando propostas de transformação para modificar diretamente o processo de ensino-aprendizagem dentro e fora das instituições. São sugeridas baseadas em novas técnicas de ensino, seja para escolas, instituições não escolares como: empresas, ONGs, hospitais, entre outros. São realmente diversas as áreas onde o pedagogo pode estar presente como fator de qualificação institucional e profissional. (BARBOSA, BRAGA, SILVA, 2019, P. 2).

Temos então o chamado Pedagogo Social, de acordo com (COSTA, NUNES, SANTOS, 2017, P.

62) “essa pedagogia surge pós a metade do século XIX, depois da segunda revolução industrial e francesa, onde a mesma acarretou uma série de mudanças e demandas no mundo do trabalho”; ainda nesse contexto, Morellato *at al* endossa:

O trabalho do pedagogo social ocorrerá em asilos, abrigos, dentre outros espaços, fazendo de suas práticas, métodos de caráter educativos. Através de sua atuação, emerge uma grande influência para modificar positivamente o meio em que está inserido, buscando o desenvolvimento dos indivíduos envolvidos, de acordo com suas dificuldades e necessidades e para isso se faz necessário que esse profissional atue como um gestor e trabalhe também na execução de projetos. Com isso, irá atuar detectando os problemas enfrentados pela sociedade ou grupo social em questão, buscando auxiliar na busca de melhorias. (MORELLATO *at al*, 2020, P. 73).

Sendo assim, “[...] precisamos compreender que a educação perpassa por toda a esfera social, entre os mais variados espaços como, em casas, nas escolas, em praças, movimentos sociais ou políticos, espaços religiosos, em organizações não governamentais, entre outros e que, cada espaço poderá ter, ou não, intencionalidades distintas” (ARAÚJO, DIAS, TAVARES, 2015, P. 3). Para Barbosa, Braga e Silva (2019) as instituições não escolares que possuem em seu quadro de funcionários profissionais da pedagogia apresentam um fator de qualificação profissional ampliado. “[...] a base da formação de educadores não é apenas a docência, mas engloba a formação pedagógica como um todo. Essa formação extrapola o âmbito escolar formal, envolvendo esferas mais amplas de educação não formal e formal” (MORAIS, ROMANIW, TOZETTO, 2011, P. 3). Frison, em seus estudos, nos apresenta consideráveis elucidações que complementam as ideias acima:

O pedagogo, por necessitar estudar, refletir e aprofundar, ao longo de sua formação (que precisa ser continuada) conhecimentos referentes à didática, ao planejamento, à avaliação, à filosofia, à sociologia, à legislação de ensino, dentre outros, está apto a investigar, planejar e propor ações coerentes com a realidade contextual e a atuar em várias instâncias das práticas educativas. (FRISON, 2006, P. 26).

O pedagogo ainda não está inserido em todos os ambientes possíveis para a sua atuação, porém, nos últimos anos, principalmente na última década, foi possível perceber um relativo aumento na introdução desse profissional em diversos campos no país. As ações que os pedagogos vêm desempenhando, em seus respectivos campos, estão cada vez mais possibilitando uma ampliação no mercado de trabalho.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é o ponto principal para que se possa de forma mais assertiva e específica preparar, ordenar e compreender os caminhos seguidos na finalidade de se fazer Ciência. Thiollent nos apresenta ponderações esclarecedoras sobre a metodologia dentro do trabalho científico, assim, a saber:

A metodologia é entendida como disciplina que se relaciona com a epistemologia ou a filosofia da ciência. Seu objetivo consiste em analisar as características dos vários métodos disponíveis, avaliar suas capacidades, potencialidades, limitações ou distorções e criticar os pressupostos ou as implicações de sua utilização. Ao nível

mais aplicado, a metodologia lida com a avaliação de técnicas de pesquisa e com a geração ou a experimentação de novos métodos que remetem aos modos efetivos de captar e processar informações e resolver diversas categorias de problemas teóricos e práticas da investigação. Além de ser uma disciplina que estuda os métodos, a metodologia é também considerada como modo de conduzir a pesquisa. Neste sentido, a metodologia pode ser vista como conhecimento geral e habilidade que são necessários ao pesquisador para se orientar no processo de investigação, tornar decisões oportunas, selecionar conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados. O estudo da metodologia auxilia o pesquisador na aquisição desta capacidade. Associado à prática da pesquisa, o estudo da metodologia exerce uma importante função de ordem pedagógica, isto é, a formação do estado de espírito e dos hábitos correspondentes ao ideal da pesquisa científica. (THIOLLENT, 1947, P. 25).

A organização e o perfil de qualquer pesquisa estão fincados em sua metodologia, onde, a mesma, é guia de todo o trajeto para se chegar à Ciência. Mais uma vez citamos e concordamos com Thiollent em:

[...] a metodologia pode ser vista como conhecimento geral e habilidade que são necessários ao pesquisador para se orientar no processo de investigação, tornar decisões oportunas, selecionar conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados. O estudo da metodologia auxilia o pesquisador na aquisição desta capacidade. Associado à prática da pesquisa, o estudo da metodologia exerce uma importante função de ordem pedagógica, isto é, a formação do estado de espírito e dos hábitos correspondentes ao ideal da pesquisa científica. (THIOLLENT, 1947, P. 25).

Sendo assim, é possível perceber que a metodologia ajuda o pesquisador a se orientar nos processos que tangem um estudo, o auxiliando a tomar decisões e posicionamentos coerentes durante todos os referidos processos. Para uma melhor compreensão sobre a atuação do sujeito pedagogo em ambientes não escolares, no município de Horizonte, primeiramente buscou-se respaldo em uma intrínseca pesquisa de revisão bibliográfica, realizada em sites, artigos e documentos sobre o tema, seguida da uma aplicação de entrevista semiestruturada, composta por perguntas objetivas e subjetivas, que foram realizadas, em virtude da pandemia de Covid19, de forma virtual. É oportuno mencionar que participaram da entrevista três profissionais residentes e atuantes no município de Horizonte (CE) que atuam em ambientes não formais dentro do contexto do pedagogo.

Ressalvamos que:

A entrevista é uma técnica que utiliza perguntas ao entrevistado como forma de aquisição de informações específicas. Na entrevista se faz a coleta de dados,

diagnóstico e orientação. As vantagens da entrevista são: possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos envolvidos na pesquisa; obtenção de dados acerca do comportamento; os dados coletados podem ser classificados; o entrevistado não necessita saber ler e escrever; oferece a possibilidade de esclarecimentos; permite observar algumas expressões durante a sua execução, através de gestos e voz do entrevistado. (PEREIRA *at al*, 2018, P.43).

Em relação aos objetivos do trabalho temos uma pesquisa descritiva exploratória, pois ao passo que se compilaram informações por meio de revisão bibliográfica realizou-se uma coleta de dados para fazer um estudo mais detalhado. Trabalhou-se em uma abordagem exploratória, pois as informações foram obtidas de forma concreta, referindo-se aqui ao espaço do pedagogo não escolar na cidade de Horizonte.

O método utilizado foi o hipotético-dedutivo uma vez que a pesquisa teve início respaldada nas premissas bibliográficas e na estruturação, aplicação e compilação das entrevistas. Ressaltamos que aqui temos uma pesquisa de cunho qualitativo.

COMPILADO DAS ENTREVISTAS

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com três pessoas, sendo duas do sexo feminino e uma do sexo masculino, numa faixa etária entre 29 e 47 anos de idade. Os entrevistados foram identificados da seguinte forma: Entrevistado A, Entrevistado B e Entrevistado C, os mesmos trabalham respectivamente em uma associação comunitária, em uma clínica de atendimento médico (particular) e em uma empresa do ramo calçadista.

A primeira entrevistada é uma mulher de 32 anos de idade e que atualmente trabalha em uma associação comunitária, que atende crianças e jovens numa faixa etária entre 8 a 18 anos de idade. A entrevistada “A” relatou que na época em que ingressou na faculdade o curso de Pedagogia não era a sua primeira escolha, no entanto, o curso foi o ofertado no período. Ela almejava cursar Farmácia ou Enfermagem, mas atualmente se sente satisfeita com seu trabalho e se diz apaixonada/encantada pelo que faz, porém não descarta a possibilidade de ingressar em um dos cursos citados. Antes do período da COVID 19 ela trabalhava presencialmente de segunda a sexta-feira, de oito às dezesseis horas. Onde atendia turmas de crianças e jovens com a realização de atividades diversificadas, que vão desde reforço escolar a atividades recreativas

e artísticas. Em uma de suas falas ela nos disse que “Poder ver alguém aprendendo e evoluindo com a minha ajuda é algo muito prazeroso. Saber que estou ajudando pessoas e estou fazendo parte do processo de formação delas muito me motiva”. Mesmo nos relatando está feliz com a sua atuação a entrevistada ponderou que percebe com frequência a falta de valorização da sua profissão, ela destacou que deveriam existir mais leis e recursos governamentais que possibilitem os pedagogos contribuírem de forma abrangente para a efetivação de uma sociedade mais justa e igualitária. Outro ponto que a entrevistada achou relevante destacar, quando a perguntamos sobre as maiores dificuldades, por ela, enfrentadas na profissão, foi o fato de que constantemente ela se depara com crianças e jovens desestimulados, pois enfrentam problemas familiares, principalmente referentes à desestruturação familiar, onde a violência doméstica, a pobreza extrema e as drogas refletem de forma negativa na vida dessas crianças e jovens. A entrevistada nos revelou que, pelo fato das crianças e jovens atendidos na associação a enxergarem como uma pessoa amiga, muitos são os relatos e desabafos que ela recebe por parte deles, em dois casos já foi necessário até fazer encaminhamentos para o Conselho Tutelar da cidade.

O segundo entrevistado, é do sexo masculino, possui 29 anos de idade e disse que desde a infância sonhava em ser professor de crianças, o entrevistado relatou que na época não sabia se quer que o nome do curso superior que ele tanto almejava estudar se chamava Pedagogia. Ele chegou a atuar durante quatro anos como professor em uma escola pública do município, no entanto devido a circunstâncias que optou não relatar teve que encontrar outro trabalho. Atualmente ele trabalha como recepcionista em uma clínica de atendimento médico do segmento particular e diz que aplica constantemente uma parcela relevante dos conhecimentos adquiridos durante a graduação em pedagogia. Nas tangentes dos conhecimentos adquiridos durante o curso de pedagogia o entrevistado B destacou que os conhecimentos que competem às relações interpessoais são os que ele mais utiliza em seu espaço de trabalho, ele diz que consegue trabalhar de forma mais humanitária, sabendo ouvir mais o próximo e aprendendo com suas expectativas e realidades. Durante a entrevista ele destacou que o seu bom desempenho profissional é fruto dos estudos e pesquisas estabelecidos, entre outros, no seu curso de pedagogia, uma vez que, o mesmo, o proporcionou uma visão ampla e diversificada

do mundo a sua volta, assim como, do período em que atuou em sala de aula. Quando perguntado sobre as maiores dificuldades enfrentadas na profissão, o entrevistado B relatou, com ênfase, que sempre percebeu a existência do preconceito em relação a ele ser uma pessoa do sexo masculino atuando como pedagogo. O entrevistado nos afirmou que “É muito gratificante atuar como pedagogo em sala de aula, assim como, hoje em dia poder usar os conhecimentos adquiridos, espero, um dia, ter a oportunidade de atuar em sala de aula novamente”.

Nossa última entrevistada é uma mulher de 47 anos de idade e trabalha em uma empresa do ramo calçadista há cerca de 10 anos, e diferentemente dos demais entrevistados ela não é formada em pedagogia e sim teve a oportunidade de concluir seus estudos (Ensino Médio) na empresa onde trabalha através de um curso, disponibilizado pela própria empresa, onde a coordenação, do mesmo, é feita por um profissional pedagogo. Quando perguntada se ela indicaria o curso para outros colegas ela nos disse que “Sim, para ajudar aqueles que ainda não terminaram os estudos, isso incentiva os trabalhadores que desejam terminar seus estudos”. Nós a questionamos sobre como ela tomou conhecimento da existência dessas aulas, ela nos respondeu que por meio da própria coordenação do curso. A entrevistada nos informou que a coordenadora, que faz a gerência de todo o curso, realizou também o trabalho de propagação da oferta e que sempre dava muito apoio para que todos concluíssem seus estudos. Ela demonstrou muita satisfação com as aulas, e que, as mesmas, aconteciam em uma sala específica da própria empresa. Quando questionada se em algum momento pensou em evadir-se ela nos respondeu que todas as vezes que pensou em desistir, por ser difícil conciliar estudo e trabalho, recebeu muito apoio e incentivo por parte da coordenadora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussões expostos aqui são emergentes das entrevistas semiestruturadas, assim como, são provenientes da revisão de literatura. Com este trabalho foi possível conhecer um pouco da literatura disponível que aborda a atuação dos profissionais da pedagogia em ambientes que não sejam exclusivamente unidades escolares, e mais que isso, foi possível

conhecer, mesmo que de forma remota, em virtude da pandemia da Covid 19, profissionais graduados em pedagogia e que atuam em ambientes diversos.

Verificou-se que a literatura disponível sobre o tema ainda encontra-se escassa, fato que nos revelou a necessidade de mais estudos nessa tangente. Constatou-se que uma considerável parte da sociedade não é conhecedora das possibilidades de atuação do profissional pedagogo, assim como dos ambientes onde ele pode trabalhar, uma vez que o universo escolar e mais especificamente a sala de aula é o ambiente mais comum para o exercício da referida profissão.

A “Pedagogia é a

ciência que estuda a educação onde o estudante tem que ter amor pelo próximo” (ALVES *et al*, 2020, P.6), por tanto, esta é uma formação habilitada a ter seus profissionais trabalhando em diversos segmentos da sociedade.

Por meio das entrevistas foi possível constatar que os conhecimentos adquiridos durante o período de formação acadêmica em pedagogia permanecem presentes em suas vidas profissionais, uma vez que os entrevistados demonstraram aplicar seus conhecimentos pedagógicos adequando-os em seus respectivos espaços profissionais, assim como, com seu público de atendimento e vivências.

Analisando as colocações dos entrevistados “A” e “B”, percebeu-se que o curso de pedagogia possibilitou a construção de conhecimentos teóricos que contribuem ativamente na forma como eles lidam com as situações vivenciadas em suas rotinas de trabalho. Pela fala da entrevistada “C” foi possível perceber que o incentivo da coordenadora, graduada em pedagogia, foi crucial para a conclusão do curso.

Percebeu-se que entre os conhecimentos mais aplicáveis fora do ambiente escolar por profissionais graduados em pedagogia despontam-se os que concernem às relações interpessoais. Os conhecimentos estudados e vivenciados durante a graduação são percebidos como um forte recurso para a compreensão/elucidação de situações, adversas ou não, que transitam nos ambientes de trabalho dos entrevistados. Dessa forma, intui-se que o pedagogo está apto a manifestar uma série de habilidades, decorrentes de conceitos, que vão desde a

prática da reflexão até a aplicação. Observou-se que os entrevistados sentem que ao realizar os seus respectivos trabalhos conseguem resolver problemas e ampliar o raciocínio em diversas situações.

Constatou-se, por meio da revisão bibliográfica, que muitos podem ser os ambientes de trabalho onde os profissionais da pedagogia podem atuar. Aqui destacamos, entre outros, unidades hospitalares, unidades de detenção prisional, empresas, entidades, Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), associações e etc. A citada constatação é endossada em:

A função de pedagogo no passar dos tempos também sofreu alterações não só na educação formal, mas também em outras áreas informais, tipo: nas empresas, nos hospitais e na assistência social, viabilizando intervenções pedagógicas para a organização desses espaços e pessoal. O mesmo vem atuando em diferentes espaços e em diferentes situações, trazendo uma área de conhecimento e na sua atuação um pensamento unificador. (COSTA, NUNES, SANTOS, 2017, P. 65).

Observou-se que os entrevistados manifestaram relativa insatisfação no tocante à valorização de sua atuação em relação às demais profissões. Os entrevistados almejam mais valorização tanto por parte da esfera civil, como por parte da esfera governamental, assim como, também, por parte da esfera privada da sociedade. Essa insatisfação se dá principalmente por meio de duas paralelas, sendo elas o reconhecimento individual desse profissional e o reconhecimento remuneratório, uma vez que, o salário dos graduados em pedagogia é notoriamente inferior aos graduados em outras áreas.

Com base nas observações e análises realizadas durante o processo investigativo, concluiu-se com a ideia de que o curso de Graduação em Pedagogia seja com profissionais atuantes em ambiente escolar ou não, ajuda na superação dos desafios que permeiam a maturação do pensamento e a execução de práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em uma sociedade que constantemente passa por transformações, onde a Educação é sempre alvo de reflexões e questionamentos e muitas das vezes estes atos são seguidos de reformulações. Sendo assim, a Pedagogia, por ser um campo educativo, vem ao longo dos anos passando por adequações e readaptações e com isso as práticas e campos de atuações dos pedagogos também vêm se ampliando. A pesquisa partiu das seguintes indagações: Como atua o profissional pedagógico em ambientes que não são escolares? Em quais ambientes de trabalho podemos encontrar pedagogos em atuação? Verificou-se que ambas foram respondidas à medida que nossos objetivos iam sendo alcançados.

Diante disso a pesquisa que teve como principal objetivo inferir a importância do profissional pedagogo em ambientes de finalidade não escolar, durante as fases de revisão da literatura, entrevistas e análises dos resultados teve o referido objetivo alcançado, tendo em vista que, durante a execução da sequência metodológica, pode-se ponderar a relevância desse profissional. Pedagogos tornam o ambiente de trabalho mais produtivo/ativo, enriquecendo-o diante da sua visão, onde, por meio de reflexões, podem apontar algumas intervenções principalmente no que concernem os serviços de convivência. O primeiro objetivo específico deste trabalho, sendo o mesmo, compreender como se dá a atuação do pedagogo fora do ambiente escolar, foi alcançado à medida que a metodologia do trabalho foi colocada em prática, ressaltamos que o mesmo, foi evidenciado principalmente durante as entrevistas. O outro objetivo específico de nossa pesquisa, assim, a saber: compilar ambientes de ação do pedagogo, também foi alcançado durante as fases de revisão da literatura e entrevistas.

O trabalho que os pedagogos desenvolvem nos ambientes não formais é direcionado, em sua grande maioria, as questões sociais e as vivências humanitárias, ou seja, as relações interpessoais, muitas pessoas pensam que o pedagogo, atuando em ambientes não escolares, é apenas responsável por questões burocráticas em seus referidos locais de trabalho, no entanto, ele é um profissional também voltado ao desenvolvimento intelectual e social do grupo em que atua. Refletir a importância das ações do pedagogo em ambientes não escolares é ressaltar o quanto esse profissional é fundamental no desenvolvimento crítico da formação cidadã em um todo. Considerando que, o mesmo, pode e deve agir de forma assertiva e interventiva

fortalecendo vínculos entre sujeitos dentro do ambiente a qual está inserido. Não estamos aqui dizendo que o pedagogo é o único profissional habilitado para esse fim, nem tão pouco afirmando de forma generalizada que todos os pedagogos possuem as capacidades e habilidades aqui mencionadas, mas sim que, a pedagogia em sua essência tem a capacidade de formar profissionais com as atribuições aqui já destacadas. Concluiu-se ressaltando o reconhecimento das limitações do referido trabalho e que se vislumbram mais pesquisas dentro das tangentes aqui propostas.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. B. F. et al. **Tornando-se pedagogo, áreas de atuação para um profissional importante na sociedade.** Revista de Práticas Pedagógicas. – v. 4, n. 1, P. 6, (jan/jun/2020) – Lavras: FADMINAS, 2020.

ARAÚJO, C. M.; DIAS, M. D.; TAVARES, M. C. **A atuação do pedagogo em espaços não formais de educação: um estudo a partir de organizações não governamentais do Recife.** 2015. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

BRAGA, L. A. M.; BARBOSA, M. M. F.; SILVA, M. B. **Reflexões acerca do pedagogo no contexto não escolar: desafios e possibilidades.** In: III Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação, 1, 2019. Núcleo de Pesquisa em Gestão, Desenvolvimento e Inovação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Naviraí. 2019.

COSTA, A. R. L.; NUNES, A. O.; SANTOS, J. D. C.; **O pedagogo no âmbito da assistência social.** Educação & Linguagem, São Paulo, ano 4, n. 2, Dezembro, p. 60-76, 2017.

FRISON, L. M. B. **Auto-regulação da aprendizagem: atuação do pedagogo em espaços nãoescolares.** 2006. 342 f, Dissertação (Programa de Pós-graduação Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

LEMO, I. B.; CABRAL, C. L. D. O. **O pedagogo e os campos de atuação não escolar: desafios/dificuldades para inserção desse profissional.** Revista Fundamentos, Departamento de Fundamento da Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, v. 2, n. 2, 2015.

LUCINDO, N. I.; RIBEIRO, M. V. G. **Formação do pedagogo para atuar em espaços não escolares: percepções e perspectivas do estudante de pedagogia.**

REVISTA@mbienteeducação, v. 12, n. 3, p. 105 – 131, Setembro/Dezembro 2019.

MORAIS, J.; ROMANIW, G.; TOZETTO, S. S. **O trabalho do pedagogo nos espaços educativos não formais.** Revista de Ciências da Educação, São Paulo, ano XIII, n. 25, 2º semestre, 2011.

MORELLATO, J. L. H. et al. **A atuação do pedagogo nos espaços não escolares no município de Campos dos Goytacazes, RJ.** Revista Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, v. 10, n. 27, Fevereiro, 2020.

PEREIRA, A. S. *at al.* **Metodologia da Pesquisa Científica.** 1 edição, Santa Maria, RS, Núcleo de Tecnologia Educacional da Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

THIOLLENT, MICHEL. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo; Cortez : Autores Associados, 1986.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EJA: análise do processo de construção da prática docenteAlcinéia de Jesus¹Adinalva Oliveira, Noadia Sunamita¹Raquel Lacerda¹Rayane Lacerda¹Maria Betânia de Castro Nunes²¹Discente do 6º período do Curso de Pedagogia - FADMINAS.²Orientador(a) - FADMINAS – Faculdade Adventista de Minas Gerais**RESUMO**

Existem alguns estudos sobre o processo de construção do professor da Educação de Jovens e Adultos. Merece destaque, entretanto que o mesmo não possui amparo educacional necessário para o trabalho com a mesma. Isto posto, o presente artigo propõe um estudo sobre o processo de construção do professor da EJA, com o objetivo de mostrar melhores alternativas conscientes e transformadoras, tornando o tema real e prático no contexto do educando e educador. O artigo também se concentra em trazer informações a respeito de alunos com deficiências que evadiram do ensino regular e posteriormente regressaram aos estudos na modalidade da EJA. Para isso, inicialmente foi realizado um estudo bibliográfico sobre o tema e posteriormente propostas de atividades práticas na escola.

Palavras-chaves: Educação Especial. Educação de Jovens e Adultos. Processo.

INTRODUÇÃO

Atualmente, um dos maiores desafios da educação brasileira é a implementação de uma educação de qualidade que atenda todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação, exclusão ou desvalorização. Todo o processo da prática docente é extremamente necessário e importante, tendo em vista que o docente possui papel fundamental na formação de seus alunos. Incluir alunos com deficiência na EJA requer a formação de profissionais capacitados para atender tais alunos. O presente trabalho visa analisar se os professores da EJA estão preparados e capacitados para atender alunos da educação especial.

Este trabalho proporciona ainda, uma visão cautelosa a respeito de como é importante o docente estar preparado para lidar com questões que envolvam o aluno da educação especial, uma vez que o mesmo será o responsável por gerar e instigar o desejo pela participação e interação desse aluno nas atividades propostas. Sabe-se que inúmeras vezes e em diversas situações as atividades propostas em sala de aula não beneficiam o aluno com deficiência.

Dessa forma será apresentada uma proposta de utilização de jogos como ferramenta de aprendizagem que colabore para a aprendizagem do aluno da educação especial, enfatizando que os jogos não sejam utilizados somente como momento lúdico ou brincadeira, mas sim como recurso de suma importância. Essa proposta possibilita ao aluno o desejo de aprender, proporcionando assim a ludicidade, alegria e a assimilação do real sob as perspectivas, social, cultural, criativa e afetiva.

A questão norteadora deste trabalho e que despertou interesse foi: os professores da EJA estão preparados e capacitados para atender alunos com deficiência?

Como objetivo geral buscou-se analisar se os professores estão preparados para receber os alunos com deficiência na EJA.

Conhecer o perfil dos professores da EJA, avaliar se as metodologias empregadas facilitam a aprendizagem dos alunos com deficiência da EJA e compreender que os alunos com deficiência possuem necessidades diferentes que devem ser supridas e fazem parte do processo de formação da prática docente foram os objetivos específicos deste trabalho.

Para este estudo o texto que se apresenta a seguir organiza-se em quatro partes principais. A primeira é a abordagem sobre a importância da formação de profissionais para atender alunos com deficiência na EJA. A segunda é a busca por novas estratégias fazendo com que a dialogicidade faça parte da realidade vivida pelo educando e a terceira representa a visão metodológica de proposta de projeto. Esse projeto foi elaborado na perspectiva de fazer com que o professor da EJA esteja preparado e dessa forma buscar métodos, para assim trabalhar com alunos com deficiências visando assim, a abordagem recurso para o ensino aprendizagem. Na quarta parte deste trabalho tem-se as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Professor da EJA

Bons professores são eloquentes, tem uma boa bagagem acadêmica e transmitem com segurança as informações a serem repassadas em sala de aula. Os professores da EJA carregam sobre si a responsabilidade de tornar o conteúdo atrativo, dinâmico e que aborde a sua realidade. Freire (1976) definiu essa concepção como uma demanda de uma relação de autêntico diálogo, onde os discentes possam perceber que um comportamento humano envolve ação e reflexão. Por tratar-se de alunos com uma bagagem socioemocional distinta do convencional, os professores da EJA precisam ter estabelecidos os seus pressupostos pedagógicos com muito mais clareza. A Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 208, assegura a educação de jovens e adultos como um direito de todos:

*“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:
I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. (BRASIL, 1988)*

Em conformidade com a Constituição, deposita-se sobre o professor da EJA a necessidade de ser criativo e eficiente no seu ensino, podendo assim, atingir cada aluno, promovendo uma educação transformadora.

A EJA traz sobre si a responsabilidade de ser qualificadora. Isto posto, o professor necessita entender que este é o principal objetivo da EJA. Ela proporciona a atualização do potencial de desenvolvimento do aluno.

O parecer de ensino, qualificado de sociocultural, apresenta características da concepção dialógica de educação defendida por Paulo Freire. Essa abordagem busca a interação entre o homem e o mundo, partindo de sua realidade. O educador parte do conhecimento do aluno para o desconhecido. A educação na EJA se assemelha com a educação de crianças, pois esta discute a concepção crítica e orienta o fazer e pensar educativos.

Como salienta Souza (2012) é preciso sempre ir além, andar uma milha a mais, buscar novas estratégias cada vez mais consistentes para a constituição de um ensino justo. O ensino se caracteriza pela dialogicidade e pela problematização da realidade vivida pelo educando. Contudo, existe o perigo de as práticas da EJA serem marcadas por um excessivo uso de metodologias de ensino com o uso de materiais didáticos, ou uma aquisição de práticas que focalizam o conteúdo social, dando uma exagerada ênfase aos processos dialógicos. Neste caso, é importante lembrar-se de que:

“A formação do educador da EJA, portanto, dá ênfase a duas dimensões indissociáveis. De um lado valoriza a experiência do aluno-estagiário[...] de outro, valorizam os conhecimentos já construídos na EJA, seja pelas pesquisas acadêmicas[...].”

(SOUZA, 2012)

Assim, a educação transformadora proporcionará um ensino que qualifique o aluno a trabalhar e conviver em sociedade, de forma que, suas ações sejam realizações transformadoras do meio.

Para tal, portanto, é necessário que haja uma racionalidade dialógica, como relata Saul e Silva (2009, p. 205): a racionalidade emancipatória expressa o estabelecimento de uma relação dialética entre o currículo e o contexto histórico, social, político e cultural como um todo. Este é um processo dependente da participação dos envolvidos na ação educativa.

Na sociedade atual tem se enfrentado dificuldades quanto ao aperfeiçoamento do educador e uma melhoria na sua capacidade de intervenção.

Falar da formação do processo de construção da prática docente na EJA provoca pensar em equívocos relacionados em seu processo de formação. Faz-se necessário pensar que, é fundamental que o educador entenda e estude práticas que o acompanharão em sala de aula, durante a sua trajetória como docente. A docência para a EJA traz consigo pressupostos que caracterizam a sua formação. Podem ser citados, por exemplo, como salienta Barreto e Barreto (2005, p. 80-82) a necessidade de entender que o aluno faz parte de um processo de formação, e este está na condição de sujeito, aprendiz; o docente carece de uma formação continuada.; não existe uma boa prática que subsista sem uma boa teoria. Contudo, tal processo exige tempo

e disposição para aprender, pois demanda uma formação permanente. Por fim, vale lembrar a asserção de Pinto (2000, p. 113) de que a condição do docente é de incessante aperfeiçoamento, e de extrema sensibilidade, não meramente dos estímulos intelectuais, mas é sobretudo a consciência de sua natureza inconclusa como sabedor.

Educação Especial na EJA

Embora existam iniciativas e esforços na área educacional, o Brasil ainda tem um grande número de pessoas analfabetas. O trabalho infantil, a pobreza, a desigualdade social são os principais motivos desse problema ainda existir. Para contornar essa situação existe a EJA, Educação de Jovens e Adultos, modalidade de ensino destinada a pessoas, que por algum fator, interromperam seus estudos ou não tiveram acesso em idade adequada.

A EJA, é um componente constitutivo da Educação Básica, e ela tem a incumbência de recompor e homogeneizar os danos recorrentes à falta de atendimento escolar em fase necessária.

A Educação de Jovens e Adultos deve oferecer uma educação de qualidade voltada à cidadania, com professores aptos para sua função de educador, congregar em seu trabalho as inovações nas distintas áreas do conhecimento e incorporar em sua prática mudanças capazes de gerar transformação em todos os âmbitos da vida de seus educandos, e constituindo elemento de contraposição ao

[...] caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade (BRASIL, CNE, 2000).

Busca-se, não só dentro da EJA, acesso a uma aprendizagem significativa, onde os conhecimentos prévios dos alunos são auxiliares para a sua aprendizagem significativa. A docência, o ensino real tem por alicerce os conhecimentos outrora adquiridos pelos alunos, para

se expandirem ou se recriarem, transformando com aquisição de novos conhecimentos, o saber em suas várias facetas.

Existe uma necessidade de priorizar temas, assuntos e problemas relevantes para os educandos, dentro de sua realidade, estabelecendo uma importância para que eles sejam levados a pensar, buscar pontos de vista, discutir e agir na sociedade em que vivem. Para que entendam que o lugar onde estão pode ser transformado por suas ações, ou pela ausência delas.

É de suma importância que seja trabalhado no aluno da EJA a sua influência na sociedade, muitos estudantes vêm de uma realidade onde foram segregados ou sofreram exclusão por sua falta de estudos, ou a sua conclusão em idade adequada. Para isso é necessário o trabalho constante na formação da autoestima do educando. Muitos alunos ingressam na EJA por não se adaptarem ao ensino normal, regular e por conta disso sentem-se inferiores e incapazes de constituírem seres transformadores da sociedade. Outros, por sua vez, enxergam na EJA uma oportunidade de transformar sua vida pelo acesso à educação. É esse espírito que deve ser cultivado nas salas de aula. Independente do momento em que se tenha acesso, a educação deve ser utilizada como ferramenta de transformação, de mudança interna e externa, de oportunidade, de novas escolhas, vivências e rumos, nas palavras de Freire (1979, p.84) a educação muda pessoas e estas, por sua vez, mudam o mundo.

Embora a EJA tenha surgido para atender jovens e adultos não escolarizados, hoje a sua função é mais abrangente e mais ampla, ela se estende para atender aqueles que frequentaram espaços escolares, mas não obtiveram aprendizagem necessárias para participar da vida escolar ativa.

Dentre todas as modalidades de ensino, a educação especial é uma modalidade que se movimenta em todos os níveis e etapas da escolarização. É possível notar que alunos que não tiveram acesso ou aceitação dentro dos espaços educacionais tem direito à escolarização na EJA, tornando assim, a situação mais complexa do que a existente, incluindo alunos com deficiência na EJA.

Vale destacar que as deficiências são divididas em deficiência física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial e a deficiência múltipla, conceituada como a associação de duas ou

mais deficiências. O autismo não se encaixa como deficiência e sim como transtorno, entretanto no âmbito legislativo a pessoa com o transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais, encaixando-se assim, na educação especial. (Brasil, 2012).

Alunos com deficiência que são matriculados na EJA, na maioria das vezes, são transferidos na esperança de se incluírem ou se adaptarem melhor, por inúmeras causas, as mais distintas, podendo ser por ter pouca ou nenhuma escolaridade, expressar uma qualidade baixa de ensino básico, pois uma parte desses alunos frequentou o ensino fundamental por muitos anos. Entretanto não se adaptaram aos conteúdos compatíveis aos níveis alcançados tornando o número crescente, a cada ano, de matrículas voltadas à educação especial. Porém, a realidade que encontram tende a ser decepcionante, pois o ambiente em que encontram pode se tornar segregativo, com condições precárias. Carvalho (2007) expõe que as condições para o atendimento inclusivo são insatisfatórias, dado que, muitos educandos permanecem por longos anos na EJA, com repetências contínuas, o que corrobora, de maneira perversa, a ideia de que a pessoa com deficiência não tem aptidão para a aprendizagem.

Desta forma, pode se concluir que a escola ainda não está adaptada ao ensino inclusivo, pois isso implica uma postura inédita onde ela deve propor em seu projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas diferenciadas que atendam a todos os alunos, em todas as suas especificidades.

Portanto, uma escola, uma modalidade de ensino deve oferecer uma qualidade educacional para todos os educandos, principalmente aos alunos com deficiência. Os docentes precisam ser capacitados, preparados e organizados, para enfim, se adaptarem.

“Inclusão não significa, simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica” (DCN, 1998).

METODOLOGIA

A intervenção pedagógica deste artigo foi uma proposta bibliográfica, baseada, principalmente, nos pressupostos teóricos de Paulo Freire e Maria Antônia de Souza. Este trabalho com a finalidade de buscar atividades lúdicas, como jogos e brincadeiras para o desenvolvimento afetivo, social e cognitivo dos alunos com Transtorno do Espectro do Autismo - TEA da EJA. Os jogos e brincadeiras quando bem elaborados e bem utilizados, constituem um recurso indispensável, para a formação e aprendizagem dos alunos em todas as etapas da vida e o conhecimento se efetiva por meio de experiências significativas. Por seu caráter coletivo, os alunos autistas podem trocar informações, fazer perguntas, e expor suas ideias e estratégias, divertir e avançar em seu processo de aprendizagem, inteiração e comunicação outro.

As atividades propostas à prática de intervenção pedagógica são para jovens e adultos com TEA da EJA e que estão no 3º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais. As execuções das práticas seriam realizadas por um grupo composto por cinco estudantes do 6º período de pedagogia da FADMINAS. A metodologia e descrição das atividades executadas seriam organizadas em quatro etapas. Na primeira etapa uma estudante da equipe de intervenção faria uma introdução com atividades que levaria o aluno a desenvolver a coordenação motora fina, atenção, assimilação visual e trabalho com as cores. A atividade seria sobre cores e conjuntos. Elas teriam que assimilar as cores dos desenhos com as cores de fundo, formado assim os pares. Exemplo (Fundo verde, folha verde, fundo amarelo, sol amarelo), os alunos iriam descobrindo e assimilando as cores. A linguagem seria bem dinâmica, facultativa e apropriada para trabalhar com grupo em questão.

Na segunda etapa seria trabalhado o jogo de metades correspondentes. Esse jogo pode ser feito com palitos de sorvetes pintado com tinta guache de várias cores e imagens que seriam cortadas em metades ou em mais pedaços de acordo com o nível de aprendizagem do grupo. Eles receberiam um palito com um semicírculo em vermelho e deveria encontrar a outra metade que estaria espalhada sobre a mesa ou no chão com outros palitos de outras cores. No decorrer da atividade de acordo com o desenvolvimento do grupo, seria interessante aumentar o número de palitos e de cores em uma mesma figura. A proposta desta atividade seria levar os alunos da EJA a resolver problemas, introduzir o conceito de quebra-cabeça, trabalhar formas

geométricas, letras, números, diversos temas tais como: frutas, animais, legumes e tantos outros.

Na terceira etapa de atividades a proposta seria o jogo de adivinhação. O objetivo seria levar os Alunos da EJA a explorarem outros sentidos além da visão e aprenderem a explorar o mundo à sua volta por meio do tato. Os alunos estariam de olhos vendados e em suas mãos seria colocado alguns objetos simples como, uma colher, um copo, um prato, um lápis, um livro, um celular ou outros objetos. Lembrando que, o objeto escolhido precisa ter por finalidade facilitar a sua identificação. Os alunos com os olhos vendados deveriam manusear o objeto para saber o que ele é. Para os alunos autistas que não verbalizam, seria interessante montar um quadro com uma serie de figuras e objetos selecionados para a brincadeira e pedir para que elas a mostrem a figura depois de abrir os olhos.

Por fim, a última proposta seria a atividade, separando os feijões.

Essa atividade seria realizada com uma vasilha, três copos descartáveis, feijões marrom e preto ou uma outra cor. A vasilha seria colocada no chão com os três copos descartáveis dentro. O copo descartável do meio teria todos os feijões misturados, os alunos teriam que separar os feijões pretos dos marrons, colocando nos copos descartáveis ao lado até terminar de separar os dois. O objetivo do jogo seria trabalhar a motricidade fina e a concentração. A proposta da intervenção pedagógica teria a duração de aproximadamente 1 hora e 30 minutos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados, entende-se que é imprescindível que os professores possuam uma bagagem extensa e repleta de conhecimentos capazes de gerar transformação na vida de seus educandos. Muitas matrículas são feitas na EJA visando a adaptação dos alunos com deficiência e seu desempenho escolar. Contudo, a falta de preparação necessária dos professores, a falta de projetos, recursos, capacitações direcionadas a essa área e falta de preparação das escolas da EJA para receber esses alunos e oferecer as condições necessárias para o seu aprendizado e inclusão, leva a desistências indesejadas, pois muitos desses alunos já

têm um histórico de bullying devido à dificuldade de aprendizagem e inserção escolar. A inclusão das pessoas com deficiências na EJA deve ser mais que uma proposta ou uma ideia bonita, que no fim só gera a inserção dos alunos com dificuldades, deve haver um planejamento educacional especializado para lidar com esses alunos, e também a preparação e capacitação dos professores voltados à essa área, conseguindo assim o real objetivo dessa proposta, que é a inclusão dos alunos com deficiências na EJA.

Portanto, é necessário que tenha recursos necessários para que escola e o professor trabalhe de mãos dadas com seus educandos, pois de nada valerá a teoria sem a prática, não adianta receber um aluno com essas especificidades se não souber como trabalhar com ele. Deve ser investido na área de capacitação e planejamento para essa área da educação para que o melhor trabalho continue a ser feito gerando assim uma educação de fato, inclusiva e transformadora.

REFERÊNCIAS

BARRETO, J.C; BARRETO, V.A formação dos alfabetizadores. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J.E. (Org). **Educação de jovens adultos: teoria, prática e proposta**.7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial**, 1998.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**/ Câmara de Educação Básica. Parecer n. 11/2000, de 10 de maio de 2000. Brasília, 2000.

BRASIL, Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista**. Presidência da República, Casa Civil. Acesso em: 24 nov. 2020 BRASIL 2, Mensagem da Presidência da República N. 606 de 27 de dezembro de 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm

CARVALHO, M. F. **Reflexões sobre a inclusão de Jovens e adultos com deficiência mental na EJA**. In: Anais, XVI COLE -Congresso de Leitura do Brasil, 2007, Campinas, ALB, 2007

Constituição (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PINTO, V.P. **Sete lições sobre a educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 2000.

SAUL, A. M; SILVA, A. F. G. O legado de Paulo Freire para as políticas de currículo e para a formação de educadores no Brasil. **Revista de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.90, n. 224, p. 223-224, jan.- abr., 2009.

SOUZA. M.A. **Educação de Jovens e Adultos**. 1º ed. Curitiba. Editora Intersaberes. 2012.

ACOMPANHAMENTO ESCOLAR: UMA ESTRATÉGIA QUE MAXIMIZA O APROVEITAMENTO DO ALUNO NA ESCOLA

Angeliana Costa da Silva¹

Amanda Maria da Silva¹

Antônio Dheimerson de Oliveira Girão¹

Francisco Cleyton Lopes Rodrigues²

¹Graduados do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Instituto Dom José – IDJ. E-mail: *angelianacosta5@gmail.com*; *dheimersonoliveira@hotmail.com*; *amanda3003s@gmail.com*

² Mestre em Ciências Marinhas, Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA. Orientador de TCC, Instituto Dom José - IDJ.

RESUMO: Uma estratégia excelente para contribuir com o desempenho escolar é o acompanhamento dos pais ou responsáveis neste processo. O presente artigo analisa as contribuições que desencadeiam uma boa trajetória escolar com base em autores que abordam o assunto. Analisa também o ponto de vista dos pais, sobre como encaram esta responsabilidade por meio de uma pesquisa bibliográfica. Os resultados foram analisados criticamente justificando cada pergunta abordada por meio dos autores. Concluindo com a ideia de que a parceria entre escola e família é de extrema urgência.

Palavras chaves: Acompanhamento; Desempenho Escolar; Ensino Satisfatório.

INTRODUÇÃO

A história da educação escolar conta muito com avanços, e cada vez mais com o apoio familiar para um resultado de qualidade do ensino dos alunos. O interesse de pesquisar este assunto é de contribuir com as informações dos benefícios da interação da escola e família no processo de ensino e aprendizagem, que abrange todos os envolvidos, tanto a escola, como os professores, funcionários, pais e alunos.

O presente trabalho aborda sobre a importância do acompanhamento familiar na educação dos filhos, no ensino fundamental. Visto que é de interesse e responsabilidade dos pais, que seus filhos tenham uma educação de sucesso.

Muitos pais se preocupam com o desempenho escolar de seus filhos, sabendo que a educação, pode contribuir potencialmente para que o indivíduo tenha uma boa carreira profissional dentro do mercado de trabalho. Porém não entendem que o processo de acompanhamento escolar é fundamental para uma educação de qualidade e, por conseguinte para um futuro profissional satisfatório. Complementa essa discussão a afirmação de Cubero,1995.

A escola é junto com a família, a instituição social que maiores repercussões têm para a criança. Tanto nos fins explícitos que persegue expressos no currículo acadêmico, como em outros não planejados, a escola será determinante para o desenvolvimento cognitivo e social da criança e, portanto, para o curso posterior da vida. (CUBERO, 1995, p.253).

A escola como sendo um meio de sociabilização e de estimulação de habilidades, é extremamente necessária para qualquer indivíduo, por isso ela não deve ser ignorada. Cada família deve providenciar para que suas crianças tenham este direito garantido. Por ser o primeiro contato social do indivíduo, a família é a principal responsável pela educação e pela sua estabilidade social, sempre utilizando de meios afetivos no ceio familiar em parceria com a escola, principalmente neste período pandêmico.

A reflexão deste trabalho incide em investigar a respeito do que os pais pensam em relação ao acompanhamento escolar de seus filhos na rede pública. Tendo como objetivo de fazer refletir sobre a importância desta ação primordial na vida educacional do aluno, com isso resultando também em uma vida adulta responsável. Especificamente, intencionada em contribuir com a parceria entre escola e família. A reflexão acerca do desempenho escolar para o futuro dos filhos pode despertar nos pais a responsabilidade de acompanhar de perto o processo de ensino e aprendizagem e também de contribuir com os professores nesta jornada. Essa reflexão é urgente e de extrema importância.

A finalidade deste trabalho é conscientizar principalmente aos pais para a grande importância de acompanhar seus filhos no processo de ensino e aprendizagem, fazendo lembrar que para um bom desempenho profissional no mercado de trabalho está relacionado ao satisfatório desempenho escolar.

A metodologia atuante para este trabalho se tornou viável a partir da aplicação de um questionário eletrônico com pais e responsáveis, tendo como objetivo tomar conhecimento da participação dos pais na vida escolar dos alunos. Foi utilizada de pesquisas bibliográficas de uma série de autores que tratam este assunto com propriedade para dar credibilidade aos temas abordados.

REFERENCIAL TEÓRICO

A escola é uma ferramenta poderosa de transformação e preparação do indivíduo para que se qualifique no meio onde vive. Porém, para um melhor resultado ou um resultado satisfatório, a escola conta com a participação dos pais ou responsáveis para impulsionar o ensino e aprendizagem de seus filhos, no intuito de contribuir para a formação de um caráter responsável. Segundo Oliveira (2006, apud ALMEILDA, 2007, p. 84) a família é a principal responsável pela formação do caráter e a preparação do indivíduo para a vida em sociedade:

É importante destacar ainda, que a função social, seja classificada como for, opera como instrumento para que o jurídico interprete e aplique o Direito segundo valores éticos e sociais, dado a função social que o próprio Direito (representado pelo juiz, advogado,) deve desempenhar, ao acompanhar as transformações ocorridas no seio da sociedade, ainda mais quando se vislumbra que a função social é comando determinado pela Constituição Federal. (ALMEIDA, 2007, p.84).

São de total responsabilidade da família que os filhos se tornem cidadãos aptos a viverem e conviverem com os demais, de forma responsável e que agreguem valores e benefícios comuns para a comunidade. A partir do momento que eles são inseridos na sociedade, o poder jurídico irá cobrar seus deveres de cidadania para que assim vivam em harmonia. Se for de interesse dos pais, contribuir para que seus filhos vivam respeitosamente no seio da sociedade, é interessante que se desperte a preocupação na educação dos mesmos.

Oliveira (2007) apresenta a família como a primeira educadora do ser humano e conseqüente a isso, é a principal responsável de como o indivíduo se relaciona com os demais. Todos precisam de auxílio, principalmente quando estão iniciando sua vida na sociedade, por isso os pais ou responsáveis devem tornar prioridade a educação de seus filhos com amor, para que

ao invés de se tornarem uma ameaça onde vivem, se tornem homens e mulheres de bem para contribuir com o avanço de um ambiente respeitoso e harmonioso entre todos.

Para LOPES (2002) A família precisa do apoio da escola no processo da educação de seus filhos, como também a escola precisa do acompanhamento comprometido dos pais na aprendizagem dos mesmos. Cada âmbito com suas devidas funcionalidades, a escola como sendo um ambiente repleto de diferenças sociais, e conflitos, como também abundante em respeito e preparada para desenvolver os alunos no processo de ensino e aprendizagem. Como também a família, com a função de introduzir os filhos neste ambiente e de se comprometer a acompanhar este mesmo processo de ensino e aprendizagem, sem esquecer o afeto familiar.

Para Jardim (2006, P.22) a família é quem constrói a personalidade e crescimento do indivíduo e que bons pais constroem um lar mantendo uma relação básica de cuidados às crianças em uma relação operativa entre ela e o mundo.

Este afeto familiar estrutura a criança de forma que se apeguem com respeito, primeiramente com os pais e retribuam isso com o mesmo afeto que lhes foram ofertados, com isso, em um futuro próximo, estes indivíduos ofertaram este mesmo respeito em um ambiente social como sendo algo natural, pois foi assim que foram orientadas na sua base educacional (seu lar). Quando os afetos lhes são negados ou não ofertados, as crianças crescem inseguras e não conseguem tratar o outro com amor e paciência. As crianças refletem o que os pais são ou agem em relação a elas mesmas ou ao outro. E quando se deparam com um ambiente escolar onde se faz necessário a troca de harmonia e socialização entre os demais, elas se recuam por se sentirem desconfortáveis ou não familiarizadas com este tipo de abordagem. Com isso passa a comprometer seu processo de ensino e aprendizagem.

Vários fatores podem ser determinantes do sucesso e do insucesso escolar, na visão da família e da escola. Uma posição recorrente no pensamento da escola é a que fomenta discursos, centrando a indisciplina como um fator resultante do tipo de contexto familiar. Considera-se ainda que, em muitos casos, os pais interferem negativamente na vida escolar, o que acaba prejudicando o comportamento em sala de aula. Neste sentido, para a escola, os pais não têm apenas que estar presentes, mas devem também assumir o papel ativo no cotidiano escolar dos filhos. O apoio e a participação dos pais na vida escolar dos filhos colaboram com a escola no sentido de se obter um trabalho de classe mais equilibrado. (ANDRADE e CHECHIA 2005, p.1).

Como lembra Nérici (1972, p. 12) “A influência da família, no entanto, é básica e fundamental no processo educativo do imaturo e nenhuma outra instituição está em condições de substituí-la”. O papel da família é exclusivo a ela, se for achado em falta será um processo complicado de ser revertido pela sociedade.

É indispensável que a escola e a família sejam parceiras. A família pode ir até a escola para acompanhar e criar vínculos com os professores estabelecendo uma relação de parcerias, como também a escola pode estimular a participação dos pais para a troca de ideias ao que se refere a singularidade do aluno/filho. Cada criança tem sua diferença e nada melhor que a família para auxiliar aos professores com estas informações que contribuem para a metodologia do educador e também com o avanço educacional do educando. Sabendo das singularidades, o professor pode elaborar estratégias pedagógicas que o auxiliam para que as crianças aprendam de forma positiva.

A melhoria do envolvimento entre família e escola, engloba todos os envolvidos, como: pais, alunos, professores e escola. Com o novo coronavírus (COVID – 19) a necessidade desta relação família/escola deve ser vista com mais sensibilidade, pois se trata de uma realidade completamente inédita dentro da educação como uma ferramenta obrigatória, para a prevenção da saúde de todos os envolvidos.

Segundo Alves (2011), a educação a distância possui características próprias que são muito diferentes da nossa realidade atual nas escolas brasileiras, pois a tecnologia é uma ferramenta que boa parte da população pode ter acesso, mas que não possui uma boa orientação de manuseio de eletrônicos ou que simplesmente não tem acesso.

Em sintonia Martins (2020) aponta que “o que caracteriza a educação online é a arquitetura pedagógica e não a tecnologia digital em si”. Uma dessas características bem nítida é a autonomia, que para alunos da Educação Infantil e alunos do Ensino Fundamental I, não tem para realizarem as atividades propostas sem o apoio dos pais. Os pais podem estipular horários de estudos, estimular a leitura e supervisionar as atividades solicitadas pelos professores para garantir o aprendizado. “Se os membros familiares não conferirem à educação formal a

valoração necessária, crianças e jovens podem se sentir sozinhos e ter maiores dificuldades em seus estudos.” (CATANANTE; CAMPOS; LOIOLA, I. 2020, p.6)

Neste novo cenário, tornou-se necessário o que já era urgente; a participação dos pais no processo de ensino aprendizagem, e é com essa experiência que esperamos que os pais e professores percebam a boa e agradável relação que devem ter para a melhoria no desempenho do aluno, melhoria no comportamento e sucesso a curto e longo prazo.

METODOLOGIA

Para este estudo, foi utilizada uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de coletar informações que apresenta a importância do acompanhamento dos pais, no processo de ensino e aprendizagem dos alunos do segundo ano dos anos iniciais do ensino fundamental. A finalidade é de investigar como os pais encaram a responsabilidade de acompanhar a vida escolar de suas crianças, analisando de que forma esta ação contribui na ação cognitiva dos alunos.

Tornou-se necessário também uma pesquisa descritiva de opinião, feita com o auxílio de um formulário eletrônico com perguntas e apresentado alternativas para facilitar nas respostas dos pais, e em consequência disso, saber como encaram esta tarefa. Explicando este tipo de pesquisa:

Em síntese, a pesquisa descritiva, em suas diversas formas, trabalha sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade. Para viabilizar essas importantes operações da coleta de dados são utilizadas, como principais instrumentos, a observação, a entrevista, o questionário e o formulário (Técnica de coleta de dados). (MANZATO e SANTOS, 2012, p.4).

Para a realização destas pesquisas, foi necessário basear-se em autores que tratam do assunto, como por exemplo; Lucineia Alves, Ana Paula Jardim, Imídeo Nérci, entre outros que abordam a importância deste acompanhamento em suas obras.

O público-alvo foi os pais dos alunos de segundo ano do Ensino Fundamental I. Tendo como campo de pesquisa a escola Francisco Xavier de Freitas do município de Horizonte - CE, para analisar de que forma os pais compreendem a importância da parceria entre pais e escola com relação ao desenvolvimento da criança dentro do âmbito escolar.

Com base nas pesquisas de autores, foram apresentados os benefícios que contribuem com o avanço acadêmico dos educandos, na medida em que os pais ou responsáveis passam a cooperar com a escola por meio do acompanhamento. Além de apresentar, benefícios aos demais envolvidos, como; os pais/responsáveis, professores e escola.

RESULTADOS E DISCURSÃO

Após a realização de um questionário eletrônico com os pais dos alunos do segundo ano dos anos iniciais do ensino fundamental da escola Francisco Xavier de Freitas do município de Horizonte – CE. Foram abordadas cinco perguntas para analisar como está a participação dos pais no ambiente escolar.

Na primeira pergunta, foi questionado o nível de escolaridade dos pais dos alunos, para saber se eles teriam alguma dificuldade de acompanhar o ensino escolar dos filhos. Com base na pesquisa, 59,3% dos pais têm o ensino médio completo, 11,1% tem o ensino médio incompleto, 7,4% são universitários e 7,4% tem o ensino fundamental incompleto. Percebemos que a maioria dos pais tem o ensino médio completo, este fator pode corroborar na interação dos pais com os alunos no quesito de ensino nas atividades que são solicitadas pelos professores e que 7,4% destes pais podem encontrar maior dificuldade neste quesito, por não terem concluído o ensino fundamental. “Alunos cujos pais possuem menos habilitações escolares tendem a atribuir os seus fracos resultados escolares à falta de capacidade, o que já não ocorre junto dos demais rapazes cujos pais possuem habilitações escolares ao nível do ensino secundário e do ensino superior.” (MASCARENHAS, 2005, p.8).

A segunda pergunta abordava foi para analisar a frequência os pais na escola durante a semana, tendo como resultado de 40,7% dos pais não acha necessário ir à escola, 29,6% dos pais comparecem a escola de 3 a 5 vezes na semana e 29,6% dos pais comparecem pelo menos de 1 a 2 vezes durante a semana. Podemos notar que a maioria dos pais não vê a necessidade de comparecer à escola para acompanhar a vida escolar dos filhos. Com a ausência dos pais no âmbito escolar, poderá interferir de forma não satisfatória na ação cognitiva da criança. A escola para ser bem-sucedida, poderia promover ações educativas com o objetivo de inserir as famílias em seu âmbito. Libaneo diz:

Não dizemos mais que a escola é a mola das transformações sociais. Não é sozinha. As tarefas de construção de uma democracia econômica e política pertencem a várias esferas de atuação da sociedade, e a escola é apenas uma delas. Mas a escola tem um papel insubstituível quando se trata de preparação das novas gerações para enfrentamento das exigências postas pela sociedade moderna ou pós-industrial, como dizem outros. Por sua vez, o fortalecimento das lutas sociais, a conquista da cidadania, depende de ampliar, cada vez mais, o número de pessoas que possam participar das decisões primordiais que dizem respeito aos seus interesses. (LIBANEO, 2000, p. 9).

Na terceira pergunta foi questionado o que os pais acham da interação da escola com família. 92,6% responderam que consideram muito importante, 7,4% consideram importantes e 0 % considera sem importância. Com base neste questionamento, percebemos que os pais acham muito importantes a relação escola família, porém a ausência na escola dificulta a interação da escola com os pais. Para ter o conhecimento do processo educativo dos filhos, os pais devem ter um constante contato com os professores, para saber como está o desenvolvimento escolar do seu filho, e como podem colaborar para o desempenho. Em consequência disso, a relação da escola com a família, deve ser um tema sempre presente nas articulações que buscam o sucesso na vida educacional do aluno. Polonia e Dessen, afirma que:

Conhecer os processos que permeiam os dois contextos e suas inter-relações possibilitaria uma visão mais dinâmica do processo educacional e, certamente, intervenções mais precisas e efetivas, e uma ampla discussão de modelos de articulação entre esses dois agentes educacionais, considerando as condições brasileiras. (POLONIA; DESSEN, 2005, p.310).

A quarta pergunta visa saber se os responsáveis consideram a participação da família nas reuniões propostas pela escola e nas festividades escolares suficientes para configurar a apropriada participação na vida escolar. 70,4% dos pais responderam que somente com essas reuniões é suficiente para acompanhar a vida escolar dos alunos. Já para 29,6% deles não

consideram suficiente. Um dos pais entrevistados (Josielison Alves), respondeu que: “Não é suficiente, essa participação já é para ser necessária de qualquer jeito, que as famílias têm que entender que o acompanhamento escolar não é simplesmente participar das festividades ou entregas de notas. Mas procurar saber sobre o seu comportamento, saber se está tendo dificuldade nas resoluções dos conteúdos e procurar junto com a escola ajudar no que for necessário.” Neste contexto, Paro (2000, p.120) “Uma dimensão importante da participação dos pais na escola, seja integrando o conselho de escola ou a APM, seja tomando parte de outras atividades, como o grupo de formação de pais, é da atenção que se deveria ter para com os motivos dessa participação, procurando saber qual o ponto de vista dos usuários a respeito”.

A última pergunta foi questionada sobre a satisfação dos pais com o ensino escolar do seu filho. 63% dos pais estão satisfeitos, 25,9% muito satisfeito e 11,1% não satisfeito. Podemos notar que com a ausência dos pais na escola ainda se tem uma satisfação com o ensino dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de extrema urgência que a escola como incentivadora do ensino, provoque nos pais uma maior sensibilidade com a necessidade da participação deles no processo de ensino aprendizagem. Com base em toda esta análise espera-se que os pais e professores percebam a boa e agradável relação que devem ter para a melhoria no desempenho do aluno, melhoria no comportamento e sucesso a curto e longo prazo, tanto para a escola e todo grupo docente, como também para o aluno de forma individual. Portanto a parceria entre família e escola, é uma excelente estratégia de ensino.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. O. Y. Lima, V. A. **Cartilha para promoção da família. Família: a pequena democracia no coração da sociedade.** Brasil, 2006.

ALVES, L. **Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo.** Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância. 2011.

ANDRADE, A. S.; CHECHI, V. A. **O desempenho escolar dos filhos na percepção de pais de alunos com sucesso e insucesso escolar.** São Paulo, 2005.

CATANANTE, F.; CAMPOS, R. C.; **Loiola, I. Aulas On-Line Durante A Pandemia: Condições De Acesso Asseguram A Participação Do Aluno?** Revista Científica Educ@ção. São Paulo, 2020.

CUBERO, R. **Relações sociais nos anos escolares: família, escola, companheiros.** In; COLL, C. Desenvolvimento psicológico e educação. V. 1. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

JARDIM, A. P. **Relação entre Família Escola: proposta de Ação no Processo Ensino – Aprendizagem.** 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente.** São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINS V. **Educação em tempos de pandemia no Brasil: saberes fazeres escolares em exposição nas redes e a educação on-line como perspectiva.** Rio de Janeiro, 2020.

MANZATO, A.J.; SANTOS A.B. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa.** São Paulo: Departamento de Ciência de Computação, 2012

MASCARENHAS, S; LEANDRO, S; BARCA, A. **Atribuições causais e rendimento escolar:**

Impacto das habilitações escolares dos pais e do gênero dos alunos. Gualtar,2005.

NÉRICI, Imídeo G. **Lar, escola e educação.** São Paulo,1972.

OLIVEIRA C.B.E. **Psicologia escolar e a relação família-escola no ensino médio: estudando as concepções desta relação.** Brasília, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade do Ensino: A contribuição dos pais.** São Paulo: Xamã, 2000.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. **Em busca de uma compreensão das relações entre família escola.** Psicologia escolar e Educação, 2005, vol.9, n.2, p. 310, 2005.

PORTADORES DE SÍNDROME DE DOWN E O VÍNCULO SOCIAL

Adna Leão¹
Cleia Viviane¹
Larissa Mesquita¹
Rayssa Brandão¹
Rizia Cristina¹
Vera Piazzzi

¹Discente do Curso de Pedagogia - FADMINAS.

²Profª Orientadora - FADMINAS – Faculdade Adventista de Minas Gerais

RESUMO

O objetivo desse artigo foi analisar o desenvolvimento pelo gosto do trabalho coletivo e individual e a descoberta dos seus próprios sonhos. O projeto foi criado com a necessidade de inclusão, proporcionando aos alunos uma experiência de se relacionarem socialmente e expor também seus desejos para o futuro, uma vez que o ambiente escolar é um dos principais espaços para que as crianças aprendam a lidar com outras pessoas. Tendo como método a confecção de mural, onde os alunos do 3º ano do ensino fundamental irão expor os seus sonhos e desejo para o futuro, sendo dividido em quatro momentos. Nessa perspectiva conclui-se uma boa educação é um bem enorme que produz benefícios pessoais durante toda a vida. Isso não é diferente para pessoas com síndrome de Down. Com apoio e investimento na sua formação, os alunos com síndrome de Down, assim como quaisquer outros estudantes, têm capacidade de aprender. É importante destacar que cada estudante, independentemente de qualquer deficiência, tem um perfil único, com habilidades e dificuldades em determinadas áreas.

Palavras-chaves: Síndrome de Down. Inclusão. Escola. Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Muito se discute sobre a importância da inclusão, e pesquisas mostram que as crianças com síndrome de Down se desenvolvem melhor academicamente quando trabalham em um ambiente inclusivo. Sabemos que as crianças com SD se desenvolvem mais lentamente do que crianças normais da mesma faixa etária, por isso propusemos uma análise de desenvolvimento com estímulo da coordenação motora fina e grossa. Utilizando das ferramentas necessárias para entender as necessidades específicas destas crianças e ensiná-las efetivamente e com sensibilidade.

O trabalho que desenvolvemos nos possibilita ir além, utilizando das ferramentas necessárias para entender as necessidades específicas destas crianças e ensiná-las efetivamente e com sensibilidade.

O projeto foi criado com a necessidade de inclusão, proporcionando aos alunos uma experiência de relacionarem socialmente e expor também seus desejos para o futuro, uma vez que o ambiente escolar é um dos principais espaços para que as crianças aprendam a lidar com outras pessoas. Sendo a inclusão vantajosa para todos, que aprendem na prática a conviver e respeitar as diferenças.

Seguindo o pressuposto deste projeto utilizamos um método de estímulo comportamental que segue da seguinte forma: em primeiro momento apresentação da equipe e boas-vindas aos alunos e apresentação de uma aula expositiva dialogada. Em segundo momento apresentação da proposta de atividade, um mural. Em terceiro momento a entrega de material para as crianças escreverem e desenharem seus sonhos para o futuro. No quarto momento a recolha do material para exposição juntamente com uma foto dos alunos. Em quinto momento faremos a despedida e agradecimento com entrega de uma lembrança do projeto.

Neste projeto conclui-se a importância do suporte necessário para o aluno em inclusão sendo ela física ou emocional, trazendo o aluno com SD para mais perto da realidade e mostrando a ele a sua importância como cidadão, mesmo possuindo um perfil único com direito ao respeito e educação digna.

O artigo está dividido em quatro partes, a primeira é a introdução, os objetivos da pesquisa e a justificativa, a segunda traz o referencial teórico, terceira parte contém a metodologia, e a quarta e última parte as considerações finais do projeto.

Objetivos da pesquisa

- Objetivo geral

Analisar o desenvolvimento do gosto do trabalho coletivo e individual e a descoberta dos próprios sonhos.

- Objetivos específicos

- Identificar as dificuldades e resistências do aluno e suprir suas expectativas diante de tal cenário;
- Aumentar o campo de autonomia pessoal;
- Fomentar um ambiente de cooperação e livre de preconceito junto com os demais alunos.

Justificativa

A falta de acesso a ambientes inclusivos pode fazer com que algumas pessoas apresentem diversas dúvidas relacionadas à síndrome de Down. Pessoas com a trissomia, provavelmente vão demorar um pouco mais de tempo para realizar determinadas tarefas. Isso não quer dizer que as tarefas não serão feitas, ou que serão feitas de forma inadequada. No ambiente de trabalho os indivíduos tendem a ganhar responsabilidades e desenvolver relacionamentos com grupos diversos, isso favorece o desenvolvimento de habilidades cognitivas, mecânicas e de adaptação a diferentes situações, inclusive na vida pessoal.

A entrada no mercado de trabalho é um passo importante para a transição entre o mundo da infância e o mundo adulto. O excesso de preocupação por parte de familiares e amigos muitas vezes torna essa passagem difícil para as pessoas com síndrome de Down, principalmente pela forma com que elas são tratadas e pelas baixas expectativas em relação à sua função na sociedade. O trabalho não envolve apenas a pessoa e a empresa. Família, escola e sociedade precisam caminhar juntas na defesa da inclusão efetiva para que a entrada no mercado de trabalho de pessoas com síndrome de Down possa se tornar uma realidade para todos.

A falta de conhecimento pode gerar distanciamento e até mal-entendidos entre pessoas desinformadas ou preconceituosas, prejudicando a cultura de inclusão e o ambiente de trabalho de um portador de Síndrome de Down. Por isso, é importante o acompanhamento de um profissional especializado no trabalho, para criar um ambiente adequado e propício para a

adaptação da pessoa com deficiência. Pessoas com síndrome de Down, muitas vezes surpreendem as próprias famílias com mudanças de atitude, uma vez que elas se sentem mais independentes e capazes de realizar seus desejos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Síndrome de Down é uma alteração genética caracterizada por ter um cromossomo extra nas células de um indivíduo. Ocorre essa diferenciação cromossômica devido a um distúrbio do cromossomo 21, ou seja, é causada pela presença de três cromossomos 21 em todas ou na maior parte das células de um indivíduo, ocasionando a trissomia do cromossomo 21 onde há 47 cromossomos em células ao invés de 46.

A síndrome leva esse nome em homenagem ao inglês, John Langdon Down, o qual em suas pesquisas, em 1866, descreveu um grupo distinto de pessoas com um comprometimento intelectual, caracterizando detalhes fenotípicos clássicos de uma então considerada doença mongólica, como síndrome que veio a ser conhecida com SD.

As pessoas com Down apresentam uma dificuldade intelectual para ingressar na escolarização, e conseqüentemente, pleitear uma vaga no mercado de trabalho. São pessoas que precisam de cuidados e atenção diferenciada, no entanto existe falta de informação que limitam as pessoas com necessidade especial a desenvolver-se nas suas potencialidades.

Elas são capazes de aprender e de exercer uma profissão, apesar do atraso inerente no seu desenvolvimento. Desenvolvem-se como as demais pessoas, porém de forma lenta. Incluí-las no mercado de trabalho é investir tanto no acesso educacional e profissional, mas, sobretudo na dignidade humana. A profissionalização passa por questões sócias e éticas, pois envolve a concepção da pessoa com deficiência como um ser digno e de direitos.

O artigo 205 da Carta Magna afirma que a educação deve preparar o indivíduo com síndrome de Down para o mercado de trabalho, e deverá ser incentivada, assim como um direito à livre escolha e aceitação, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Para isso, se faz

necessário um ambiente que favoreça a inclusão. O direito da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho é garantido através da legislação brasileira através das seguintes leis:

A Constituição Federal, de 1988, capítulo 6 e 7. A Lei n°. 7.853/89, de 04 de outubro de 1989, garante o apoio “a formação profissional, a orientação e a garantia de acesso aos cursos de formação profissional” (BRASIL, 2000).

A Lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional, Lei n°. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, sinaliza como uma das diretrizes para os conteúdos curriculares da educação básica, a orientação para o mercado de trabalho. Ressalta ainda, a inserção do aluno com necessidades especiais na rede regular de ensino, prevendo serviços e apoio, e a educação especial para o mercado de trabalho.

Apesar para dos esforços efetivar as leis, a falta ainda de quebra de preconceitos sobre a aprendizagem das pessoas com Síndrome de Down faz com que pouco se apoie essas pessoas e também pouco se oportunize experiências no mercado de trabalho. Percebe-se que a profissionalização das pessoas om deficiência ainda é um grande desafio no Brasil.

É preciso buscar a efetivação dos direitos adquiridos para que a pessoa com deficiência possa exercer seu papel na sociedade de forma igualitária com todo cidadão. O envolvimento da família, professores e profissionais da saúde torna-se uma necessidade para que essa realidade mude. O desafio é que mais e mais estudos possam trazer mais compreensão e luta pelos direitos e pela profissionalização das pessoas com Síndrome de Down, e como consequência acesso ao mercado de trabalho, e a valorização daquilo que são capazes de fazer.

3 METODOLOGIA

Para a intervenção na turma do 3º ano do ensino fundamental, onde tem um aluno com síndrome de Down, será utilizada a metodologia a seguir.

No primeiro momento daremos boas-vindas aos alunos e faremos uma aula expositiva dialogada sobre os sonhos, em seguida conversaremos sobre o que eles querem ser quando

crescer. No segundo momento apresentaremos a eles a proposta de produzirmos um mural dos sonhos, aonde colocaremos os seus maiores sonhos. O projeto envolvera as disciplinas de Português e Artes.

Terceiro momento será entrega para cada aluno uma folha colorida, aonde eles escreveram o seu maior sonho e o que querem ser quando crescer, logo abaixo farão um desenho que represente aquilo que escreveram. No quarto momento recolheremos as folhas e colaremos no mural junto com uma foto de todos os alunos juntos.

No quinto momento para finalizarmos o projeto entregaremos para cada aluno um chaveiro de uma nuvem como lembrança do projeto. Em seguida nos despediremos dos alunos, agradeceremos toda equipe envolvida, professores e a direção da escola pelo acolhimento e a pôr nos permitir realizar o projeto de intervenção na escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi expor como e vivida a inclusão de uma pessoa com Síndrome de Down no mercado de trabalho. Conseguimos perceber que uma inclusão real se configura de modo que haja necessariamente transformação e adaptação por parte da pessoa com deficiência que é incluída, de sua família e principalmente dos funcionários e empresa que inclui esta pessoa, de forma a se estruturar para recebê-la e incluí-la efetivamente.

Para que a oportunidade do ingresso no mercado de trabalho se torne um aspecto favorável para a inclusão da pessoa com Síndrome de Down na sociedade, é necessário que as pessoas do local de trabalho ofereçam estrutura para que o indivíduo se sinta respeitado neste ambiente, proporcionando autonomia, ampliando seu relacionamento com outras pessoas e favorecendo o desenvolvimento de suas habilidades. Tudo isso faz com que ele se sinta parte da sociedade reforçando seu sentido como cidadão.

Uma boa educação é um bem enorme que produz benefícios pessoais durante toda a vida. Isso não é diferente para pessoas com síndrome de Down. Com apoio e investimento na sua

formação, os alunos com SD, assim como quaisquer outros estudantes, têm capacidade de aprender. É importante destacar que cada estudante, independentemente de qualquer deficiência, tem um perfil único, com habilidades e dificuldades em determinadas áreas.

No entanto, algumas características associadas à síndrome de Down merecem a atenção de pais e professores, como o aprendizado em um ritmo mais lento, a dificuldade de concentração e de reter memórias de curto prazo. A escola deve proporcionar para a criança portadora da Síndrome de Down, um local em que as diferenças devam ser atendidas e respeitadas por todos, independentemente de serem ou não, portadoras da Síndrome de Down, ou não. A educação inclusiva é um meio privilegiado para alcançar a inclusão social, algo que não deve ser alheio aos governos e estes devem dedicar os recursos econômicos necessários para estabelecê-la. Mais ainda, a inclusão não se refere somente ao terreno educativo, mas o verdadeiro significado de ser incluído.

REFERÊNCIAS

- ALTON, Sandy. Incluindo alunos com síndrome de Down na escola. **Instituto inclusão Brasil**. São Vicente. 3 de agosto de 2003. Disponível em: <<https://institutoinclusaobrasil.com.br/incluindo-alunos-com-sindrome-de-down-na-escola/>>. Acesso em: 29 nov. 2020
- BRASIL, CNE. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. BrasíliaMEC/SEF, 2006.
- SILVA, Roberta Nascimento Antunes. **A educação especial da criança com síndrome de Down**. Rio de Janeiro. Pedagogia em foco, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/spdslx07.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2020.

SURDEZ E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: a educação inclusiva no ensino-aprendizagem de matemática

Ana Clara Vieira Castilho
Ana Paula Vieira Castilho
Débora Thais Fernandes Xavier
Isabella Cristiny Ferreira de Araújo
Laís Rebeca Messias de Melo
Thayssa Neves Vieira
Prof^ª. Ma. Vera Lúcia Piazzini Frota Fernandes

Faculdades Integradas Adventistas de Minas Gerais – FADMINAS; Rua Joaquim Gomes Guerra, 590 – Bairro Kennedy – Lavras, MG. Telefone: (35) 3829 - 3900

RESUMO

A abordagem sobre surdez e suas implicações na educação infantil é o ponto central de discussão neste artigo. O presente estudo trabalha conscientizando os adultos da educação no ensino-aprendizagem de matemática sobre a importância de estar presente na vida dos educandos da educação inclusiva. Quando é necessário decodificar uma linguagem, acaba sendo difícil para os alunos surdos, fazendo-se necessária a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). A inclusão em especial dentro da matemática exige uma compreensão mais complexa, pois, necessita codificá-la a fim de obter resultados. O objetivo central do projeto, visa mostrar aos discentes e docentes a relevância de uma língua visual para os alunos surdos que possa favorecer no processo educativo. A metodologia é apresentar inclusão da matemática dentro da sala de aula para os surdos e como eles reagem ao ensino. Será apresentado algumas atividades lúdicas que ajudaram no desenvolvimento do aluno em sala.

Palavras chaves: Inclusão; matemática; surdo e educação infantil.

1 INTRODUÇÃO

Será apresentado uma visão de como são as implicações na educação infantil inclusiva no ensino-aprendizagem de matemática. E como esse ensino ajudará os alunos em sala de aula, através de brincadeiras e atividades que influenciaram a uma metodologia de total importância e seu uso de libras.

Como objetivos específicos, procuramos mostrar aos professores a importância de uma língua visual para os alunos surdos. E propor juntamente com a metodologia através de atividades a respeito da inclusão da matemática dentro da sala de aula para os surdos.

Também, irá apresentar uma visão notória a respeito das dificuldades que os alunos surdos encontram em sala de aula. E também, o que o aluno espera e necessita do professor como seu amigo. Será estabelecido as leis que obrigam cursos de fonoaudiologia e licenciatura a terem em suas grades curriculares o ensino de libras aprendizagem. Corroborando com (COSTA e BARATA, 2016, p.7), o uso da Libras no ensino de matemática é de grande importância para o processo de alfabetização matemática destes alunos, pois os conteúdos matemáticos, quando expostos nas explicações pelo professor, são apresentados a partir do visual e a Libras é uma língua visual.

A justificativa pela qual foi decidido o tema do trabalho, é para apresentar inclusão da matemática dentro da sala de aula para os surdos e como eles reagem ao ensino e aprendizagem. Sendo assim, a influência dos professores causa um efeito direto na educação dos alunos. Em vista disso, esse projeto propõe a importância de uma linguagem visual para os alunos surdos e proporcionar um processo que irá favorecer no processo educativo do aluno.

1.2 Objetivo central da pesquisa

Mostrar aos discentes e docentes a relevância de uma língua visual para os alunos surdos que favoreça o processo educativo.

1.2.1 Objetivos específicos

- Mostrar a importância do conhecimento de LIBRAS no ensino da matemática;
- Apresentar a linguagem visual como facilitadora no processo ensino aprendizagem da matemática;
- Estabelecer meios que contribuam para o aprendizado do aluno surdo, levando o aluno ouvinte e integrar-se e ajudar no aprendizado do colega.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao pesquisar sobre a surdez e suas implicações na educação infantil, percebe-se que atualmente existem crianças que já frequentam as escolas convencionais com alunos normais, porém essas crianças passam por desconforto psicológico, por não compreenderem o que dizem ou até mesmo por causa de bullying que ocorre a escola.

Segundo Ministério da Educação e Cultura (MEC), Waléria Vaz (2016) defende que, “Para falar de inclusão para a pessoa surda precisa falar de educação bilíngue: as dinâmicas em sala de aula devem ser diferenciadas para o aluno surdo”. Corroborando com a ideia, é sim essencial essa educação nas escolas e atualmente, alguns cursos de licenciatura e fonoaudiologia já é lei de acordo com o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro 2005.

Segundo *Assessoria de Comunicação Social*, números do censo escolar de 2016, registram que o Brasil possui, na educação básica, 21.987 estudantes surdos, 32.121 com deficiência auditiva e 328 alunos com surdocegueira. Dentro do princípio da inclusão como preceito do sistema educacional brasileiro, o MEC trabalha para garantir uma série de recursos que contemplem essa parcela da população.

Dentro da matemática a criança tem um pouco de dificuldade devido a complexibilidade que existe. Quando há necessita decodificar uma linguagem acaba que, para os alunos surdos tudo fica mais complicado. Portanto, a língua mãe dos surdos (LIBRAS), é de total importância para que o aluno possa ter uma boa comunicação e flexibilidade dentro de sala de aula.

Em se tratando de alfabetização, normalmente relacionamos ao processo de leitura e escrita da língua materna. E relacionando a temática às primeiras noções matemáticas, percebemos a falta de um termo específico, e por esse motivo foi convencionalizado “alfabetização matemática”. (COSTA e BARATA, 2016, p 3)

É notório que a disciplina de matemática requer um esforço a mais por parte do professor e do aluno, levando em conta que a mesma causa certa aversão nos alunos, gerando um preconceito que influenciará em seu aprendizado. Focando nos alunos surdos o trabalho será redobrado e

exigirá do professor o domínio da “LIBRAS” uma língua visual, que favorecerá tal aprendizado, fazendo-se essencial nesse processo de ensino e inclusão destes alunos.

O uso da Libras no ensino de matemática é de grande importância para o processo de alfabetização matemática destes alunos, pois os conteúdos matemáticos, quando expostos nas explicações pelo professor, são apresentados a partir do visual e a Libras é uma língua visual. E dependendo do conteúdo a ser explicado, poderá trazer facilidades ao surdo entender de forma mais rápida (COSTA e BARATA, 2016, p.7).

Todo aprendizado requer uma base sólida, e mais do que a companhia do professor, o aluno precisará aprender sua própria língua para que os demais conhecimentos sejam significativos, e seja incluso no meio em que ele for inserido.

Para (GONÇALVES e SANTOS, p. 229), (...) a Língua de Sinais, própria da cultura surda é o sistema mediador da criança surda por excelência, assim como é a melhor forma de construir sua identidade, além de ser a melhor forma introduzi-la no meio social e no universo escolar, inferindo diretamente no meio psicossociocultural desse sujeito.

Como explicita COSTA e BARATA (2016, p.4) “a matemática tem uma dependência com a linguagem natural, pois, não tem linguagem própria, necessitando de uma impregnação mútua entre ambas”; portanto faz-se impreterível o ensino baseado na linguagem do aluno, a Língua de Sinais.

As brincadeiras lúdicas são belas formas de trabalhar com as crianças diversos temas. Para (NETA E CÓRDULA; 2017), a brincadeira pode ser vista com um meio de aprendizagem, uma vez que nesse divertimento, no custo que se tem de praticá-lo, haja aprendizagem tanto para o que deve fazer à sua vida como para o seu divertimento. Deve-se levar em consideração que o brincar deve ser direcionado de forma segura, para que se alcancem os objetivos necessários, os quais devem ajudar nas habilidades cognitivas, motoras e linguísticas.

Corroborando com (NETA e CÓRDULA, 2017), a atividade lúdica favorece a comunicação da criança com o meio e com ela mesma, pois assim descobrirá novas formas de se comunicar e,

com isso, de maneira dinâmica, conseguirá compreender o meio em que está inserida e a si própria (Amarilha, 1997; Ferreira et al., 2004).

3 METODOLOGIA

Esse projeto foi elaborado na perspectiva de ser apresentado no colégio Dra. Damina, sobre a abordagem da surdez e suas implicações na educação infantil. Foi realizado um levantamento, da inclusão da matemática dentro da sala de aula para os surdos. Esse levantamento apresenta algumas formas, que podem ser trabalhadas com alunos em sala, ajudando então a aprender de forma criativa e divertida, compreendida por cada aluno diferentemente. Para o professor aplicar algum método, ele precisa primeiramente de se aprofundar em LIBRAS (Linguagem Brasileira de Sinais) prosseguindo com atividades lúdicas.

O uso de atividades lúdicas e aspectos visuais, são essenciais para que os alunos possam tocar, para se familiarizarem e conseguirem assimilar os conteúdos, a exemplos de tabelas e gráficos, brinquedos pedagógicos como painel de números, prancha geométrica, tangram, entre outros, para que através da visão, esses elementos auxiliem para uma educação qualitativa para alunos não ouvintes.

De acordo pesquisa feita e observações realizadas, ficou decidido que o método que seria utilizado para apresentar a matemática aos alunos surdos seria a utilização de brinquedos lúdicos, logo foram confeccionados alguns exemplos, para auxiliarem na execução dessa aula.

O primeiro brinquedo confeccionado foi o Tangram, que é um quebra-cabeças geométrico chinês formado por 7 peças: são 2 triângulos grandes, 2 pequenos, 1 médio, 1 quadrado e 1 paralelogramo. Utilizando todas essas peças sem sobrepô-las, podemos formar várias figuras. O professor deve propor para seus alunos que formem duplas, distribua para cada dupla dois conjuntos de peças do Tangram e um tabuleiro de grupo de figuras (para serem construídas). Os alunos devem estar de frente um para o outro para participar da atividade. O objetivo dessa atividade é que os alunos aprendam de forma mais lúdica as formas geométricas e como utilizá-las para formar outros sólidos geométricos

O segundo brinquedo utiliza dois cd's em forma de roletas, com tampinhas de garrafa ao redor, e números escrito em sua base. No centro no brinquedo terá uma tampinha indicando a operação matemática a ser feita. As roletas giram em direções opostas, formando então o problema matemático a ser resolvido. A criança responderá a matemática através da língua de sinais. As crianças vão aprender as quatro operações básicas com os números que saírem com a tampinha. A partir da visualização que irão aprender, brincando facilita a aprendizagem da criança.

Outro brinquedo que irá facilitar o ensino nessa aula será o varal de números, o qual será utilizado para que cada criança aprenda a contar, veja os números escritos em pregadores com a junção de outro pregador para formar a operação matemática. Esse varal terá números escritos no pregador e abaixo, uma figura demonstrava do número em LIBRAS presa a ele, do outro lado, representando cada número, terá a sua figura, o número exposto pelo pregador. Para responder à operação o aluno deverá colocar um pregador e uma figura correspondente ao resultado, para o aluno relacionar o número que está sendo representado. A criança irá aprender a contar, a conhecer os números, o que facilitará para que ela faça outras atividades que envolvam números e operações matemáticas. Um dos objetivos que será alcançado através dessas atividades é que a criança irá praticar em casa, no seu dia a dia, na sua rotina, fazendo com que fixe ainda mais o aprendizado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notou-se que a aprendizagem necessita de uma base sólida, e cada ser humano possui a necessidade de compreensão e comunicação, e para com estudante surdo nada se difere quanto a isso, mas o mesmo leva o professor vencer alguns obstáculos para possibilitar que seu aluno se comunique e seja compreendido através da LIBRAS, e este é o ponto chave para que o aprendizado do aluno seja completo, pois a partir disso os demais conhecimentos farão sentido em sua vida acadêmica.

Considerando que este projeto apresenta importância para os surdos especialmente no âmbito escolar e no intuito de beneficiar tanto os estudantes surdos quanto os ouvintes, ambos ouviram

e buscaram entender a importância da língua de sinais no processo educativo, em especial na linguagem matemática. Uma vez que os alunos ouvintes também terem compreendido tal importância da LIBRAS torna-se mais fácil o aprendizado dos sursos pois seus colegas passam a integrar-se com este aprendizado, tornando-o mais possível e menos dificultoso.

A matéria de matemática exigirá mais esforço, e possui suas dificuldades em relação ao aprendizado pelo fato de ser codificada e por possuir pontos difíceis. Porém, nas salas de aulas, está sendo trabalhado a melhor forma para ensinar o aluno e fazer com que ele sintasse confortável e aprenda junto aos demais alunos e para que isso ocorra, novas estratégias escolares devem ser reformadas, para que o aluno tenha a adaptabilidade e estrutura necessária para seu aprendizado.

Por meio desse trabalho, é notável a importância do professor atenta-se as expressões faciais. Como supramencionado, há grande importância na comunicabilidade, os alunos surdos também carecem da comunicação que, essencialmente, precisa existir entre aluno e professor, não a conversação vazia mas somada ao amor expresso na face dos educadores e em caso de não haver uma perfeita compreensão do vocabulário de LIBRAS, ele pode demonstrar por meio através agradáveis e doces atos, sinais que aos olhos do seu educando podem aos poucos traduzir.

Portanto, deve-se ressaltar que a alfabetização dos alunos surdos tem que ser de forma flexível a eles pois os alunos requeem de uma atenção educacional específica, os alunos surdos em si, necessitam dessa forma educacional adaptável a eles.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: 2002: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 24 p.

BRASIL. Medida provisória no 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF**, 14 dez. 1997. Seção 1, p. 29514.

SKLIAR, Carlos. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. 2ª ed. Porto Alegre: Meditação, 2001.

PORTABILIS. Alunos com deficiência: como lidar com eles em sala de aula?

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Ensino bilíngue com libras melhora a vida de alunos surdos. 2016

A CONTRIBUIÇÃO DA LUDICIDADE NO ENSINO DA MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS

Francisca Dayane Domingos da Silva¹
Maria Darcya da Silva¹
Francisco Cleyton Lopes Rodrigues²

¹*Graduadas do curso de Pedagogia. Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA;
daydomingoss21@gmail.com; mariadarcyadds@gmail.com.*

²*Professor Mestre orientador. Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA;
cleytonbio@yahoo.com.br*

Resumo: A matemática está presente na vida de todos os indivíduos desde antes do próprio nascimento, é inevitável não fazer o uso da mesma no dia a dia, visto que está presente em diversas ações do cotidiano, porém segue-se a tradição de ser considerada a disciplina mais difícil, sendo muitas vezes comparada com um "monstro" pela grande maioria dos alunos. Com o objetivo de tornar a matemática do interesse dos educandos e favorecer o processo de aprendizagem, permitindo que os alunos saiam dos anos iniciais do ensino fundamental dominando-as, fora realizado um estudo bibliográfico e de campo, através de uma entrevista semiestruturada com algumas professoras, onde foi possível constatar que o uso de jogos matemáticos, brincadeiras, aulas dinâmicas, no qual a inserção da ludicidade na metodologia de ensino tem se tornado eficaz.

Palavras-chave: Matemática. Aprendizagem. Anos iniciais. Jogos matemáticos. Ludicidade.

INTRODUÇÃO

É notório que a matemática é uma disciplina essencial para a vida do ser humano, sendo que é inevitável não nos depararmos com a mesma no nosso cotidiano, tornando-se necessário dominá-la. Contudo, não é uma tarefa fácil para os professores repassar os conteúdos matemáticos, já que atualmente as crianças não se sentem atraídas por métodos de ensinamentos tradicionais, tornando-se essencial o uso de mecanismos lúdicos. Segundo Ferro e Viel (2019) a ludicidade tem se tornado uma ferramenta aliada às práticas pedagógicas, sendo importante para o desenvolvimento das crianças, trazendo benefícios como aguçar a curiosidade, o raciocínio e a concentração, tornando o processo de aprendizagem mais significativo por proporcionar uma maior interação entre as partes envolvidas.

A escolha do tema se deu pela dificuldade que muitas crianças têm ao estudar matemática e encarar a disciplina como um “monstro”, também, a resistência de alguns professores com relação ao uso dos jogos em sala de aula, tendo como consequência a frustração dos alunos por não conseguirem absorver os conteúdos de forma clara, afetando o desempenho dos mesmos ao longo de toda sua vida acadêmica.

A proposta de jogo matemático na sala de aula é essencial para o desenvolvimento da criança, por ser um mecanismo lúdico, estimula o interesse nos pequenos, fazendo com que eles busquem aprender, facilitando seu entendimento com relação ao conteúdo ensinado. O referido artigo aborda a construção da aprendizagem obtida por meio da ludicidade nos anos iniciais.

O jogo é estimulador e desafiador á medida que instiga o aluno a raciocinar para resolver a situação proposta. Brincar á a forma mais divertida e natural que a criança encontra para aprender e se desenvolver, ou seja, a capacidade de brincar promove a todos a possibilidade de decifrar os segredos que os cercam. (FERRO; VIEL, 2019, p.124)

O artigo tem como objetivo mostrar que os jogos matemáticos, as brincadeiras, são indispensáveis no processo educativo das crianças, além de acrescentar conhecimento aos professores e acadêmicos do curso de Pedagogia com relação ao uso de jogos/brincadeiras no ensino da matemática, possibilitando o processo de aprendizagem de uma maneira lúdica, divertida e prazerosa, permitindo que os alunos saiam dos anos iniciais tendo domínio do que lhes foi repassado, favorecendo a fácil aquisição dos conteúdos nos anos finais e ensino médio, dentro da perspectiva de que uma base sólida torna-se necessário para construir o futuro.

REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente a matemática é conhecida como uma das disciplinas mais difíceis e temidas, tanto para os educadores como para os alunos, que já trazem consigo esse conceito formado culturalmente, passado de geração em geração. Como citam Pacífico e Luíz (2017) um dos

motivos para que isso aconteça está ligado á metodologia que era usada antigamente no ensino tradicional, onde o professor era autoridade, e o aluno um mero receptor de conhecimentos, sem ter o direito de participar ativamente da aula, não podendo refletir sobre o que estavam aprendendo.

A matemática é fundamental na vida do ser humano, pois faz parte do cotidiano, no ato de fazer compras, brincar, jogar, na preparação de uma receita, em diversas ações que realizamos no dia a dia nos deparamos com a matemática, sendo impossível viver sem ela. Cambraia, Lobato, Nascimento (2018, p.79) afirmam que “a matemática está presente em nossa vida desde o nosso nascimento, quase tudo no nosso dia a dia envolve números, medidas, figuras geométricas e outros conceitos intrínsecos a essa ciência”.

Sabendo da grande relevância da matemática é preciso que haja a busca de metodologias para facilitar a aprendizagem, de acordo com Cerqueira et al. (2018) na atualidade trabalhar o lúdico dentro da sala de aula se tornou um assunto bastante debatido entre os educadores, pela grande importância que essa ferramenta representa dentro do processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista que a falta dela pode causar prejuízos nos anos finais do ensino fundamental.

Por todos os motivos citados acima, é visível que o uso dos jogos e brincadeiras, mecanismos lúdicos, se torna essencial para o processo de ensino, segundo Sartori e Duarte (2015) os professores consideram importante aplicar em sua metodologia ferramentas que despertam o prazer no aluno, tornando assim, nos mesmos, o desejo de aprender. Ainda, como afirmam Canal e Queiroz (2012) os jogos são ferramentas úteis para intervenção no contexto escolar, pois é uma maneira do aluno aprender se divertindo, de forma livre e espontânea.

É necessário que o educador tenha em mente que a ludicidade em sala de aula não é apenas brincar, é uma ferramenta que deve ser usada com o objetivo de facilitar a aprendizagem dos educandos, deste modo, o docente deve escolher um jogo/brincadeira que promova a busca de novos aprendizados, segundo Oliveira e Cezário (2017) por meio do diálogo o professor saberá qual a melhor maneira de se trabalhar os jogos, para que não sirva apenas como meio de competição, mas estimule a busca de novos conhecimentos, promovendo a interação entre o professor e os alunos, defendendo essa mesma idéia Pacífico e Luíz ressaltam que:

O jogo como instrumento educativo pode ensinar conteúdos e estimular a construção dos conhecimentos, por isso, é essencial manter um equilíbrio entre os jogos, seus objetivos, função educativa e o lúdico, com as formas abstratas e estritamente racionalizadas de transmissão de saber. (PACÍFICO; LUÍZ, 2017, p.133)

A ludicidade além de facilitar no processo de ensino/aprendizagem das crianças, permite, ao mesmo tempo, que o educador observe quais são as maiores dificuldades apresentadas pelos alunos.

Nessa perspectiva, faz-se importante que o educador no momento das atividades saiba também observar como a criança se expressa, diante do que lhe foi proposto, pois será através dessa ação que o professor poderá direcionar o aluno para os objetivos esperados. (OLIVEIRA; CEZARIO, 2017, p.359).

É importante ressaltar que o educador deve se empenhar em chamar a atenção total do aluno para o conteúdo a ser estudado a fim de que o mesmo consiga absorver o máximo possível do assunto ensinado, usando como ferramentas, recursos que despertam o interesse da criança.

Sabendo-se que para a criança tudo se resume em brincar, então deve-se aproveitar dessa situação e utilizar nas aulas de matemática jogos e brincadeiras para lhe proporcionar alegria, diversão e a aprendizagem de modo livre, através de situações do dia a dia com brincadeiras de faz de conta com assuntos corriqueiros. (SILVA, 2015, p.12).

Os jogos envolvem diversos tipos de conhecimentos e por serem uma forma de diversão e prazer, desperta o interesse de quem o joga, além de promover conhecimentos, contribui para o desenvolvimento das crianças, promovendo o raciocínio lógico matemático, assim como considera Starepravo et al. (2017), o jogo contribui para os avanços dos alunos, não apenas para o raciocínio lógico e linguagem matemática formal, mas também, para o lado social e afetivo,

destacando que ao jogar a criança aprende a trabalhar em equipe e colocar em prática estratégias para resolver assuntos do cotidiano.

Com o objetivo de desmistificar a visão que muitos têm da matemática, além do uso de jogos concretos pode-se utilizar também os jogos digitais, sabendo-se que atualmente as crianças passam bastante tempo usando as tecnologias, usá-las a favor da aprendizagem se torna eficaz, como vem sendo abordada as aulas remotas atualmente, devido á pandemia.

Os recursos tecnológicos, por sua vez, estão entre os elementos que atraem crianças, jovens e adultos. Além disso, as tecnologias são alguns dos fatores mais fortes ligados á realidade. Assim, é importante que a escola consiga incentivar os estudantes e ensiná-los incluindo recursos que fazem parte de suas vidas. Quanto mais contextualizado for o ensino, mais os alunos encontrarão sentido, significado e incentivo à aprendizagem, o que passa também pelo o uso dos recursos tecnológicos no ambiente escolar. (KAMINSKI et al; 2019, p.289).

Ainda, é relevante que o professor busque avaliar os recursos didáticos e a forma de como repassá-los em sala de aula:

É importante que o educador tenha a preocupação de avaliar os recursos, partindo da ideia de que existe uma estreita relação entre a sua concepção sobre o ensino e sobre a aprendizagem e o uso de recursos didáticos. Não se trata apenas de saber quais conhecimentos transmitir, que jogos e desafios utilizar ou de como repassá-los, mas determinar qual concepção de ensino subjaz à atividade proposta. (BESSA; COSTA, 2019, p.160).

Vale destacar que os jogos/brincadeiras facilitam o processo de ensino, mas para isso, cabe ao professor escolher o jogo mais adequado ao seu aluno, ao conteúdo, aos objetivos que almeja alcançar. Segundo Passos e Takahashi (2018) os recursos didáticos na prática docente têm, muitas vezes, papel fundamental para o entendimento do conteúdo por parte dos alunos. Assim, é importante que o professor selecione e empregue o recurso didático mais adequado aos seus alunos, ao conteúdo, aos objetivos e aos resultados esperados, torna-se necessário estabelecer critérios claros para escolha e utilização dos recursos nesse processo.

Além disso, é necessário que o professor busque conhecer o educando e respeite o seu tempo para aprender, alguns alunos compreendem facilmente, outros já possuem mais dificuldades, como defende Cambraia, Lobato, Nascimento (2018) o conhecimento é um processo adquirido de acordo com o tempo individual de cada pessoa.

Ressalta-se que para alcançar resultados satisfatórios de aprendizagem, o jogo deve ser bem planejado, suas regras bem apresentadas, onde o educador deve ter o embasamento teórico adequado conduzindo o processo e avaliando-o de forma clara e concisa e respeitando as fases de desenvolvimento da criança para que estas possam atingir os objetivos propostos. (FERRO; VIEL, 2019, p. 124).

Vale lembrar que nem sempre será uma tarefa fácil, o uso de jogos matemáticos dentro da sala de aula, vários desafios são encontrados, como destaca Cerqueira et al. (2018) diversos são os obstáculos encontrados pelos professores, que os impedem de utilizar os jogos em sala de aula mesmo sabendo da importância dessa ferramenta levando-os muitas vezes a optar pela metodologia tradicional, deixando de utilizar elementos lúdicos. “Outro ponto importante é a grade curricular. São muitas tarefas para um curto período de tempo. Mas apesar de tantas dificuldades de se aplicar os jogos dentro das salas de aula, deve-se fazer um esforço para que este seja incluso”. (LORRANE et al., 2018, p. 51)

Sendo assim, além de competente, é necessário que o professor seja criativo e inovador, trazendo diferentes recursos para a sala de aula, como afirma Sousa (2007, apud PASSOS e TAKAHASHI, 2018, p.176) “o professor deve ter formação e competência para utilizar os recursos didáticos que estão ao seu alcance e muita criatividade, ou até mesmo construir juntamente com seus alunos”.

METODOLOGIA

O ato de pesquisar é bastante importante, uma vez que proporciona aos estudantes uma visão crítica e a obtenção de conhecimentos acerca de um determinado assunto. Segundo Abreu e Almeida (2008) a pesquisa acadêmica não se restringe apenas á busca de conhecimentos, é um

processo de investigação do desconhecido, onde a informação se torna elemento essencial, sendo caracterizada pelo método, comprovação e resultados.

O estudo descritivo é de natureza qualitativa, segundo Gunther (2006) a pesquisa qualitativa não é uma tarefa fácil, porém têm qualidade, visto que envolve coletas, transcrição e análise de dados. Além disso, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada por meio de pesquisas em artigos publicados em revistas pedagógicas. A pesquisa bibliográfica é de fundamental importância para a construção de todo e qualquer trabalho acadêmico, visto que possibilita a construção de conhecimentos. Segundo Lima e Miotto (2007) a pesquisa bibliográfica é um método importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, principalmente em temas pouco abordados, o interesse de outros autores em pesquisar sobre a temática.

Com vista a comprovar o que defendem os teóricos, fora efetuada uma pesquisa de campo, onde foi realizada uma entrevista por telefone, devido à pandemia, com professoras do 1º ao 5º ano de uma escola pública da cidade de Horizonte - CE. O enfoque estava sendo a opinião das professoras com relação ao uso dos jogos em sala de aula e se utilizam ou não essa ferramenta.

De um modo geral, durante a realização de uma pesquisa algumas questões são colocadas de forma bem imediata, enquanto outras vão aparecendo no decorrer do trabalho de campo. A necessidade de dar conta dessas questões para poder encerrar as etapas da pesquisa frequentemente nos leva a um trabalho de reflexão em torno dos problemas enfrentados, erros cometidos, escolhas feitas e dificuldades descobertas. (DUARTE, 2002, p. 140).

Primeiramente houve uma conversa com as professoras para saber se elas aceitariam participar da entrevista, todas foram de acordo. Logo após, foi montado um questionário semiestruturado com 10 perguntas e enviado via WhatsApp para que elas respondessem, as mesmas tiveram três dias para responderem as questões, todas entregaram as respostas em dias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a pesquisa constata-se a eficácia do uso da ludicidade no ensino da matemática, foi possível observar através das respostas das professoras entrevistadas que todas acreditam que o uso da ludicidade, quando aplicada de forma correta, favorece o aprendizado.

Dentre as cinco entrevistadas, quatro delas tem entre 20 e 25 anos de profissão, apenas uma possui 10 anos, que por unanimidade consideram o uso dos jogos, como uma ferramenta que tornam as aulas mais dinâmicas, auxilia na socialização, concentração, organização, integração e na resolução de problemas matemáticos e superação de dificuldades, sendo além de uma metodologia pedagógica um estímulo para o aluno. As mesmas relatam o grande suporte dado pela Secretaria de Educação quanto aos materiais didáticos e pedagógicos, alguns podendo ser produzidos pelos professores e alunos, formações, e cursos de capacitação.

Conforme as respostas das educadoras, é visto que através dos jogos os alunos conseguem absorver com mais facilidade o conteúdo repassado pelo professor. Todas as entrevistadas ressaltam que o jogo é benéfico, porém deve ser escolhido e planejado cuidadosamente, a fim de se alcançar o resultado desejado. Segundo Bessa e Costa (2019) o professor deve buscar utilizar jogos que condizem com o conteúdo proposto, a fim de que o jogo não se torne apenas um meio de diversão.

No âmbito educacional, não há resultados positivos, sem que haja desafios. De acordo com todas as entrevistadas, um dos maiores desafios encontrados é a superlotação das salas e a rotina extensa. Há pontos de vistas diferentes com relação a essa questão, uma cita o fato de haver poucos materiais para ser utilizado, visto que há uma grande quantidade de alunos, outra relata alguns costumes trazidos de casa pelos alunos, que não condiz ao ambiente em sala de aula, como dificuldade de concentração, comportamentos, limites, entre outros. Como afirma Cerqueira et al. (2018) onde diz que os professores encontrarão inúmeros desafios que irão desmotivá-los a utilizar os jogos.

Ao analisarem a diferença do ensino tradicional, que a maioria vivenciou no início de sua carreira, com o ensino atual, encontram-se novamente opiniões muito parecidas, onde relatam

que os alunos no ensino tradicional tinham muito medo da matemática, sendo a matéria mais temida, pois naquele tempo o que mais se fazia era decorar, havendo castigo para os que não conseguiam. Já atualmente, ao perguntar aos alunos qual a matéria preferida, a maioria responde que é a matemática, o uso de jogos e brincadeiras é uma maneira dos alunos se divertirem, saírem de suas cadeiras, dos livros e passam a usar o material concreto, que faz parte de sua realidade, aprendendo de forma livre.

Com a chegada da pandemia, na qual as aulas estão sendo realizadas de forma remota, tem sido quase inviável utilizar os jogos, devido às dificuldades encontradas pela família como falta de material, tempo de ajudar os filhos, mesmo assim as professoras tem tentado ao máximo inserir metodologias dinâmicas na sua didática, mas consideram que essa forma de ensino não tem o mesmo efeito de quando se está em sala de aula.

Na opinião das professoras poderiam ser utilizados alguns jogos digitais, desde que seja trabalhado com regras, cuidado, sendo assim a família teria que acompanhar de perto para que não surtisse efeito contrário, ao invés de benefícios, trazerem prejuízos.

Além disso, as entrevistadas garantem que de acordo com o perfil das crianças atualmente, onde o uso de ferramentas digitais se tornou tão atraente o professor teve que se reinventar para tentar.

fazer com que os alunos sintam-se atraídos a participarem das aulas e o uso dos jogos foi uma descoberta de fundamental importância, pois trabalha a matemática com foco na realidade dos alunos, visto que o brincar faz parte da vida de toda criança e unir o aprender ao brincar tem se tornado necessário e satisfatório. Segundo Silva (2015) o universo da criança se resume em brincar e o professor deve utilizar dessa situação para promover a aprendizagem.

Através das pesquisas realizadas é possível perceber que não há divergências entre as opiniões dos autores, ambos têm a mesma percepção sobre a temática, até o uso das mesmas palavras foram encontradas nos diversos artigos lidos, assim como a opinião das professoras entrevistadas se igualam a dos teóricos, ao afirmarem o uso da ludicidade como indispensável no ensino da matemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo, concluiu-se que os professores devem buscar resgatar no aluno o desejo de aprender, inclusive quando se fala na matemática, que é uma disciplina temida, devendo ser trabalhada de uma maneira diferente, usando-se dos jogos em sala de aula, uma ferramenta divertida, lúdica, prazerosa e que faz parte do cotidiano das crianças. No ensino da Matemática unir o aprender ao brincar se torna essencial.

Constatou-se que o uso de jogos matemáticos, brincadeiras, que são mecanismos lúdicos, contribui no processo de ensino e aprendizagem da Matemática. Através da ludicidade a criança transforma a sua realidade, possibilitando seu desenvolvimento e favorecendo sua compreensão. Não é uma tarefa fácil inserir a ludicidade em sala de aula, por conta da rotina exigida na grade curricular, grande quantidade de alunos dentro de uma mesma sala e a falta de materiais, apesar dos desafios, é possível notar que muitos educadores buscam de alguma maneira aplicar essa metodologia, por acreditarem na sua eficácia e nos benefícios trazidos para a vida dos educandos.

Garantir que os alunos saiam dos anos iniciais, tendo pensamentos positivos sobre os conteúdos matemáticos irá favorecer a absorção dos novos conhecimentos que serão repassados nos próximos anos. Isso facilitará a vida do aluno, considerando que o ensino da matemática é contínuo, e não é visto o uso da ludicidade nos anos finais do ensino fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, R. M. A; ALMEIDA, D. D. M. **Refletindo sobre a pesquisa e sua importância na formação e na prática do professor do ensino fundamental I**. Salvador, v.1, n.14, p. 73-85, R. Faced, jul/dez. 2008.

BESSA, S.; COSTA, V. G. **Apropriação do conceito de divisão por meio de intervenção pedagógica com metodologias ativas**. Rio Claro, v.33, n.63, p.155-176, BOLEMA, abr. 2019.

CAMBRAIA, E. S.; LOBATO, N. L.; NASCIMENTO, R. P. **A ludicidade na alfabetização matemática no âmbito da educação infantil**. Dourados, v.1, n.2, p.76-91, Tangram - Revista de Educação Matemática, 2018.

CANAL, C. P. P.; QUEIROZ, S. S. **Procedimentos de contagem de pontos em um jogo com conteúdo matemático.** São Paulo, v.16, n.1, p.25-33, Revista Semestral da Associação Brasileira da Psicologia Escolar e Educacional, jan/jun. 2012.

CERQUEIRA, E. M.; et al. **Jogos lúdicos como ferramenta de desenvolvimento no raciocínio lógico-matemático nas séries finais do ensino fundamental I.** Sorocaba, v.2, n.1, p. 89-100, Ensaios Pedagógicos, jan/abr. 2018.

DUARTE, R. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo.** Rio de Janeiro, v.1, n.115, p. 139-154, Cadernos de pesquisa, março. 2002.

FERRO, B. R.; VIEL, F. V. **A importância do lúdico nas séries iniciais do ensino fundamental.** Araras, SP, v. 18, n. 1, p. 109-129, Revista Científica UNAR, 2019.

GUNTHER, H. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?** Brasília, v.22, n.2, p. 201-210, Psicologia: Teoria e pesquisa, maio/ago. 2006.

KAMINSKI, M. R.; et al. **Uso de jogos digitais em práticas pedagógicas realizadas em distintos contextos escolares.** São Paulo, v.21, n.2, p.288-312, EMP-Educação Matemática Pesquisa, 2019.

LIMA, T. C. S; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Florianópolis, v.10, n. esp., p. 37-45, Rev. Katál, 2007.

LORRANE; et al. **Ludicidade na matemática.** Minas Gerais, v.2, n. 1, p. 49-56, Revista de práticas pedagógicas. Jan/jun. 2018.

OLIVEIRA, M. M. S.; CEZÁRIO, D.S. **O lúdico como instrumento facilitador nas aulas de matemática nos anos iniciais do ensino fundamental.** Cajazeiras, n.2, p.356-365, Revista de Pesquisa interdisciplinar, set. 2017.

PACÍFICO, M.; LUIZ, R. S. **Os jogos no ensino da matemática: contribuições aos anos iniciais do ensino fundamental.** Belo Horizonte, v.10, n.19, p.127-136, Revista Tecer, nov. 2017.

PASSOS, E. O.; TAKAHASHI, E. K. **Recursos didáticos nas aulas de matemática nos anos iniciais: critérios que orientam a escolha e o uso por parte de professores.** Brasília, v.99, n.251, p.172-178, RBEP, jan/abr. 2018.

SARTORI, A. S. T.; DUARTE, C. G. **Práticas lúdicas na Educação Matemática Escolar: a escola nos fluídos da Modernidade líquida.** São Paulo, v.17, n.2, p.55-70, EMP-Educação Matemática Pesquisa, 2015.

SILVA, L. M. **Ludicidade e matemática: um novo olhar para aprendizagem.** San Carlos, v.4, n.5, p.10-22, Psicologia e Saberes, 2015.

STAREPRAVO, A. R.; et al. **Autorregulação e situação problema no jogo: estratégias para ensinar multiplicação.** São Paulo, v.21, n.1, p.21-31, Psicologia Escolar e Educacional, Jan/Abr. 2017.

ESTRATÉGIAS PARA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA ESCOLA

Caroline Barboza Marques

Daniella Santana Alvarenga

Ilda Mara Alves

Milena Eduarda Resende Carvalho

Prof^ª. Ma. Vera Piazzzi

Faculdades Integradas Adventistas de Minas Gerais – FADMINAS; Rua Joaquim Gomes Guerra, 590 – Bairro Kennedy – Lavras, MG. Telefone: (35) 3829 - 3900

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo a demonstração de como a inclusão da criança com autismo é importante e necessária. A sua criança com o autismo tem várias dificuldades e limitações, muitas delas vão de um grau mais baixo até um muito elevado, depende de cada criança e do seu diagnóstico. Essa inclusão tem que ser preparada, porque cada criança tem um limite e cada uma é única, então o profissional já deve estar ciente de como deve ser trabalhado com tal criança. Esse trabalho foi pensado para poder mostrar como temos várias atividades e procedimentos diferentes, cada profissional trabalha auxiliando de determinada forma para que juntos ajudem a criança desenvolver melhor. Demonstrar como brincadeiras e a metodologia fazem uma grande diferença nesse processo. São simples fáceis e atraem a atenção da criança. Mas esse processo precisa ser inserido na vida da criança desde o primeiro diagnóstico, para que sua evolução seja constante e seja mais fácil de lidar com os obstáculos. O resultado dessa prática é que a inclusão seja diária e progressiva, e que ajude a criança se sentir bem.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho iremos falar sobre a inclusão do autista e apresentar algumas atividades que possam ser usadas para a inclusão dentro de sala de aula.

A inclusão escolar da criança com autismo é um direito adquirido por lei, que garante o acesso de crianças com necessidades especiais nas escolas regulares, assim como dita que essas devem fornecer todo o suporte para os professores, para que possam efetivá-la.

A grande questão é que sabemos que a maioria das escolas não está preparada para a inclusão e que temos muito a caminhar, mas as crianças com autismo estão nas escolas e precisamos incluí-las.

A inclusão é importante tanto para a criança com autismo, como para qualquer outra, com ou sem necessidade educacional especial. Da mesma forma, toda e qualquer criança requer, em algum momento, ser incluída. Portanto, é esse olhar que devemos ter para a inclusão, ela é inerente ao processo de ensino-aprendizagem.

1.1 Inclusão escolar de crianças com autismo

- Superar comportamentos inadequados através do reforço positivo ou do treinamento de omissão tornando o indivíduo cada vez mais autônomo e organizado para responder as demandas do ambiente;
- Criar vínculos com o processo de aprendizagem, professor e com o espaço escolar trabalhando o engajamento, apostando no contato visual e o vínculo com os demais alunos;
- Proporcionar experiências em grupo trabalhando a interação e comunicação de forma gradativa;
- Contemplar a sua individualidade respeitando as suas características pessoais.

1.2 Justificativa do tema da pesquisa

A presente pesquisa investiga, assim, a inserção de alunos portadores de autismo, no ensino regular, propondo também, uma metodologia com atividades lúdicas para a interação destes alunos portadores de autismo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

CONCEITO DE AUTISMO

Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é uma circunstância neurológica que prejudica na comunicação social e no comportamento, o autismo vai desde os níveis mais leves aos mais profundos, esse transtorno é algo permanente sendo assim não há cura, mas quando é diagnosticado ainda bebê o tratamento pode suavizar os sintomas, as crianças começam a demonstrar sinais dos 12 aos 24 meses.

É importante ressaltar que cada criança é única e cada uma vai receber um diagnóstico e que cada uma se demonstra de uma maneira, existem diferentes órgãos que auxiliam os pais e as crianças para que possam ter uma boa qualidade de vida e respeitar os limites das crianças. O autista pode interferir desde a relação com o outro até a sua linguagem sendo assim é necessário que cada profissional trabalhe para melhorar a qualidade de vida desse educando.

As dessemelhanças dos sinais variados podem confundir, e na maioria das vezes quando é um nível leve são os professores na pré-escola que notam, pois para muitos é o primeiro contato com outras crianças e com pessoas fora da família. Segundo BORBA, BARROS (2018) esses níveis podem divididos em (1) déficits de interações sociais e de comunicação e (2) comportamentos repetitivos e interesses restritos.

As interações sociais e de comunicação estão relacionadas a dificuldades de manter uma conversa, de brincar com outras pessoas, a preferência por objetos, a dificuldade no contato visual, não perceber as expressões faciais, tom de voz diferente, ou gestos. Também está relacionada com outras pessoas e de receber ou praticar gestos de carinho, o que mais leva as famílias procurarem ajuda profissional é quando apresenta o atraso da fala. Já os comportamentos repetitivos e restritivos estão correlacionados ao apego por rotinas é dificuldades quando se altera alguma coisa no dia a dia.

No primeiro momento que os pais observam alguma dificuldade nos filhos devem procurar uma ajuda profissional. Para uma criança ser diagnosticada com autismo é necessário passar por uma equipe multiprofissionais para poder observar, esses profissionais devem trabalhar de forma

interdisciplinar. Essa equipe deve ser formada por psicólogos, profissionais psiquiatras, pediatras, fonoaudiologia, o trabalho desses profissionais é necessário para que a criança consiga enfrentar os seus desafios e perceber que é capaz.

Como já citado anteriormente não existe uma cura, porém, tratamento com remédios e os profissionais podem amenizar e tornar a vida dessas crianças melhores. As psicoterapias são extremamente necessárias para poder ter melhor qualidade de vida. Utilizam-se três fases nesses tratamentos, a primeira está relacionada a superação do isolamento, a segunda com os limites auxiliando no desenvolvimento, a terceira o terapeuta tenta entender o que ocasionou a retração (BRASIL 2000).

Entendemos a importância da comunicação para as pessoas em qualquer ambiente que seja inserido. E quando um autista apresenta a dificuldade nessa área é necessário que os psicólogos e educadores trabalhem juntos buscando metodologias de acordo com as limitações. Para que assim o autista tenha um grande progresso

Considerando suas limitações, os autistas têm dificuldades de brincar de faz de conta, de manusear brinquedos da forma correta e de estabelecer amizades sendo assim faz necessário um planejamento do professor que inclua os alunos nas atividades de interação com seus colegas.

Segundo FARRELL (2008) alguns autistas podem ter dificuldades de compreensão e que está relacionada a falta de atenção, alguns podem ser somente quando estiver num grande grupo já para outros pode ser devido a maturação do sistema nervoso mais lento do que o normal, podendo prejudicar a visão, audição e a atenção.

3 AUTISMO NA ESCOLA

No Brasil é obrigatório que escolas públicas aceitem os alunos com deficiência e realizem projetos de inclusão (BRASIL,1988), porém as escolas privadas não são obrigadas a aceitarem alunos com algum tipo de deficiência, em alguns casos os pais e a coordenação entram em

acordo e os pais pagam uma professora de apoio para auxiliar o educando. Em escolas públicas os educandos na maioria das vezes têm os professores de apoio que auxiliam os professores para poder aplicar atividades e caso seja necessário ficar com o aluno em alguns momentos excluídos da turma.

O maior desafio de inclusão dessas crianças nas escolas são que os professores não estão capacitados para aplicar metodologias que forneçam que começam na aprendizagem significativa, entretanto é necessário que os pais lutem pelos direitos e para que os seus filhos consigam aprender. Os pais na escola para que seu filho se sinta seguro e para saber seu progresso.

Quando um aluno chega com autismo na escola o primeiro passo é procurar uma professora capacitada em educação especial para poder atender melhor esse educando. Ao receber essa criança é importante lembrar das suas necessidades, o professor deve conversar com a turma para que haja colaboração de todos os outros educandos com relação ao barulho.

Ao ensinar uma nova matéria o professor deve estudar para que a metodologia usada com os educandos também inclua os autistas. O educador deve priorizar atividades que o aluno desenvolva a sua coordenação motora, e sejam sensíveis ao toque. É possível que no começo o aluno tenha resistência ao profissional porém é necessário lembrar que cada dia será um desafio diferente.

Para Oliver (2020) a educação é umas das melhores maneiras para desenvolver uma criança autista, pois além de aprender matérias acadêmicas aprende também atividades cotidianas, é notório que quando um professor se dedica a ensinar com amor a criança cresce mais independente, e para que isso aconteça é necessário que as escolas sejam inclusivas a uma rotina de estratégias e adaptação para o desenvolvimento desses alunos.

4 METODOLOGIA

Para elaboração do artigo, foi feita uma pesquisa e coletadas algumas informações através de uma entrevista com profissionais que trabalham com crianças autistas, sendo eles uma professora apoio, uma psicopedagoga, um psicólogo e uma fonoaudióloga. Devido ao isolamento social causado pela pandemia, tivemos que nos adaptar e fazer comunicação com os profissionais via WhatsApp, sendo assim enviamos um questionário através do mesmo, em relação a prática profissional delas e experiências vividas com crianças autistas.

Tendo como objetivo, analisar e propor estratégias que auxiliem os professores a trabalhar com alunos autistas. Atividades estas que contribuam para que o aluno se desenvolva nos aspectos cognitivos, afetivos e psicossociais, de forma a incluir o aluno autista na escola e na sociedade.

Para tal, foi feito um questionário com cinco perguntas em relação a experiência profissional com crianças autistas. A fim de apresentarmos sugestões de estratégias que contribuam na prática diária do professor, propiciando a inclusão das crianças autistas na escola.

Através destas estratégias, pretende-se trabalhar as limitações e desenvolver o aspecto social, em relação a dificuldade de comunicação com as pessoas, características frequentes, que afeta as crianças autistas, independente do grau de acometimento.

Pensando na problemática, algumas sugestões de estratégias serão apresentadas, com o intuito de ajudar os professores quanto a preparação de atividades que ajude na inclusão dos alunos autistas em sua sala de aula.

RELÓGIO LÚDICO DE ROTINA

Pensando no aluno com autismo, cada um tem suas limitações e necessidades e para isso, uma coisa fundamental a eles é organização. Com isso desenvolvemos um recurso didático e concreto, que trabalhasse a organização do tempo.

A atividade será um relógio lúdico confeccionado de papelão, onde teria os ponteiros de horas e minutos presos uma tachinha, que seja maleável para a que a criança possa manusear os ponteiros. A atividade será em duplas que receberá o relógio confeccionado e algumas fichas com alguns horários. As componentes da dupla irão ajudar um ao outro a colocar o horário correspondente da ficha no relógio usando os ponteiros de horas e minutos.

Logo depois que os alunos aprenderem a olhar as horas, em volta do relógio terá um pedaço de velcro em cada número do relógio. Serão distribuídas algumas figuras de atividades de rotina como: hora de acordar, tomar café, ir para escola, brincar entre outros coladas em velcro também. Para que assim, os alunos da dupla terão que colar as figuras e organizar suas rotinas do dia de acordo com os horários.

Esta atividade tem como objetivo estimular o aluno autista na interação com os colegas e professor, no propósito de inserir o aluno com autismo nas atividades de acordo com suas necessidades, e serve como atividade de fixação para os outros alunos que já sabem olhar as horas. O aluno com autismo precisa de uma rotina e nada melhor do que ser trabalhado as horas, pois o aluno vai começar a organizar o seu tempo. E com isso trabalha a socialização pois esta atividade pode ser trabalhada tanto individualmente como em dupla ou em grupo

O SAPO COMEDOR DE BOLHAS

A brincadeira é fundamental para o desenvolvimento das crianças com autismo. Para esta brincadeira será usado bolhas de sabão, movimentos corporais amplos, onomatopeias, efeitos sonoros, expressões faciais exageradas, suspense, animais. O principal objetivo é desenvolver a comunicação verbal, contato visual e a atenção.

A atividade se inicia com um adulto fazendo bolhas de sabão e manuseando um fantoche de sapo para que ele “coma” as bolhas. Modele a palavra com a qual a criança poderá pedir por mais bolhas de sabão: você diz “Bolhas” diversas vezes enquanto sopra as bolhas e durante a pausa de sua ação. Pegue o fantoche do sapo e diga à criança que o sapo come bolhas e que ele está com muita fome. Procure pegar cada uma das bolhas com a boca do sapo.

TV COLORIDA

Esta atividade tem como objetivo estimular o corpo e a fala da criança e o contato dela com imagens coloridas. A brincadeira consiste em reproduzir canções infantis acompanhadas de gestos com os dedos. Tudo isso feito em um televisor de papelão, para estar realmente próximo da criança.

A ação motivadora nesse caso é cantar as músicas que a criança pode gostar a fim de estabelecer uma relação de interação entre ela, o professor e os colegas. Lembre-se que a imitação de vozes e trejeitos de um personagem infantil é extremamente relevante.

LIGUE OS PONTILHADOS

Esta atividade tem como intuito que através dela o aluno com autismo, vai treinar sua coordenação motora fina. Para desenvolver a atividade vai ser dado um papel com vários desenhos, eles serão ligados por pontilhados e essa criança deverá achar o pontilhado certo de objeto para objeto. EX: uma vaquinha ao seu alimento.

5 ANALISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Discussão dos dados coletados através de entrevista:

A Professora Apoio relata que o auxílio a criança autista é fundamental para que ela participe de todas as atividades propostas pelo professor. Mas que é necessário um plano de ensino que respeite a capacidade de cada aluno, trabalhando com atividades diversificadas para todos considerando os conhecimentos que cada um traz para escola. As metodologias usadas geralmente são a internet, material impresso e vídeos. Em relação as atividades sempre são utilizadas jogos como dama, xadrez, jogo da memória.

Em relação aos materiais pedagógicos, ela confecciona vários, dentre eles: mãos com dedos em EVA, para ensinar os alunos a fazerem a contagem, e relógio de papel para os alunos

aprenderem a olhar as horas manuseando-o. Ainda relata que um dos maiores desafios é a individualidade de cada criança, pois a socialização é um pouco ou muitas vezes demais para eles em relação aos demais colegas. A escola para incluir os alunos deve promover trabalhos indisciplinados, dando apoio ao aluno e a sua família, estimulando sempre a participação da família na escola

A Psicopedagoga descreve que inclusão do aluno autista começa quando ele chega à escola, que já deve saber como fazê-la. No caso se já for paciente da profissional ela pode solicitar ou sugerir é a adaptação curricular e o PEI (programa educacional individualizado) , respeitando as limitações e características do aluno.

Nos atendimentos a profissional usa estratégia as preferências da criança/adolescente e suas habilidades para introduzir outras precisam ser desenvolvidas. Os atendidos são de quadro leve ou moderado e as metodologias seguem cada caso após a avaliação feita. Estratégias de educação estruturada; Comunicação social; Regulação emocional; e os Recursos Visuais. Com isso as atividades seguem a necessidade de cada um, como jogos educativos, brinquedos, atividades visuoconstrutivas, sensoriais, música, livros, histórias, materiais pedagógicos diversificados.

Para a Psicopedagoga, o primeiro desafio é em relação à capacitação para atender esse transtorno, que é muito específico, exigindo conhecimento do quadro. Um outro grande desafio é a continuidade da terapia, conscientizar os pais que a deficiência é permanente e se a criança ficar sem o atendimento terá mais comprometimento no seu desenvolvimento. E outro é em relação à condição financeira da família que às vezes não pode pagar pelo tratamento.

Segundo o Psicólogo, para iniciar seu trabalho o profissional primeiro entra contato com as famílias e as entrevistam. Afim de compreender como essa família observa a criança e os adolescentes, já o trabalho com eles começa conhecendo-o, quais são suas limitações, como que é a pessoa com si próprio e com os outros.

Com isso o psicólogo procura reduzir sons que incomoda, os que são mais sensíveis no escutar, aos poucos ele trabalha os cinco sentidos e tenta incluir e socializar eles na sociedade. Cada

criança tem diferentes graus de autismo, quando o médico vê uma suspeita de autismo ele já encaminha para APAE, ele ainda relata que pode variar porque as vezes é somente uma suspeita e a criança não tem nada.

Através de metodologias diferenciadas ele procura trabalhar a relação com a criança e não se prender a algum método. O psicólogo retrata que o maior desafio é a presença dos pais e os mesmos enxergar as crianças além do autismo, o qual elas têm suas limitações sim, mas tem várias capacidades e possibilidades. Muitas das vezes a demanda em si é desenvolvida a partir do contexto da criança, e se este, não se modifica pouco prováveis termos mudanças na criança. Outro fator é que, quando a criança se organiza, os pais a retiram do tratamento antes de ser finalizado completamente.

A fonoaudióloga descreve que na sua profissão ela orienta o professor e o mediador do aluno autista, em sessão particular, onde é discutido um pouco os conceitos, mitos e práticas com o aluno autista na sala de aula. Ela cita que uma das maiores dificuldades foi encontrar um professor capacitado, geralmente eles recebem esse aluno de paraquedas, sem estar de fato preparado. O mediador, que é o professor de apoio, muita das vezes vem do desvio de função, como secretária, ajudantes da copa, cozinha, sem ao menos passar por um treinamento básico sobre a síndrome.

Uma das principais dificuldades na escolarização de pessoas com TEA é que esses têm muita dificuldade com a socialização. Então, vai ser papel fundamental da escola dar a chance para eles, não apenas de aprenderem, mas sim de se posicionar no ambiente escolar como estudantes. Incluindo eles, a apostagem deve ser nas diferentes abordagens e produções discursivas, para sustentar o aluno. Então, esse trabalho da escolarização de autistas vai exigir dos professores uma reflexão sobre os processos padrões de ensino, assim como vão precisar de um olhar diferente, que não se encaixe em quaisquer preceitos. Tem que ter um olhar que leve em conta um estudante que aprenderá de uma maneira específica e pouco convencional.

A profissional relata que as atividades usadas podem ser as mesmas do que os outros alunos, desde que se tenha um olhar especial para o aluno com TEA, já que ele precisa de mais tempo. Precisa despertar um interesse, contudo não podemos rotular esse aluno, pois como disse anteriormente, os alunos com autismo têm graus diferentes, não temos uma receita de bolo, tudo convêm desde que seja adaptado, preparado, pensado para o aluno autista.

A fonoaudióloga fala que o maior desafio nesses anos foi a luta pela inclusão. O trabalho em conjunto, a troca entre profissionais, a busca por um trabalho feito sem máscaras, filtros foi com certeza outro grande desafio.

O trabalho sempre foi com várias escolas, pois como o trabalho era em consultório, atendia a toda demanda que chegava. Entretanto, o que a profissional pode observar foi que falta muito para que essa inclusão aconteça de fato. Geralmente essas crianças têm um professor de apoio, muitas das vezes depois de muita insistência dos pais e luta na justiça.

Destarte, é inevitável que muito se falta para que a inclusão seja uma realidade que englobe toda a realidade brasileira. É imprescindível que a malha de pessoas que luta por uma educação com equidade não desista. Ainda falta muito para alcançarmos o padrão ideal de ensino para crianças com necessidades especiais. Mas é importante não desistirmos.

5 CONCLUSÃO

O estudo sobre o autismo possibilitou um melhor entendimento desde sua história até as características do comportamento de cada criança autista, visto que, é um transtorno que envolve complexidade em todos os campos sociais, principalmente no âmbito escolar. Essa inclusão é um grande desafio, pois para que seja uma realidade é necessário à preparação dos docentes e de todo corpo escolar.

Acreditamos que através dessas atividades e da inclusão as crianças consigam se desenvolver de forma melhor e mais serena.

Esse projeto consegue expor um pouco de como cada profissional trabalha e seus processos. A inclusão é um processo que envolve família, escola e comunidade escolar. Vale ressaltar que, a inclusão é um processo contínuo, pois o mesmo tem sempre o que melhorar a partir de olhares atentos sobre os pontos positivos e os negativos. Os pontos positivos devem ser compartilhados com os demais profissionais envolvidos com a inclusão na escola, pois são exemplos de superação, porém os pontos negativos também devem ter o mesmo grau de importância, os profissionais atuantes na escola e em clínicas podem refletir sobre tais atitudes, antes de ser um erro é um acontecimento a ser refletido, sabendo que é através da tentativa que pode pensar em outras táticas para o desenvolvimento do processo inclusivo.

Concluimos que o autismo deve ser tratado de forma tranquila e com metodologias que façam a criança perceber o seu desenvolvimento e fazer com que ela vá além dos seus limites.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Autismo: orientação para os pais / Casa do Autista - Brasília: Ministério da Saúde, 2000. Disponível em https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd03_14.pdf Acesso em 15/11/2020.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 16/11/2020

BORBA, M. M. C.; BARROS, R. S. Ele é autista: como posso ajudar na intervenção? Um guia para profissionais e pais com crianças sob intervenção analítico comportamental ao autismo. Cartilha da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC), 2018. Disponível em <http://abpmc.org.br/arquivos/publicacoes/1521132529400bef4bf.pdf> Acesso em 12/11/2020.

FARRELL, Michael. Dificuldades de comunicação e autismo: guia do professor, tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. – Porto Alegre: Artmed, 2008.

OLIVEIRA, F. L., Autismo e inclusão escolar: os desafios do aluno autista. Educação pública, v.20, 2020. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista> Acesso em 17/11/2020.